

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

**Tecendo trajetórias identitárias: Universidade Federal de Juiz de Fora
em interação com a comunidade quilombola de São Pedro de Cima**

Tiago Bustamante Teixeira

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TECENDO TRAJETÓRIAS IDENTITÁRIAS: UNIVERSIDADE FEDERAL
DE JUIZ DE FORA EM INTERAÇÃO COM A COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE SÃO PEDRO DE CIMA**

TIAGO BUSTAMANTE TEIXEIRA

Sob a orientação do Professor
Roberto José Moreira

Dissertação submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**,
no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ
Setembro de 2016

378.103098151 Teixeira, Tiago Bustamante.
T266t Tecendo trajetórias identitárias: Universidade Federal de
T Juiz de Fora em interação com a comunidade quilombola de
São Pedro de Cima / Tiago Teixeira, 2016.
147 f.

Orientador: Roberto José Moreira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
Bibliografia: f. 148-152.

1. Universidade Federal de Juiz de Fora - Teses. 2.
Interação social – Teses. 3. Subjetividade - Ação coletiva –
Teses. 4. Quilombolas – São Pedro de Cima (MG) - Teses 5.
Ecologia agrícola – Teses. I. Moreira, Roberto José. II.
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de
Ciências Humanas e Sociais. III. Título.

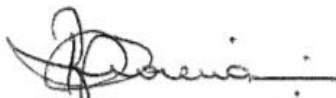
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

TIAGO BUSTAMANTE TEIXEIRA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Ciências.

Dissertação aprovada em 30/09/2016.



Prof. Dr. Roberto José Moreira (CPDA/UFRRJ)
Orientador



Prof.ª Dr.ª Débora Franco Lerrer (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro (ICH/UFJF)

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

TIAGO BUSTAMANTE TEIXEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 30/09/2016

Prof. Dr. Roberto José Moreira CPDA/ UFRRJ
(Orientador)

Profa. Dra. Débora Franco Lerrer CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. Leonardo de Oliveira Carneiro ICH/UFJF

À comunidade São Pedro de Cima pela
oportunidade de convivência e de aprendizado

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho marca uma fase de transição de minha vida. Estes três anos em que estive envolvido no curso de mestrado da UFRRJ foram anos de mudanças a começar pela vida no Rio de Janeiro e posteriormente uma mudança para Belo Horizonte, as alegrias de um casamento, da espera, do nascimento e dos primeiros meses de vida de meu filho Sérgio. Estes caminhos sugerem uma série de dificuldades que se colocaram neste processo no sentido de conciliar estes afetos, essas novidades, às demandas do mestrado, o que seria impossível sem as pessoas que se envolvem nesta trajetória.

Não poderia deixar de agradecer à comunidade de São Pedro de Cima. A todas as pessoas que nos receberam de braços abertos durante todos esses anos e novamente para essa pesquisa. Zé, Lenir, Glaucelei, Gao, Ju, e Luana Pereira, a primeira família que abriu as portas de sua casa para a nossa presença. Paulão, Ivanete, Karine e Katiane, família a quem é impossível expressar toda gratidão; Marlene, Raimundo, Sônia, Tutim e Fiquin; Consueli, Zé Geraldo, suas filhas e Edson; Seu Vico e Aécio; Neca e Maria; Seu Antônio, sua esposa Laudecir, e seu filho Irineu, seus irmãos Jerônimo e Altalino assim como suas respectivas famílias; Zé Melquíades, sua esposa e Wilma sua filha; Zé barrinho, sua esposa e Gilmar; Vadin e Ênia e seus filhos; Eloy, João, Alencar, Ronaldo, Guilherme... Isso para lembrar algumas pessoas que nos receberam em suas casas, que conosco compartilharam seu café, seu alimento, sua prosa. De um modo geral, um muito obrigado a toda a comunidade São Pedro de Cima que não só viabilizou essa pesquisa, mas que proporciona um engrandecimento para a UFJF de uma forma geral.

Agradeço também a cada um dos membros da UFJF, amigos e companheiros que se envolveram nesta jornada. É a sinergia destes encontros e dessa movimentação coletiva que proporciona os resultados que esperamos ilustrar. Léo, Maria Lúcia, Nathan, Thaís, Mariana, Dayana, Daniel, Vitor, Tiel, Carol, Timothy, Mônica, Selmara, Luciano, André dentre tantos outros. Pessoas que compartilharam conosco dessas experiências, com quem junto estivemos nessas atividades em São Pedro de Cima.

A cada uma das companheiras e dos companheiros do CPDA, novas amizades que foram a base de minha convivência no Rio de Janeiro. Juntos compartilhamos dificuldades, discussões, momentos de lazer. Estando no mesmo barco, agradeço a atenção e o afeto de cada uma dessas pessoas que construíram uma imagem memorável destes tempos.

Aos professores com quem tive a oportunidade de desfrutar dos momentos em sala de aula. Hector, Eli, Andrey, Cláudia e Débora.

Ao meu Orientador, Roberto José Moreira, e a toda sua contribuição que ultrapassa os limites deste trabalho. Agradeço também sua compreensão e o apoio até os momentos finais que foram fundamentais para que este trabalho tomasse corpo.

Em seguida direciono meus agradecimentos a minha nova família. Minha esposa Bruna que partilhou firmemente comigo essa caminhada, vivendo ao meu lado e prestando apoio incondicional, indispensável para a continuidade das pesquisas e para o processo de escrita. Vivenciei comigo os esforços e angústias, principalmente dos últimos momentos dessa trajetória. Sem este apoio, este consolo, esta companhia, esta fonte de alegrias, esse trabalho não existiria. Ao pequeno Sérgio, nascido no meio deste período, que em sua inconsciência infantil mal pode imaginar como transformou e amadureceu seu pai. Motivação inigualável para seguir na caminhada. A Lili, Bruno, Mariel e Paula pela acolhida e por toda ajuda que seria impossível descrever. A Hélen Ulhoa que guiou meu texto e minhas esperanças na reta final.

A minha madrinha Virgínia por seu carinho inigualável e por sua presença e apoio.

Por fim, a meus pais Dudu e Teita e meus irmãos Pedro, João e Daniel, pelo apoio, amor e companheirismo que tiveram comigo, estando ao meu lado, cada um a seu modo, durante essa etapa da minha vida.

RESUMO

TEIXEIRA, Tiago Bustamante. **Tecendo trajetórias identitárias: Universidade Federal de Juiz de Fora em interação com a comunidade quilombola de São Pedro de Cima.** 2016. 147p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Este trabalho trata das transformações trazidas para o ambiente universitário a partir de interações com uma comunidade quilombola. A Comunidade São Pedro de Cima, localizada no município de Divino, Minas Gerais recebeu em 2007 um grupo de alunos da disciplina de geografia agrária do curso de geografia, departamento de geociências, da Universidade Federal de Juiz de Fora para a realização de uma atividade pedagógica que tinha como proposta um trabalho de campo sobre comunidade quilombolas. Tal atividade proporcionou desdobramentos que geraram a criação e a execução de projetos de extensão universitária, voltados para a comunidade, que se desenvolveram por 9 anos. A base empírica desta pesquisa faz menção ao envolvimento do pesquisador nesta trajetória como participante dos projetos de extensão que impulsionaram esta interação. Utilizaram-se ainda dados coletados em trabalho de campo com observações na CSPC e entrevistas com pessoas da UFJF envolvidas nesta trajetória. Remonta-se a aspectos significativos desta trajetória buscando demonstrar as influências desta interação para a UFJF. Nos pautamos na noção de subjetividades coletivas, cunhada por Domingues, que incluem as dimensões conscientes e inconscientes destes processos de identificação assim como seu componente relacional. Coube a este estudo os processos de constituição de coletividades protagonizado por estudantes e professores dessa instituição. Vemos nestas coletividades os vetores de inserção de discussões e práticas em torno das temáticas de quilombo e agroecologia. Buscamos entender o impacto destas temáticas e desta interação no processo de formação universitária. Encaminha-se a discussão buscando compreender a importância dessas práticas, realçando o papel da extensão e procurando elucidar as influências trazidas para o ambiente universitário.

Palavras-chave: Universidade Federal de Juiz de Fora; Subjetividade – Ação coletiva; Quilombolas – São Pedro de Cima MG; Ecologia agrícola;

ABSTRACT

TEIXEIRA, Tiago Bustamante. **Weaving identification trajectories: Federal University of Juiz de Fora in interaction with the quilombola community of São Pedro de Cima.** 2016. 147 p. Dissertation (Masters in Social Science in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Post Graduation Program in Social Science in Development, Agriculture and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This work deals with the changes brought to the university environment from interactions with a quilombo community (or quilombola community). The Community of São Pedro de Cima (CSPC), located in the town of Divino, in the state of Minas Gerais, hosted in 2007 a group of students of the discipline Agrarian Geography, of the course of Geography, of the Geosciences Department of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), in order to conduct an educational activity proposed as a field work of quilombola community. This activity provided developments that led to the creation and implementation of university extension projects for the community which were developed for 9 years. The empirical basis of this research mentions the involvement of the researcher as a participant in the development of the extension projects that have driven these interactions. Data collected in the field work through the observation of the CSPC and the interviews with people of the UFJF involved in this trajectory were also used. Important aspects of this trajectory were treated in an attempt to demonstrate the influence of this interaction for UFJF. We were guided by the notion of collective subjectivities, created by Domingues, which includes the conscious and unconscious dimensions of these identification processes as well as its relational component. The present work focused the constitution processes of collectivities lived by students and teachers of the institution. In these collectivities, we observe vectors of insertion of discussions and practices on both the themes of quilombo and agroecology. We try to understand the impact of these issues and of the interaction in the university education process. The discussion is conducted in a way that tries to understand the importance of these practices, highlighting the role of the whole university's extension project and elucidating the influences brought to the university environment.

Key-words: Federal University of Juiz de Fora; Subjectivity – Collective action; Quilombolas – São Pedro de Cima MG; Agroecology;

LISTA DE SIGLAS

CSPC	Comunidade de São Pedro de Cima
CTA-ZM	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
N	Natureza
ONG	Organização Não Governamental
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SH	Seres Humanos
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFV	Universidade Federal de Viçosa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1.

Mapa 1: Localização do município de Divino na Zona da Mata Mineira p.38

Mapa 2: Núcleos familiares em São Pedro de Cima p.52

LISTA DAS MARCAÇÕES GRÁFICAS

<i>Itálico</i>	Representam palavras e expressões dos interlocutores da pesquisa ou termos em idioma estrangeiro.
“ ”	Serão usadas em falas, conceitos, citações ou ênfase.
(...)	Subtração de trecho transcrito.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SÃO PEDRO DE CIMA: CONTEXTUALIZANDO	
1.1 MEMÓRIAS DE DIVINO	28
1.2 SÃO PEDRO DE CIMA: NARRATIVAS LOCAIS	38
2.3 NOVAS/VELHAS SUBJETIVIDADES COLETIVAS: REQUILOMBAR-SE SÃO PEDRO DE CIMA	53
CAPÍTULO 2. CONSTRUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES COLETIVAS DA UFJF NA RELAÇÃO COM A CSPC	59
2.1 GÊNESE DA SUBJETIVIDADE COLETIVA	59
2.2 INTERAÇÕES E MOVIMENTO: INÍCIO DA TRAJETÓRIA	76
2.3 CAMINHOS DA AGROECOLOGIA	91
CAPÍTULO 3. UFJF EM INTERAÇÃO	105
3.1 CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA	105
3.2 AMPLIANDO O OLHAR	120
3.3. UNIVERSIDADE EM MOVIMENTO?	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	147

APRESENTAÇÃO

A construção de um objeto é atividade essencial na proposta de uma pesquisa. Essa construção invariavelmente diz muito a respeito da trajetória do próprio pesquisador, de seu envolvimento com o tema e dos aspectos que motivam a pesquisa. Neste primeiro momento de apresentação busco realizar uma descrição do envolvimento do autor em uma série de atividades a partir do ambiente universitário que vão culminar na proposta do atual trabalho de pesquisa de mestrado.

No ano de 2007 ingressei no curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Esta inserção no ambiente universitário marca uma transição importante de minha vida. De um ambiente conhecido, próximo a amigos já estabelecidos nas escolas do ensino fundamental, a um novo universo: o campus universitário, o Instituto de Ciências Humanas e Letras. Esta mudança foi sacramentada nos ritos de passagem como o trote, as festas, as primeiras aulas entre outros. Um novo ambiente de interação e de início de uma construção de uma carreira acadêmica.

Não posso dizer que a escolha pela geografia já era uma certeza antiga minha, pelo contrário, minhas lembranças para com essa disciplina, herdadas do ensino fundamental, nunca foram muito boas. A decisão pela geografia se deu só na última etapa do Programa de Ingresso e Seleção Mista (PISM) levando em conta minhas possibilidades de aprovação e ingresso na UFJF.

A chegada ao curso era neste sentido uma descoberta desta ciência, daquela Universidade, de novas pessoas. Uma série de acontecimentos inéditos para o recém-chegado. Nos primeiros períodos já pude vivenciar um pouco dos vários aspectos da ciência geográfica e algumas das dicotomias que permeiam este campo de conhecimento. O contraste entre as disciplinas voltadas a lados humanos ou físicos da geografia. Os quadros populacionais e demográficos oferecidos na disciplina de Geografia da População, o refinamento da leitura de mapas na disciplina de Cartografia, aspectos sobre a dinâmica climática através da climatologia e uma introdução ao universo de rochas e aos processos de formação planetária na Geologia. Por estes caminhos dá-se início a este processo de descobrimento, que na

realidade constitui uma construção de uma noção do que é a Geografia. Uma construção mediada pelas impressões das aulas, e pelas primeiras discussões que foram se desenhando junto aos professores e aos novos companheiros de curso que foram formando novas amizades.

Além deste ambiente intra-universitário devo destacar também atividades extracurriculares como a participação em um primeiro congresso de Geografia Física Aplicada em Natal. Ainda no primeiro período do curso aproveitei essa oportunidade que reuniu principalmente estudantes da UFJF em uma viagem de ônibus até Natal, no Rio Grande do Norte. Pelo percurso paramos em diversas cidades e mesmo durante a viagem os professores presentes realizavam explanações aproveitando das paisagens em transformação nas transições da Mata Atlântica ao Semiárido, dos mares de morros às planícies.

Me via neste amplo universo oferecido pela Geografia, um aluno em processo de descobrimento desta ciência na busca das áreas de interesse que pudessem proporcionar um envolvimento e que desse sentido à continuidade do curso e à obtenção do título de geógrafo.

Nesta busca, outro momento importante se dá no terceiro período do curso, no ano de 2008 e aqui devo dar destaque às disciplinas de Introdução à Ciência Geográfica e Geografia Agrária, ambas lecionadas por um professor substituto que fora muito bem recomendado pelos alunos veteranos que já haviam cursado a disciplina de Geografia Agrária com ele no ano anterior. Para mim, as aulas de Leonardo Carneiro nas duas disciplinas foram totalmente complementares e despertaram definitivamente meu interesse pela Geografia. As aulas de Introdução à Ciência Geográfica nos ofereciam um guia para entender diferentes correntes forjadas no processo de constituição da Geografia como uma ciência e em seu desenvolvimento até os dias atuais. Por este caminho foram apresentados conceitos da Geografia que passariam a ser chaves de acesso à minha própria realidade. As ideias apresentadas no conceito de lugar como constituído por, e a partir de, relações sociais, ou mesmo a ideia de topofilia dos textos de Yi Fu Tuan, davam forma, em teorias, às minhas próprias sensações de pertencimento e de afeto a determinados espaços. Da mesma forma os processos de territorialização, as territorialidades, os territórios, instigavam a percepção de relações presentes no cotidiano desde a vida

nos lares e no ambiente privado ao espaço público das cidades. Dali também as primeiras provocações no sentido de pensar o conceito de Espaço, as primeiras aproximações com Milton Santos ou com Doreen Massey.

Se por um lado estes conceitos me atentaram para minhas experiências pessoais, por outro auxiliavam numa leitura de mundo e das questões com que tinha contato também nas outras disciplinas. Aqui, o caráter de complementaridade das duas disciplinas emerge significativamente. Se a disciplina de Introdução nos oferecia uma passagem pela constituição da disciplina geográfica e de seus conceitos, a disciplina de Geografia Agrária traçava um quadro do campo agrário brasileiro, dando foco às formas de vida, existências e resistências protagonizada pelos trabalhadores rurais, pelas populações tradicionais e demais agentes que figuram no campo agrário brasileiro. Ali definia-se um conflito latente ilustrado por diferentes formas de apropriação e produção do espaço e de constituição de territórios com lógicas distintas. Por um lado, as populações que veem no território um lugar de vida, de existência. Por outro, a lógica de um território-mercadoria ditado por interesses econômicos. Conflito travado por diferentes agentes e que marca o cenário agrário brasileiro contemporâneo.

A aproximação com esta temática aproximava a discussão conceitual a uma discussão prática voltada a realidades do campo brasileiro. A complementação deste quadro se deu na oportunidade de um trabalho de campo na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima, atividade pedagógica da disciplina de Geografia Agrária. Assim, a partir do terceiro período, no ano de 2008, estabeleci o primeiro contato com uma realidade que seria responsável por um processo de conhecimento pessoal que pode ser sinteticamente ilustrado no chavão antropológico que diz que ao conhecer o outro você conhece a si mesmo. Este foi de fato um processo a que o contato com a CSPC deu início. Essa primeira experiência das disciplinas e principalmente do trabalho de campo marcam a definição de interesses pessoais pela geografia e por um sentir-se enquadrado dentro deste campo científico escolhido meio ao acaso.

De lá para cá o que foi uma primeira experiência nos trabalhos de campo cresceu através da aprovação de projetos de extensão dos quais participei como bolsista até o fim de minha formação na UFJF. Neste sentido devemos entender as atividades na CSPC como uma complementação essencial de minha formação e o

acesso a um ambiente epistemologicamente privilegiado que permitia a discussão de conceitos e teorias a partir de uma realidade prática. Um destes temas era a própria definição do termo quilombo que misturava as pré-impressões pessoais, as leituras e discussões sobre o tema e a experiência junto a uma comunidade que passa por um processo de afirmação de sua identidade enquanto remanescente das comunidades dos quilombos. A realidade experienciada na comunidade proporcionou a oportunidade de aproximar o debate em torno da ressemantização do termo quilombo a uma experiência prática protagonizada no local.

São estes temas que estão presentes em minhas publicações apresentadas ao longo da graduação. De discussões da primeira vivência ao debate de conceitos aplicados à realidade da CSPC à aproximação com a temática da agroecologia, que se definiria no desenrolar da interação com a CSPC. Esses temas ilustram também o andamento e o desdobramento dos projetos como a iniciativa de um projeto de extensão propondo a construção das bases para uma transição agroecológica na CSPC.

Este processo pessoal de formação tem continuidade na proposta de uma pesquisa de mestrado encaminhada ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento agricultura e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ) no ano de 2014. Nesta ocasião me propunha a buscar relações entre as temáticas da agroecologia e de comunidades tradicionais tendo como base o aporte empírico das experiências na CSPC. Este projeto deve ser entendido como forma de aproveitar a experiência acumulada e também de dar continuidade ao contato com a CSPC. A opção pelo CPDA apareceu como alternativa desta continuidade que, lançada em um ambiente de bases interdisciplinares, contribuiu para um amadurecimento teórico e para um exercício de (re)definição do objeto de pesquisa.

Neste caminho devemos dar destaque especial às dinâmicas das disciplinas de Metodologia I e II que constituíram um espaço de interação com outros alunos da turma, mediado pela professora Débora Lerrer, onde se deram avanços significativos no sentido das intenções de pesquisa e de recorte e definição de um objeto. Paralelamente, todas as atividades de orientação, com ênfase nas atividades do laboratório em conjunto com Bethânia, outra companheira de classe também orientada por Roberto Moreira. A disciplina Natureza e Sociedade, oferecida por este

professor, serviu como complementação a estas atividades em laboratório proporcionando o contato com uma base teórica ampla que incluía discussões sobre os conceitos e noções de modernidade e pós modernidade passando pelas influências do marxismo nestas apreensões chegando finalmente às perspectivas ecológicas.

Também nesta disciplina tive a oportunidade de participar de uma experiência a partir da proposta de uma “pedagogia dos objetos”, um exercício prático realizado pelo professor que instigava os alunos a debaterem e escreverem suas impressões sobre um grupo de objetos desconhecidos que iam sendo apresentados ao longo das aulas. Tais escritas ao serem socializadas iam dando sentido aos objetos que eram agrupados e reagrupados ao longo do experimento, um sentido construído coletivamente, uma construção imaginária que dependeu tanto dos sentidos pessoais de apreensão individual dos objetos quanto das noções construídas em debate e no intercâmbio das apreensões.

Este exercício merece destaque pois fornece uma analogia ao nosso próprio objeto de pesquisa na medida em que se tratava de diferentes indivíduos em processo de construção coletiva de uma noção sobre uma determinada realidade. A UFJF e a CSPC podem ser pensadas como estes objetos. Nas duas experiências iam-se acrescentando elementos ao longo da continuidade do contato, novos objetos em sala de aula, novas pessoas, famílias, histórias entre outros na comunidade. Em ambos podemos pensar uma construção de uma realidade imaginária, realizada na interação entre os indivíduos da equipe com os objetos.

Por fim devemos mencionar uma base de disciplinas que proporcionou um arcabouço teórico amplo, multidisciplinar, que contribuiria com provocações para a apreensão da CSPC. Posso mencionar brevemente a disciplina de Raízes Agrárias do Brasil, lecionada pela professora Eli de Fátima, que enfatizava características da formação social brasileira; a disciplina de Ecologia Política com o professor Hector Alimonda que introduziu um debate sobre conflitos socioambientais; as disciplinas de viés mais antropológico oferecidas pelo professor Andrey Ferreira e também a disciplina oferecida por Cláudia Job Schmitt. Nos espaços destas disciplinas, pelos temas abordados, me via pensando e repensando aspectos sobre a CSPC. O contato com esta nova base teórica incitava provocações e outras curiosidades sobre a comunidade que havia provocado as mudanças na universidade, foco do meu estudo.

Este período de mestrado no CPDA, morando inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, também me proporcionou um distanciamento em relação à UFJF e mesmo à CSPC. Distanciamento marcado pela ausência de vínculos formais com essa instituição e por um período grande sem a realização de uma visita a CSPC. Este distanciamento contribui no sentido de proporcionar ao autor um afastamento capaz de dar rumos a novas indagações que vão dando forma a um novo objeto de pesquisa. Passa-se a incluir a UFJF dentro das perspectivas de pesquisa e neste sentido o olhar direcionado à CSPC é um olhar a partir de suas interações com a UFJF. Neste caminho atenta-se para as múltiplas coletividades que protagonizam este processo, sistemas sociais entendidos a partir da noção de subjetividade coletiva proposta por Domingues.

Uma vez descrito o envolvimento do autor e os caminhos que me trouxeram à UFRRJ, passamos ao nosso trabalho.

INTRODUÇÃO

Este trabalho deve ser lido como um desdobramento da trajetória do autor em seu envolvimento nesta série de atividades, passando por atividades pedagógicas iniciadas na disciplina de Geografia Agrária e por atividades de extensão dos projetos “Ecomuseu da comunidade quilombola de São Pedro de Cima” (MENESES et al., 2009) e “Da diversidade cultural à diversidade produtiva: construção dos saberes necessários para a transição agroecológica na Comunidade São Pedro de Cima” (CARNEIRO, 2010)

Essa experiência dá a base motivacional do autor em busca da continuidade de uma carreira acadêmica que pudesse contemplar as experiências vividas na CSPC. É aí que tem início o exercício de formulação de um objeto que compreendesse essa experiência acumulada e que apontasse novas direções, novas apreensões que pudessem conectar a realidade da comunidade a debates conceituais de relevância revelando um caminho de contribuição mútua destes universos. Para exemplificar podemos tomar os termos quilombo e agroecologia, nestes dois campos podemos perceber essa possível contribuição mútua a que estamos aludindo no sentido em que as particularidades da comunidade nos trazem novos elementos para o debate mais geral tanto sobre quilombo quanto sobre agroecologia e enriquecem a formação universitária dos que com ela se envolveram e da instituição UFJF.

Nossa primeira intenção era a de direcionar a pesquisa por estes campos, trabalhando hipóteses de relação entre estes dois termos visando ilustrá-las e debatê-las a partir do referencial da CSPC. Este objetivo inicial passa por um processo de revisão e de questionamento que vai aos poucos transformando o objeto da pesquisa. O entendimento desta transformação passa pelas características aludidas na apresentação que dizem respeito à trajetória do autor até, e no curso de mestrado do CPDA.

O distanciamento em relação a um universo no qual estávamos anteriormente imersos proporcionava um novo ponto de vista para olhar para as experiências das quais fomos participantes. Neste caminho de reavaliação e redefinição do objeto passamos a nos atentar para a agência da Universidade Federal de Juiz de Fora na CSPC especialmente no que tange aos temas elencados para o possível estudo: quilombo e agroecologia. O movimento em torno de uma auto identificação enquanto

comunidade quilombola antecede a chegada da UFJF ao local, entretanto a presença da UFJF na comunidade reforça e traz novos direcionamentos para a temática localmente. De outro modo, em relação à agroecologia, enxergamos a UFJF como um dos principais vetores de inserção da temática ao contexto local da comunidade.

Um estudo que buscasse as relações dessas duas temáticas, tendo como base a experiência na CSPC, não poderia ocultar as influências das interações entre a comunidade e a universidade. Essa constatação serve como provocação fundamental na transformação do objeto na reorganização de objetivos, gerais e específicos e nos levariam a incluir a UFJF em nosso campo de pesquisa. Neste sentido opera-se uma transformação onde a UFJF, antes o sujeito efetivo da observação e das pesquisas realizadas, passa a ser o objeto de pesquisa. De observador a observado, de pesquisador a pesquisado.

Desta maneira podemos definir o objeto que guiou nossos esforços de pesquisa. Nos propusemos a uma reconstituição e a uma análise das trajetórias de interação entre a CSPC e a UFJF, sendo nosso objetivo principal entender as transformações operadas na Universidade a partir dessas experiências.

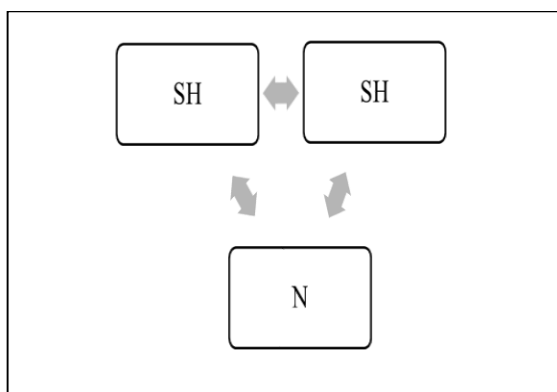
Este objetivo central implica em necessidades teóricas e metodológicas no sentido de apreensão dos sujeitos deste estudo. Estamos lidando com sistemas sociais abstratos, construções imaginárias de identidades coletivas em torno da denominação UFJF. Para tanto nos pautamos pela noção de subjetividades coletivas, cunhada por Domingues, que incluem as dimensões conscientes e inconscientes destes processos de identificação assim como permitem articular aspectos relacionais visando a superação de dicotomias clássicas dentro do campo das análises sociais: estrutura e ação, memória e criatividade sociais, indivíduo e sociedade.

Tal categoria nos permite a apreensão da UFJF como uma subjetividade coletiva, composta por outras subjetividades coletivas criadas e/ou reforçadas neste contato e nessas atividades de extensão. Acrescenta-se assim um objetivo secundário: a elucidação das identidades coletivas, construídas neste processo de interação entre grupos da UFJF e a CSPC.

Complementando o quadro teórico que nos dá o aporte para apreensão destas coletividades em relação, inspirados nos escritos de MOREIRA (2008), lançamos mão da categoria de Identidades Complexas que permite a análise das diferentes complexidades intrínsecas às identidades coletivas. Em seus aspectos restritos tais

complexidades nos apontam para um emaranhado de relações internas aos grupos sociais que conformam as possibilidades de existência e manutenção de identidades sociais. Por outro lado, o campo das complexidades amplas sugere o posicionamento de tais grupos em relação a contextos e influências externas.

Estas identidades, como insiste Moreira (2016), se dão nas interações entre seres humanos (SH) e destes com a natureza (N):



Fonte: MOREIRA, 2016

Desta forma admitimos que as influências do meio, ou, dos fenômenos da vida no planeta Terra, perpassam a noção de identidades e a sociopolítica do ser humano revelando ambiências específicas das formações sociais. Esta apreensão visa superar a dicotomia que separa ser humano e natureza substituindo-a por uma perspectiva interacional que se mostrou adequada a apreensão de nosso objeto. UFJF e CSPC visualizadas como identidades complexas que nos permitem explorar dimensões sociais, ecológicas e políticas traçadas neste campo interacional SH ⇔ N ⇔ SH.

As noções de subjetividade coletiva e de identidade complexa foram apropriadas de modo a dar uma apreensão dos sujeitos de nosso estudo. Realçamos o caráter contingente e aberto, em constante construção destas coletividades as quais evidenciaremos ao longo de nosso trabalho.

Neste caminho elencamos uma série de objetivos secundários que tangenciam nossa apreensão principal. Objetivos que direcionam para os conteúdos destas interações intersubjetivas. O primeiro deles, de relevância considerável, diz respeito a uma apreensão e discussão sobre a questão quilombola, pautada na experiência prática na CSPC. Esta relevância se deve ao fato da CSPC ser uma comunidade quilombola, reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, e de que este reconhecimento e atribuição de uma identidade quilombola é a característica principal

que, em primeiro lugar, desperta o interesse na realização de atividades pedagógicas da UFJF, tendo como base trabalhos de campo na comunidade referida, e, em seguida, facilita ou possibilita a aprovação de projetos de pesquisa e extensão na medida em que, considerando as contingências sócio-históricas ou mesmo epistemológicas, era imputada uma relevância política ao tema dos quilombos e das comunidades quilombolas o que certamente contribui na aprovação dos projetos. A partir deste objetivo específico buscaremos elucidar os caminhos deste processo de reconhecimento no local e abrir espaço para uma reflexão de uma intersubjetividade quilombola na interação dos sujeitos de nossa pesquisa. Esta intersubjetividade diz respeito a um processo contínuo de resignificação que orbita em torno das noções de quilombo, tanto dos componentes da subjetividade coletiva UFJF como da CSPC tendo em vista as mútuas influências oriundas desta interação.

Outro objetivo específico dá foco a uma perspectiva histórica da CSPC. Buscamos retomar aspectos de uma história regional com o intuito de fornecer os elementos regionais (econômicos, sociais e ambientais) que nos permitam enquadrar posteriormente características da comunidade explorando-a como identidade complexa e subjetividade coletiva que atraiu e ofereceu um campo de trabalho e reflexão à outra subjetividade coletiva envolvida na relação: a UFJF.

Partimos de nossas vivências acumuladas na Comunidade de São Pedro de Cima e das experiências com os projetos de extensão universitária: da elaboração dos projetos às suas aplicações práticas. Esta trajetória com certeza é guia de nossas percepções iniciais, no entanto ao elencar a própria UFJF como subjetividade coletiva e objeto de estudo, ampliamos o escopo de nossa pesquisa misturando as perspectivas de observador–objeto. Cria-se a oportunidade de examinar esta relação a partir de uma outra perspectiva. Para tanto constituímos como material importante as narrativas dos sujeitos envolvidos nesta relação, sejam elas orais ou escritas. Assim, arquivos disponíveis tais como os projetos aprovados, os artigos produzidos, abordando estudos realizados na CSPC, registros de áudios e de imagens são fontes documentais de nossa pesquisa.

Não obstante, a partir do estabelecimento de nosso objeto foi feita uma parte prática através de trabalhos de campo que contou com conversas e entrevistas com sujeitos da UFJF envolvidos de alguma forma na relação UFJF–CSPC. Essas entrevistas e conversas foram realizadas com quatro destes integrantes, cada um

deles representando um momento dos trabalhos. Neste sentido realizamos uma entrevista com Nathan Itaborahy que foi uma das pessoas que participou no trabalho de campo realizado no ano de 2008 assim como foi um dos idealizadores dos projetos tendo participação efetiva tanto no projeto do Ecomuseu como no projeto da agroecologia. Outro entrevistado foi Timothy Orsi que se tornou um integrante desta equipe da UFJF a partir do projeto da agroecologia, efetivando sua participação tanto nos espaços do núcleo de agroecologia EWE, formado a partir do projeto, como nas atividades práticas na CSPC. Finalmente realizamos também uma entrevista com Jefferson Nunes que participou de um dos trabalhos de campo da disciplina de geografia agrária na CSPC, já no ano de 2011. Essas pessoas foram escolhidas por permitir uma análise de momentos diferentes desta interação.

Além destas entrevistas devemos fazer menção às conversas informais que inevitavelmente passavam por nosso tema. Entre estas conversas destacamos um momento de diálogo com o professor Dr. Leonardo Carneiro, a quem se pode atribuir a responsabilidade por todo este processo de interação na medida em que foi ele o idealizador dos trabalhos de campo que culminaram na sensibilização dos alunos e no início de uma trajetória de relação e interação entre a UFJF e a CSPC.

Por outro lado, foram realizadas novas vivências na Comunidade, o que marcou um momento de reaproximação do autor com a comunidade, agora sob o pretexto de estudar a história da relação UFJF–CSPC, já situado em uma nova perspectiva: mestrando de uma outra Instituição o que proporciona certo afastamento, ou melhor, movimento na relação entre o autor e o ambiente de pesquisa.

Estas vivências se constituíram em: uma visita acompanhando um aluno de mestrado da UFJF podendo presenciar aspectos atuais da relação de nosso estudo; uma estadia solitária na comunidade em que o autor permaneceu hospedado na casa de moradores locais tendo a oportunidade de retomar alguns contatos e explorar em conversas aspectos do tema eleito. Nestas vivências tivemos o cuidado de realizar registros de sensações e dados coletados em um caderno de campo do qual retomamos algumas anotações ao longo do trabalho

Ambas as partes do trabalho de campo fazem emergir a temática quilombola o que nos dá material para tratar de uma intersubjetividade quilombola e mostrar como ela se encontra presente nas relações entre as subjetividades coletivas UFJF e CSPC fornecendo material para trabalhar tal questão, um de nossos objetivos específicos.

Estes trabalhos atuais encerram nosso recorte temporal que se inicia com atividades da disciplina de Geografia Agrária em 2007 e findam nestas visitas realizadas no ano de 2015. Obviamente a CSPC continua em movimento assim como transformam-se os cenários políticos principalmente no campo nacional. Corremos o risco de sermos enquadrados pela mesma crítica contida neste trabalho de um congelamento daquela realidade, uma negação do tempo do outro. Para escapar a isso é necessário evidenciar este recorte, sugerir a continuidade e a imprevisibilidade dos processos em curso no local e enfatizar que o caráter de cobrir quase uma década de contato nos permite já deixar esta crítica bem ilustrada.

O primeiro capítulo aborda a questão das subjetividades coletivas que conformam o que entendemos por Comunidade de São Pedro de Cima. Em um primeiro item buscamos apresentar características ambientais, econômicas e sociais da região de nosso estudo, a Zona da Mata Mineira com o enfoque para o vale do Carangola. Com isso temos a expectativa de elucidar alguns componentes que possam contribuir para uma apreensão local da CSPC. Em seguida, abordaremos as memórias do lugar, narrativas sobre a origem e sobre os primeiros moradores de São Pedro. Histórias dos “antigos”. Ressaltamos o caráter performático destas narrativas que são mais que mera representação de histórias. Tais relatos nos levam a compreender a presença de três famílias principais que compõem a comunidade. Malaquias e Pereiras são os grupos familiares mais antigos do local, chegando depois a dos Aprígeos. As histórias das duas primeiras famílias remontam ao início do século XIX, período ainda do regime escravista. A trajetória dessas famílias, destas subjetividades coletivas, é meandrosa e fluída ao longo do tempo. Carrega sempre uma relação particular com elementos externos de agência. Isso nos leva a pensar que existe também sempre um processo complexo de adaptação, resistência e de reação criativa. Com isso pretendemos nos afastar da ideia de isolamento que a ideia de quilombo pode induzir a princípio.

Malaquias e Pereiras carregam uma longa relação com aquele local que já foi (e ainda é) conhecido como São Pedro dos Crioulos. Formaram-se “territórios de parentesco” (COMERFORD, 2003) dinâmicos e com uma relação conflitiva de estabelecimento e restabelecimento de limites. A este cenário soma-se a chegada de outro grupo familiar que se estabelece de uma maneira bastante efetiva em São Pedro de Cima, sendo considerada junto de Pereiras e Malaquias como das principais

famílias da Comunidade. Os Aprígeos chegam em São Pedro de Cima em meados do século XX. Trata-se de sitiantes que buscavam oportunidades em uma época distinta em que é forte na memória a presença dos Coronéis, que tinham bastante influência no local. Assim, conta-se que Aprígeos, Malaquias e Pereiras já trabalharam para um fazendeiro de importância chamado Rúbio Lourenço, na Fazenda dos Lourenço (como é chamada pelos locais). Isto nos aponta uma relação entre a dinâmica dos córregos (córrego dos Pereira, córrego dos Malaquias e córrego dos Aprígeos) e fazendas (Fazenda dos Lourenço).

Consideramos os Aprígeos como uma família de sitiantes, não se tratava de grandes fazendeiros e compartilhavam uma dinâmica de trabalho e da sociabilidade com outros sitiantes do local. Ainda assim era uma família que carregava certo prestígio e maiores influências políticas e econômicas (a “esperteza” no linguajar local). Abordamos cada uma dessas subjetividades coletivas de modo a construir o cenário que vai gerar o que se tem e se entende hoje por Comunidade São Pedro de Cima.

O termo Comunidade é sem dúvida de uso recorrente para os moradores locais. Buscamos discutir no segundo item a origem desta denominação e um jogo político que se faz presente no termo. Assim passamos pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base no estabelecimento de comunidades um movimento que se sobrepõe às outras formas de relacionamento do local. Isso indica uma implementação e uma manutenção da comunidade. Em nosso caso a Comunidade de São Pedro de Cima. Essa subjetividade coletiva é afirmada em diversos pontos e ambientes: Na Igreja da comunidade, no time de futebol, no conselho comunitário, na escola, nos momentos festivos, nas práticas de solidariedade e nos diálogos, nas conversas do dia a dia. Em todas essas práticas estão presentes dimensões de centramento e descentramento (DOMINGUES, 1996) é o que entendemos como um paradoxo da união e desunião. Subjetividades Coletivas estão em constante movimento e assim, analisar a perspectiva da Comunidade de São Pedro de Cima nos leva para momentos diferentes de afirmação ou de crise desta identidade. Há momentos em que se enfatiza a união e em outros desunião.

A emergência de novas/velhas subjetividades coletivas no jogo político em São Pedro de Cima é por alguns enxergada como ameaça para a Comunidade. “Uma coisa que veio para desunir”. Pode também carregar um sentido de uma nova comunidade,

a comunidade quilombola de São Pedro de Cima. Este tema foi abordado no terceiro item a partir da história do processo de reconhecimento em São Pedro, do requilombar-se da comunidade. (CARNEIRO, 2008). Com isso, exploramos um momento dramático que é a chegada do INCRA, aproximadamente 7 anos após o reconhecimento da Fundação Palmares, buscando iniciar o processo de reconhecimento e regularização do território da população remanescente dos quilombos de São Pedro de Cima. Foi uma ocasião que evidenciou alguns conflitos e jogos de poder da comunidade assim como explorou as perspectivas do reconhecimento como forma de resistência que contém a dimensão de uma memória social ligada ao período da escravidão e das condições de trabalho dos negros ainda no século XX, mas que contém ainda uma perspectiva criativa, inovadora como nos disse uma vez o mais velho morador de São Pedro, Antônio Malaquias, que estava aprendendo a ser quilombola com as crianças. Isso direciona, ou equilibra, o ser quilombola apontando para o futuro que contém o passado, mas que é fluido: um vir a ser sempre em movimento, uma nova/velha subjetividade coletiva que ganha força e adota a estratégia da visibilidade como forma de lutar por direitos movimentando o quadro político da Comunidade de São Pedro de Cima.

O segundo capítulo foca as atenções na construção da subjetividade coletiva da UFJF que estabelece relações com a CSPC. Procuramos mostrar quem são os sujeitos envolvidos nestas experiências, dando ênfase ao caráter de continuidade e de desenvolvimento das atividades de extensão. O primeiro item deste capítulo retoma narrativas dos primeiros contatos da UFJF e a CSPC, ou seja, a gênese desta subjetividade coletiva UFJF. Os eventos que desencadearam uma interação de indivíduos e que proporcionaram uma história de continuidade desta relação. Esta continuidade estará presente nos itens seguintes que abordam os projetos de extensão universitária na CSPC. Estes projetos proporcionam uma intensificação desta relação e um contato mais permanente que se desdobra até os dias atuais completando mais de 7 anos desde o seu início. Trazemos a trajetória da criação e da afirmação desta subjetividade coletiva e a partir destas narrativas introduzimos o leitor ao ambiente da CSPC.

O terceiro capítulo explora uma dimensão antropológica das relações destas duas subjetividades coletivas exploradas nos primeiros capítulos. Buscamos aproximações com teorias da antropologia chegando ao aspecto mais amplo de incluir

a UFJF como objeto desta investigação antropológica. Assim pretendemos explicitar o contexto, as formas de atuação de ambas as partes e os conflitos desta interação. Isso evidencia um jogo de interesses dos dois lados que guia essa interação cambiante e multifacetada entre UFJF e CSPC.

Por fim trazemos para a discussão a influência na UFJF dessas interações com a CSPC deixando um campo aberto para pensar as influências e transformações no espaço universitário oriundas desta interação.

CAPÍTULO 1.

COMUNIDADE SÃO PEDRO DE CIMA: CONTEXTUALIZANDO

Neste capítulo buscamos trazer características relevantes da CSPC na perspectiva de elementos históricos, econômicos, ambientais e sociais da região da comunidade em suas múltiplas relações. Essa contextualização parte de uma aproximação com a história desta região, localizada na Zona da Mata Mineira, mais especificamente, na microrregião de Muriaé, município de Divino. Nossa tarefa de traçar um quadro ilustrativo da região e do município parte de uma abordagem que toma como principais fontes, narrativas e histórias nas quais mesclaremos frutos de nosso trabalho de observação realizado na CSPC com relatos coletados em bibliografias específicas.

1.1 Memórias de Divino

O exercício de remontar uma história regional é uma tarefa complexa que poderia ser feita de diferentes maneiras. Nosso objetivo é traçar uma ilustração de alguns aspectos regionais, destacando alguns elementos.

Para pensar a Zona da Mata Mineira em uma perspectiva histórica deve-se ter em vista um cenário de colonização tardia desta região. Durante o período de exploração aurífera em Minas gerais, as regiões que não eram ricas em metais preciosos despertaram menos interesse. Isso ocorreu na região da Zona da Mata, mais especificamente a microrregião de Muriaé, que era a essa época uma região não explorada. Formada por mata fechada, servia de proteção à região mineradora. Interessava à coroa portuguesa que se mantivesse como uma barreira natural que dificultaria o contrabando do ouro. Denominadas “áreas proibidas”, era de interesse político-administrativo que se mantivessem como áreas de difícil acesso. As florestas virgens colaboravam nesta intenção. Podemos dizer desta maneira que, mesmo sem o elemento do colonizador branco, a região da Zona da Mata mineira cumpria interesses do dominador. ¹ Mercadante (1990), nos diz que:

¹ Reconhecemos que nossa tentativa de resgatar este histórico passará sempre pela questão de que essa história contada é uma história do colonizador. Mesmo o relato de populações indígenas que ocuparam previamente aquela localidade mencionam populações oriundas de uma fuga da expansão colonial. Ou

Abaixo do Paraibuna até quase a foz do Pomba, fizera-se o limite de um avanço desbravador. A descoberta do ouro nos sertões do Centro ocorrera nos finais do século XVII. O devassamento e conseqüente povoamento não provocaram, porém, a corrida para os vales afluentes esquerdos do Paraíba. [...] Da circunstância resultaria conservar-se, convizinha ao litoral fluminense, durante século e meio, uma floresta virgem, apenas habitada por índio e animais. A tira da selva, estreita nas imediações de Mar de Espanha, ia sempre se alargando para o norte, até juntar-se à imensa floresta capixaba. Matas quase impenetráveis a estender-se por vales e montanhas, cobrindo flancos e cumes das serras e formando uma barreira natural ao povoamento das chamadas Áreas Proibidas (MERCADANTE, 1990, p.22).

A microrregião contou, portanto, com uma ausência do agente colonizador até fins do século XVII. Raros são os registros que remetem a um desbravamento daquelas áreas. Os relatos de ocupação nos encaminham aos primeiros aventureiros a se embrenharem nestes sertões do leste. Bandeirantes, faiscadores em busca do precioso minério do ouro em fontes ainda desconhecidas, sertanistas nos descaminhos do desbravamento ou o “mascate a procura de ervas” (MERCADANTE, 1990).

Este avanço alcançaria o vale do rio Carangola, rio este que dá nome ao atual município de Carangola com o qual Divino compartilha sua história, na medida em que era um distrito deste município que só obteve sua emancipação no ano de 1937.

Aos poucos se estabeleceriam povoados nas proximidades do Carangola e a mata virgem passaria a conviver com as primeiras iniciativas da agricultura. Como lembra Mercadante (1990, p. 16), esta “atividade agrícola elementar, vinculada à natureza, não parece constituir o projeto de enriquecer, antes se define como o imperativo de sobrevivência”. Este autor recupera a trajetória do vale do Carangola sendo seus livros um material significativo no que tange a uma história localizada desta região da Zona da Mata.

Fora o vale protegido durante séculos por florestas densas, habitadas por indígenas. O branco adentrou, derruindo a mata, exterminando o selvagem, dando início à queimada e à lavoura. Ergueu a choupana; em seguida, preparou a fazenda. Alargou as veredas, erigiu a capela, disciplinou o povoado, cujas ruas calçou, pondo-lhe luz e água corrente [...] (MERCADANTE, 1990, p.15)

A história da família Lannes é um dos poucos registros a que tivemos acesso

seja, todos estes fatos históricos recolhidos nos remontam à história da colonização da região.

que nos permitiu uma apreciação daquela região em tempos passados. Teriam sido os pioneiros da porção norte da província do Rio de Janeiro nos limites com Minas Gerais e o Espírito Santos. Em terras doadas por estes irmãos nasceria a vila de Santa Luzia do Carangola.

De acordo com Massa (2016), desavenças com o instrutor chefe de regimento do qual José Lannes fazia parte, o teriam levado a adentrar em fuga nas florestas habitadas então somente por índios. De Campos dos Goytacazes José atravessara a nado, com a ajuda de um escravo, o rio Paraíba, subindo em seguida o Muriaé e o Carangola, alcançando o coração da mata onde teve de fazer frente aos ataques dos Puri² (MASSA, 2016)

A figura de José aparece com destaque na escassa historiografia sobre a região. Outras fontes narram também a história de seu irmão, Joaquim Lannes Dantas Brandão:

No ano de 1832, Joaquim de Lannes, desgostoso, deixou a carreira militar e internou-se nas matas do Carangola, com um amigo seu chamado Bambuy. Aliciando cerca de 200 índios de boa índole – habitantes destas paragens – plantou milho, mandioca e cana-de-açúcar, para subsistência de todos, pois a caça que lhe não faltava por estas bandas. Para obter dinheiro, arrancara poaia (ipecuanha) que abundava, então nas selvas. Pouco tempo depois, os seus irmãos José, Antônio e Francisco vieram fazer-lhe companhia aqui no Carangola, também com a intenção de apossarem-se de terras virgens, que eram devolutas em toda região. Joaquim viveu vida difícil e selvagem por muitos anos. O seu negócio de poaia fracassara. As remessas feitas dessas raízes para um negociante da cidade de Ouro Preto, não lhe foram pagas. Restavam-lhe, contudo, dois mil alqueires de terras, das quais tinha se apropriado, mas que, na época, quase nada valiam e foram vendidas por quantias insignificantes. Dotou um santo (Santo Antônio do Carangola) com algumas, para a fundação de um arraial. Reservou, para si próprio, uns seiscentos alqueires encostados no novo arraial – os quais deram início à fazenda que denominou Algodão. Nessa época mais gente havia entrado no Carangola, que já ocupava, então, com outras fazendas [...] Na fazenda do Algodão, Joaquim plantou mantimentos, cana-de-açúcar algodão e uma pequena lavoura de café. Dali retirou e vendeu madeiras de valor: cabiúna, jacarandá, gurábu, peroba, bálsamo e outras mais. (BRÉTHEL *apud* MASSA, 2016, p. 451-452)

O cenário local em princípios do século XVIII era ainda determinado pelas matas virgens e por uma resistência indígena. Não podemos perder de vista uma

² Puri são índios que habitavam a região da Zona da Mata durante os séculos XVIII e XIX.

perspectiva predatória que culmina certamente com um massacre destas populações indígenas, entretanto nos atentamos para o fato de que é também a convivência com essas populações uma condição à colonização local. O aprendizado advindo do contato com estas populações tornou-se indispensável nesta atividade de desbravamento e fixação. O conhecimento geográfico (que se mantém vivo nas toponímias), o conhecimento das plantas, da caça, da pesca, das curas, indicavam os caminhos possíveis de sobrevivência naquela região inóspita. O indígena era ainda utilizado como fonte de mão de obra

Nas correspondências de Alexandre Bréthel, um estudante de medicina bretão, que chegou à região no início da década de 1860, onde permaneceu até o seu falecimento, temos acesso a uma ilustração bem rica do local. Estamos obviamente nos aproximando do olhar do estrangeiro, do colono. Tendo isto em vista, este material aparece como uma fonte interessante para uma aproximação com o contexto local. Bréthel escreve ao seu tio em 1866:

O Carangola é uma pequena região que margeia umas vinte léguas o rio Carangola e estende-se cinco ou seis léguas sobre cada margem; região e rio devem seu nome a uma família de índios. Nosso lugar-chefe é uma vila de umas trinta casas, chamada Tombos do Carangola ou quedas do Carangola, porque está situada perto de quedas do rio que formam neste lugar três grandes cachoeiras. (BRÉTHEL *apud* MASSA, 2016, p. 223)

Bréthel descreve a viagem do Rio de Janeiro até este povoado imerso nas matas do Carangola. A partida em navio em direção ao norte até atingir a foz do Paraíba onde se realiza a transferência para embarcações menores que seguem por mais dez léguas até outro afluente do Paraíba, o rio Muriaé. Dali o transporte era realizado em canoas indígenas a montante do Muriaé até o encontro de um novo rio, o Carangola.

Se vemos já a partir da década de 1830 fazendas estabelecidas que nos apontam para uma agricultura voltada para as necessidades básicas de consumo que convivia com iniciativas de cunho econômico que se mostrassem viáveis, como o comércio de ervas medicinais, tal qual a poaia, de madeiras nobres, ou mesmo do café. A ilustração de Bréthel descreve, em meados do século XIX, condições precárias de acessibilidade e transporte que definiriam dificuldades no sentido de escoamento de qualquer tipo de produção.

O café é um elemento que caracteriza uma narrativa colonial da Zona da Mata mineira. A história da região nesta abordagem é a história do avanço do café sobre as matas, uma narrativa que consolida um período caracterizado como do ciclo do café onde a região da Zona da Mata protagoniza um crescimento e uma representatividade nacional. Este avanço, entretanto, foi um avanço gradual que sempre conviveu com uma agricultura voltada para as necessidades de consumo local. Demandava um trabalho árduo do desmatamento à introdução da agricultura e toda manutenção necessária a esses cultivos, da abertura das trilhas e caminhos entre outros. Para estes trabalhos seria empregada a mão de obra indígena, de negros escravizados, além de uma série de trabalhadores livres que compunham essa massa social. Assim, antes de adentrar a história sob a perspectiva dos avanços proporcionados pelo cultivo comercial do café, e o impulso gerado por este grão ao desenvolvimento regional, permita-nos enfatizar aspectos sobre esta heterogeneidade social, os personagens desta trama da colonização da Mata e do Vale do Carangola.

A importância da figura do mestiço na história brasileira, tal como aponta Freyre (1933), foi primordial na atividade colonizadora. A mestiçagem foi a condição necessária diante da falta do “capital homem” na colônia. Na Zona da Mata e no vale do Carangola não seria diferente. Um relato coletado em histórias contidas em caderno pessoal de um morador de Carangola, disponibilizado recentemente, conta a história de João Pereira, bisavô do escritor, que chegara em Carangola no ano de 1940, aponta para este fato.

Na década de 1840 chegava à extensão de terra sem dono, que depois se tornaria a Fazenda Cachoeira, Município de Carangola, Estado de Minas Gerais, João Pereira, vulgo Barba de Argolão. Ele vinha de Ponte Nova, Minas Gerais, escoltando sessenta escravos que pertenciam a ele. Com uma autorização imperial bem guardada em sua mala, naquele local fixou residência, pouco abaixo da Cachoeira. Com o documento de posse nas mãos, construiu um casarão que abrigou toda a sua família e agregados. Fez também uma grande sanzala que era a residência dos escravos. João Pereira, vulgo Barba de Argolão, era português, casado com uma mestiça, filha de índio com negro, por nome Antônia, mas era chamada de Antoninha. Desse matrimônio nasceram sete filhos, sendo quatro homens e três mulheres. Nomes dos homens: Joaquim, Sebastião, João e Manuel. Nomes das mulheres: Joana, Antônia e Luiza. Carangola, até hoje em dia, é conhecida como uma cidade da Zona da Mata Mineira. Naquele tempo era mata virgem cerrada, com poucos moradores. A terra era posseada. O Governo da Regência Imperial oferecia as posses para os súditos portugueses. Cada morador português remarcava o seu pedaço de terra o quanto queria. João Argolão, como era chamado,

tendo ele muitos escravos, demarcou uns quinhentos alqueires de terra. As divisas eram águas vertentes. Com os seus escravos, ele fez uma picada nos altos. De distância em distância, ele cortava uma árvore das mais grandes e dizia para os escravos: “– Esta é a divisa que tem que ser respeitada”. E, assim, formou uma grande Fazenda que, até hoje, tem o nome de Fazenda Cachoeira. (MACHADO, 2013)

Aí também está ilustrada uma dinâmica entre senhor e escravo, entre a Casa Grande e a Senzala (sanzala). Vemos por aí um dos vetores da inserção de uma população negra no local. O risco de ressaltar este viés é perder, na polarização entre senhor e escravo, uma camada intermediária da sociedade que no caso seria representada de diferentes maneiras: os catadores de poaia, os faiscadores, os tropeiros ou os trabalhadores livres, outros vetores que sinalizam também a presença de uma população de negros livres e libertos.

Esta heterogeneidade do campo social marca as possibilidades e a efetivação de uma colonização da região. A ocupação territorial se daria através do estabelecimento de fazendas e pequenos sítios. Vemos aí a emergência de termos que até os dias de hoje são de uso comum no local e que expressam as primeiras dimensões territoriais destas localidades rurais. Como coloca Comerford:

[...] *fazenda* e *córrego* são termos de uso comum, não oficializados no plano administrativo, eclesiástico ou político. *Fazenda* remete seja ao nome de uma grande propriedade ainda hoje existente, seja ao nome original da propriedade que ocupava uma localidade hoje subdividida em um número maior ou menor de pequenos sítios. *Córrego* remete ao nome do curso d'água ao longo do qual se distribuiu um conjunto de sítios, caracteristicamente recortados em faixas incluindo áreas de várzea e áreas de encosta. (COMERFORD, 2003, p. 36)

Ao lado das fazendas veremos uma dinâmica territorial a partir dos córregos, protagonizada por pequenos sitiantes. Isso implica uma divisão e uma relativa igualdade daqueles que não se nominam fazendeiros: “Essa igualdade relativa é de certo modo um contraste com o mundo dos *ricos*, das pessoas *de conhecimento, estudadas*. É a igualdade daqueles que se reconhecem e são reconhecidos como os *da roça, roceiros, pequenos*” (COMERFORD, 2003, p. 61).

Estes *roceiros* nos atentam para esta camada intermediária que Caio Prado Junior em seus estudos sobre a formação social brasileira já destacara. Os desclassificados, os inúteis, inadaptados: massa de pessoas composta por “escravos negros ou mulatos libertos fugidos, índios semi-aculturados, mestiços de todas as categorias e gradações de cor... até brancos, brancos puros...” (PRADO JR. Apud

FORMAN, 1979, p. 57)

Não podemos, no entanto, desconsiderar a mão de obra escrava no processo de colonização e de estabelecimento de uma agricultura no local. Estima-se que no município de Muriaé (que incluía o de Carangola) a população escrava no ano de 1874 atingia quase a casa de sete milhares e aumentaria em 837 escravos até o ano de 1883 (MERCADANTE, 1990).

Os registros mais uma vez são escassos, mas devemos considerar que a mão de obra da população negra escravizada tenha sido preponderante na árdua trajetória de desbravamento daquelas matas e no estabelecimento de uma atividade agrária que permitiria a vida dos pequenos povoados.

Torna-se difícil a tarefa de reconstituir a história da escravidão no local. Nos limitamos a deixar evidenciada a presença de pessoas sob esta condição, o que prevaleceria até 1887, ano em que, anteriormente à Lei Áurea, mas posterior às do ventre livre e dos sexagenários, portanto, fase de abolição gradual da escravatura, seria libertada a maioria dos escravos em Carangola.

Aos escravos cabiam os trabalhos agrícolas. A sementeira, a capina, as colheitas, assim como a manutenção dos caminhos, o abate das árvores. Estes escravos, segundo Bréthel, trabalhavam longe dos trabalhadores livres. Há ainda a presença, principalmente de mulheres, que se encarregavam dos trabalhos domésticos da fazenda, da cozinha ao cuidado com as crianças.

As punições aos escravos rebeldes eram severas. Em 1865 Bréthel relata ao seu tio em correspondência sobre um negro que tentara assassinar seu feitor e após fuga fora capturado.

Este negro, como castigo, receberá a chibata durante quinze dias; a chibata brasileira faz jorrar o sangue a cada golpe. Só se bate no dorso e nas costas, cada dia abrem-se as feridas com um facão e passa-se vinagre, aguardente e sal, ou suco de limão. Além disso, ele carregará durante um ano grossos ferros e mais tarde, durante quatro anos e talvez toda a vida, ferros mais leves, mas que lhe tirarão toda possibilidade de fugir novamente. É claro que este negro irá trabalhar no campo como os outros escravos. Aliás, não há fazendas onde não se veja negros acorrentados (MASSA, 2016, p.220).

Eram comuns os anúncios de jornais que ofereciam recompensas à captura de escravos fugitivos. Recompensas que variavam de acordo com as qualidades e habilidades do negro, o que nos atenta para outras dimensões do trabalho dos escravos. Além da atividade agrícola encontraremos negros com outras

competências. Cozinheiros, carpinteiros, alfaiates, letrados e com capacidade de escrever ou “desembaraçados em falar” (MASSA, 2016).

A figura do negro era motivo de temor para os fazendeiros:

Aqui, caro tio, moramos num país singular, onde se viaja com a faca na cintura e o fuzil nos ombros. A gente teme os animais selvagens, os ladrões e os escravos fugitivos. Além disso, teme-se os próprios escravos que, de um momento para o outro, matam qualquer um de nós (BRÉTHEL *apud* MASSA, 2016, p.233).

Por outro lado, vemos ainda nessas mesmas correspondências, relações entre senhor e escravo mais brandas. O próprio Bréthel possuía seus poucos escravos ganhados como dote do sogro Joaquim Lannes e fala sobre a condição de que gozam estes escravos. Segundo ele: “acredite, eles só eram escravos no nome, com certeza a maior parte dos lavradores bretões não tenham nem seu bem-estar, nem mesmo, sem brincar com as palavras, sua liberdade” (BRÉTHEL, *apud* MASSA, 2016, p.144). Mais uma vez reforçamos que esta é, obviamente, a visão do dominador e não do dominado. Fala-se de uma série de assassinatos de escravos a seus feitores e quando o movimento é inverso, justifica-se a morte por legítima defesa.

Nas anotações de Antônio Sousa Costa (bisneto do já mencionado João Pereira) também aparecem narrativas que apontam estes dois aspectos. Antônio menciona um quilombo que se localizava no Alto-Carangola (região onde hoje está o município de Orizânia) e a organização dos fazendeiros que, na falta de policiamento, tinham eles mesmos que buscar os meios para capturar os escravos fugitivos.

Alto de Carangola, no tempo da mata virgem, tinha nome de Quilombo, por ser o lugar aonde os escravos se escondiam dentro das matas, por não quererem sujeitar-se ao trabalho forçado que o Sinhô exigia deles. Os escravos fugiam para o quilombo e formavam um verdadeiro exército e faziam muitos roubos. Eles viviam iguais aos índios, mas, mais conhecedores do que se passava nas Fazendas. Eles saíam de noite e roubavam o que fosse necessário para o sustento deles, trabalhar não era com eles.

Quando um escravo fugia da Fazenda, já se sabia que ele estava no Quilombo. E, para chegar lá, quem se atrevia em ir com pouca gente? Naquela época não existia policiamento para fazer prisão de fugitivo. Em lugar atrasado, longe do comércio, os próprios fazendeiros saíam com alguns de seus parentes e amigos, e com alguns empregados de confiança, e iam até ao Quilombo, e traziam os fugitivos. E botavam o fugitivo no tronco até castigar bem. Depois, tiravam do tronco, e o escravo era obrigado a trabalhar com a perna algemada na perna de outro escravo que não devia aquele castigo. Se fosse fazer uma

capina de café em carreira, aquele escravo que não devia nada não saía da sua carreira, mas, o outro, o que devia o castigo, de pé em pé, ele tinha que atravessar, para conseguir levar a capina, até chegar ao final. (MACHADO, 2013)

Da mesma maneira em outras histórias Antônio traça narrativas que nos sugerem também esta relação mais branda. Nos chamou a atenção a história de Miguel Pereira, que teria sido um escravo de estima de João Pereira, e que herdara deste último não só um sítio, como o sobrenome. Este sítio conforme conta o autor, se localizava entre os distritos do Alto Carangola (hoje Orizânia) e Divino do Espírito Santo (hoje Divino) o que pode sugerir um local semelhante ao que se encontra a CSPC.

Resgatamos estas histórias apenas como uma breve menção à questão da escravidão no local. Atentamos para o fato da existência de um quilombo que ficou marcado nas memórias locais. Quilombo aí na acepção clássica de um local de escravos fugitivos.

Por fim chegamos ao elemento que caracteriza uma historiografia dominante da Zona da Mata. O café é o elemento dinamizador da economia da mata. Essa narrativa atribui o desenvolvimento regional como efeito causado pelo café. Enfatiza uma agência externa que parte de interesses internacionais que devem ser entendidos, em sua origem, dentro do sistema colonial, levando em conta o papel da colônia como fonte de recursos que possam ser convertidos economicamente.

O fornecimento de produtos primários oriundos deste extrativismo terá continuidade mesmo após a independência brasileira e, podemos dizer, se prolonga à atualidade. É neste sentido que enfatizamos ser esta uma narrativa colonial que é propagada, por exemplo, na abordagem da história brasileira a partir de ciclos econômicos. Desde um possível ciclo da madeira, ao ciclo da cana, o ciclo do ouro e enfim o ciclo do café, todos nomeados pelo produto da exploração. O Brasil ganha importância dentro do cenário de comércio mundial do café

Embora essa narrativa preconize a ação do colonizador e possa invisibilizar esses outros agentes aos quais já nos referimos, não devemos perder de vista esta agência externa sempre presente na história brasileira, o que lhe confere na realidade aspectos de uma história da dominação deste país.

O cultivo desta rubiácea exige a presença de uma mão de obra extensa desde o preparo dos terrenos às capinas e principalmente à colheita. Neste sentido a

expansão do café naqueles locais sinaliza também uma expansão populacional. Bréthel desde sua chegada ao Brasil já se atentara à presença do café na agricultura brasileira:

O cafeeiro é um bonito arbusto sempre verde que cresce em forma piramidal com 5 a 7 metros de altura. Os galhos são flexíveis. Suas flores são brancas e seus frutos, que vêm depois das flores que caem, oferecem, com a brancura pura das flores novas que se abrem, contrastes dos mais agradáveis por suas cores verdes, amarelas, vermelhas e pretas de acordo com a maturação... (BRÉTHEL, *apud* MASSA, 2016, p.207).

A queimada era o procedimento comum que seguia o abate das madeiras no preparo para o plantio. “Nossos lenhadores terminaram o abate de 30 hectares de mata; esse trabalho foi feito sem acidente. Em um mês e meio, toda madeira estará seca e mandarei pôr fogo para limpar o terreno e plantar 30 mil pés de café” escreveu Bréthel quando passou a administrar a fazenda de seu sogro (BRÉTHEL, *apud* MASSA, 2016, p.390).

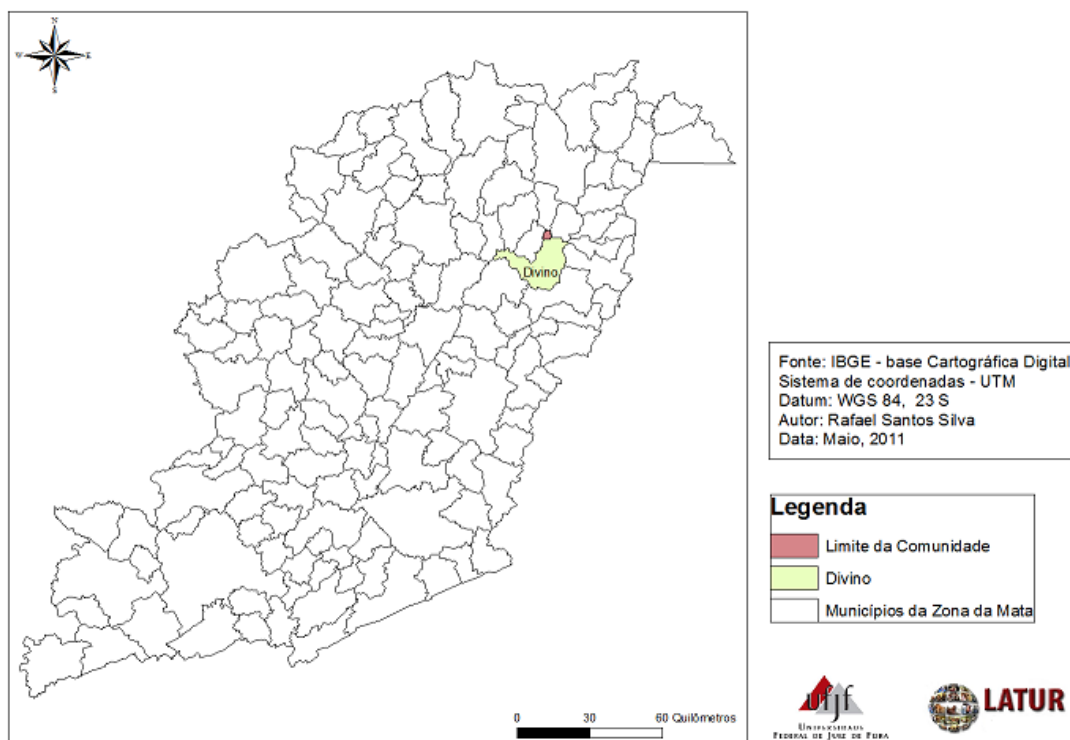
Devemos entender o café e a região dentro de um cenário de expansão das fronteiras agrícolas que subiam a montante do Paraíba. A disponibilidade de terras era um dos fatores que permitia essa expansão.

A essa expansão do café está também associada uma expansão das vias de comunicação com destaque para o setor ferroviário que seria responsável pelo escoamento da produção da mata. A chegada da ferrovia no vale do Carangola aponta para um período expressivo de crescimento, momento de emancipação do município, um desenvolvimento marcado nas paisagens onde a mata fora substituída por pequenos núcleos urbanos rodeados pelas fazendas. O crescimento destes núcleos urbanos também sinaliza o adensamento populacional da região e do município.

1.2 São Pedro de Cima: narrativas locais

A base material da subjetividade coletiva da comunidade de São Pedro de Cima, segundo levantamento realizado pela UFJF em 2010, é composta por 150 famílias: 452 moradores, sendo 235 homens e 217 mulheres. Está localizada na porção setentrional do município de Divino na Zona da Mata de Minas Gerais (Mapa 1).

Localização da Comunidade na Zona da Mata Mineira



Mapa 1: Localização do município de Divino na Zona da Mata Mineira

Como evidenciado no mapa, a CSPC se localiza no extremo norte do município, ponto em vermelho, e está aproximadamente a 18 km da sede municipal no centro urbano. O acesso à comunidade e da comunidade com seu entorno envolvente se dá por duas vias principais, uma que a conecta à zona urbana de Divino com aproximadamente 14km de estrada de terra e mais 4 km de via asfaltada, e outra não pavimentada que dá acesso à BR 116 já no município de Orizânia, com aproximadamente 6 km de extensão.

Os trabalhos que remetem à gênese identitária da comunidade de São Pedro de Cima atribuem à família Malaquias o papel de primeiros habitantes daquelas

porções de terra, compondo, em nosso quadro analítico, a intersubjetividade coletiva familiar originária. Dantas (2011) se dedica a compreender e a desenhar este núcleo familiar chegando a elaborar a árvore genealógica dos três irmãos Joaquim, Raimundo e Pedro Malaquias. A este último é atribuída uma importância maior de modo a ser lembrado como um dos principais precursores da comunidade e de certa maneira um de seus fundadores.

A ocupação do local data de meados do século XIX³ tendo sido estimada a partir dos relatos, das memórias e das idades dos moradores. Assim, os Malaquias, sob liderança de Pedro, são um dos núcleos familiares que compõem a comunidade, o que nos remete às situações escravistas dos séculos XVIII e XIX e à possibilidade original de uma identidade quilombola libertadora dos laços escravistas do Império, que cumpre ser investigada.

Outro núcleo familiar a que se atribui importância na história da formação da comunidade são os Pereiras. Segundo os relatos orais, chegaram à mesma época que os Malaquias. Faltam-nos informações detalhadas a respeito dos laços de parentesco dessa família, mas constituem hoje, um grupo familiar de forte expressão numérica dentro da comunidade. Assim como Pedro Malaquias, a figura de José Pereira aparece como de importância fundamental na formação da comunidade, cumprindo problematizar e entender as relações entre estas duas subjetividades coletivas familiares e suas bases materiais de produção e reprodução social, também no contexto de identidades quilombolas.

Essas informações são na realidade um produto dos trabalhos escritos por pessoas envolvidas nesta trajetória da UFJF (componentes desta subjetividade coletiva). Refletem um esforço quase inevitável de investigação histórica do objeto de estudo, a CSPC. Em campo tínhamos contato com memórias do local, memórias essas transmitidas de maneira interna na comunidade, de geração em geração e pelas pessoas que compartilham essas lembranças. A isso seguia-se um exercício de reconstituição escrita daquela história, mesmo que uma alternativa viável fosse deixar essa lacuna aberta.

³A abolição é de 1888; escravos fugitivos ou libertos? “terras de pretos” – Essa é uma questão que merece aprofundamento tanto em um sentido teórico de busca de bibliografias, como a respeito das já mencionadas “terras de preto”, mas também um esforço de conectar alguns relatos orais a um contexto histórico-social mais amplo de modo a tentar compreender melhor como se deu essa ocupação de CSPC. Carneiro (2008) por exemplo, coloca que as terras foram ocupadas em meados do século XIX por escravos fugitivos. Pretendemos explorar outras possibilidades.

De todo o modo a produção escrita, embora apresente diferentes versões, remonta este contato UFJF – CSPC. Remonta a memórias locais “traduzidas” para o papel o que implica a inclusão de uma agência dos escritores. Nos mostram, porém, elementos comuns de uma história compartilhada localmente.

Um dos elementos comuns destas histórias pode ser observado como um mito de origem da CSPC. Essa narrativa trata de uma negociação que teria acontecido entre Pedro Malaquias e José Lourenço em que o primeiro teria escolhido aquelas terras mais altas devido à presença abundante de uma espécie de samambaia que se assemelhava a uma cruz. Em alguns trabalhos da UFJF supõe-se também a possibilidade de uma migração das terras mais baixas para o local atual da comunidade.

O que esta pequena história, recontada pelos moradores, nos indica sobre essa origem da comunidade? Gostaríamos de apontar alguns elementos que acreditamos que possam contribuir para uma leitura dessa narrativa.

A samambaia apresentada na narrativa caracteriza uma vegetação secundária que pode ainda ser encontrada nos dias de hoje. Em nossas caminhadas pela comunidade acompanhados de moradores como Paulão e Seu Antônio, fomos apresentados a essas samambaias, e à história, e percebemos ser uma espécie indicativa de solos desgastados. Esse raciocínio nos leva à hipótese de que a origem da territorialização destas famílias negras remonta um cenário de exploração prévia daquela localidade. De uma atividade prévia de desmatamento.

Por outro lado, o simbolismo da cruz arraigado nesta história e o próprio nome de santo que batizaria a comunidade nos remetem a um catolicismo, mesmo que mais próximo a um catolicismo popular (BRANDÃO, 2007), na fundação da Comunidade São Pedro de Cima. De cima, remete a uma localização geográfica relacional colocada acima do “de baixo”. Esta divisão também aparece na nomenclatura São Pedro dos crioulos, que agrega o componente étnico ao território.

Supomos que este mito diz respeito a um período de fixação da família Malaquias no local ou de um processo de territorialização familiar que passa pelo reconhecimento de uma posse daqueles territórios. Reconhecimento nos campos discursivos (e aqui a nomenclatura São Pedro dos Crioulos é de especial importância pois associa um território a uma população negra) e no campo prático no sentido de efetivações deste habitar o local. É este processo de habitar que vai dando forma às

paisagens, à construção das primeiras casas barreadas que formariam núcleos familiares e uma dinâmica de habitação do lugar.

Retomando nossas caminhadas, Paulão certa vez nos apontou a casa onde morara sua avó Tomasa Rita de Jesus, irmã de Pedro Malaquias, e disse também que o próprio Pedro morava ali onde hoje era sua casa, “mas era tudo do Malaquias” acrescenta Paulão. As histórias contadas por Paulão confirmam que Pedro Malaquias foi o dono daquelas terras e apontam um período onde já se morava naquela região. Pedro Malaquias, como nos contou Paulão, recolhia impostos de todos seus irmãos que seriam pagos em Carangola. Ou seja, a figura de Pedro Malaquias representa, de algum modo, o reconhecimento de posse daqueles territórios, o que não sabemos é de que maneira foi alcançado. Por outro lado, sinaliza uma presença familiar nesse processo de territorialização. Novamente entramos no campo das suposições onde julgamos como plausível a hipótese de terem sido terras marginais concedidas por fazendeiros (os Lourenços) para alocar uma população, já não de escravos, mas de uma massa de trabalhadores da qual se utilizavam nas demandas da fazenda.

Assim, embora possa haver essa centralidade na figura de Pedro Malaquias, outros personagens se fazem presentes neste processo de povoamento do local. Seus irmãos, Raimundo, Joaquim, Tomasa e possíveis outros. Os casamentos destes agregando outras famílias, os filhos netos e bisnetos compõem essa subjetividade familiar Malaquias.

O que importa é que a confluência de narrativas que remetem à figura de Pedro Malaquias como fundador da comunidade, carregam uma relação com seu papel em um reconhecimento territorial e conseqüentemente um período de estabilização da família Malaquias neste território. Não fazem menção necessariamente aos primeiros habitantes daquelas localidades. O próprio Paulão nos contou a respeito de Tomás Malaquias, pai de Pedro, um ex-escravo que teria sido o primeiro a ocupar aquelas terras (ORSI, 2016). Enfim, é uma história nebulosa onde torna-se difícil localizar este mito de origem. No entanto, reconhecemos a importância desta passagem no sentido em que habita o campo discursivo da comunidade, uma história que se mantém viva na tradição oral, que se apoia nas configurações atuais e nas possibilidades de futuro.

Os elementos que podem complementar esta narrativa estariam presentes nos trabalhos de campo e nas experiências etnográficas da UFJF. Procuraremos conectar algumas histórias de modo a entender um pouco essa trajetória da CSPC.

Uma das pessoas que também sempre demonstrou fazer questão de acolher a UFJF em sua trajetória na CSPC era Antônio Dorico, que seria chamado por nós Seu Antônio. Antônio é o morador mais velho da comunidade e atinge nos dias de hoje seus noventa e nove anos. Um século de memórias e de lembranças das quais compartilharia algumas conosco.

Seu Antônio sempre fez questão de nos receber e de nos acompanhar em alguns passeios pela comunidade. Com ele foram realizadas uma série de entrevistas e foi uma das pessoas que participou das filmagens que comporiam um documentário da comunidade. É daí que retiramos a maioria das informações com as quais trabalharemos, entretanto, há de se destacar também as memórias recolhidas de maneira informal, nas conversas rotineiras, ao longo dos caminhos em que ele nos acompanhava, memórias muitas vezes apoiadas em algum elemento da paisagem ou do local onde estávamos.

Em uma dessas caminhadas por exemplo, seu, Antônio nos apontou um toco de Braúna nos dizendo que aquela árvore fora cortada por seu avô que à época já trabalhava para os Lourenço. O avô de Antônio é Raimundo Malaquias e esta pequena lembrança deixa as pistas de uma relação antiga com os fazendeiros. Esta relação terá suas continuidades e grande parte da população de São Pedro de Cima tem ainda na memória o tempo em que trabalhavam nas Fazendas. O próprio Seu Antônio relatou que chegou a morar durante quinze anos na fazenda dos Lourenço onde trabalhava nas plantações de café a troco de provisões, que variavam de acordo com o tamanho das famílias.

Seu Antônio mora hoje em uma área da comunidade onde se concentram membros da subjetividade familiar Malaquias, nas cabeceiras do chamado córrego dos Malaquias. Lembramos que a denominação de córrego nos remete a esta concentração de sítios que compõe neste sentido um núcleo territorial da família Malaquias. Embora possa haver processos de herança nesta configuração territorial, Seu Antônio relata que seu terreno foi comprado. Conta que foi aos poucos juntando dinheiro, escondido do patrão, nos trabalhos na fazenda. Disse-nos das dificuldades deste percurso até finalmente conseguir comprar o terreno. Dizia ao seu patrão estar precisando de dinheiro para comprar itens básicos como cobertores para seus filhos que estavam passando frio ou outras provisões na medida em que este último não podia desconfiar que a finalidade do dinheiro fosse a compra de terras.

Além deste período morando na fazenda, o trabalho na propriedade dos Lourenço, como dissemos, marca as memórias dos atuais moradores. Essas lembranças sugerem um tempo em que se saía para trabalhar antes do nascer do sol e só se retornava após o poente. Neste ponto se estabelece uma situação singular onde, embora possuidores das terras, não exerciam atividades agrícolas em suas próprias terras. O trabalho na fazenda era a fonte das provisões necessárias para a sobrevivência. São tempos marcados por dificuldades, embora os relatos também enfatizem uma perspectiva de união nestes tempos antigos.

Vimos até aqui um pouco da trajetória da comunidade, centrada na subjetividade familiar Malaquias, que retoma as origens da comunidade. Entretanto, tal trajetória inclui outros sujeitos e outras subjetividades familiares. Procuraremos em seguida ilustrar estas outras subjetividades, essencialmente os três grupos familiares a que se atribui maior importância na comunidade. Antes completaremos essa ilustração dos Malaquias, complementando o caminho histórico das lembranças ao ilustrar um pouco da configuração territorial dos dias atuais.

A expressividade desse ramo familiar, como já vimos, habita o campo discursivo de uma história de São Pedro de Cima, entretanto é também visível no que diz respeito a uma configuração territorial e demográfica atual da comunidade. Reiteramos a importância de compreender esta configuração dentro de uma trajetória complexa que passa por terras herdadas, mas também, como vimos no caso de Seu Antônio, por terras obtidas por via de compra ou posse. Em suma, este aspecto territorial de São Pedro de Cima indica um movimento mais complexo do que uma simples estabilidade e fixação no local que teria tido início e continuidade a partir de Pedro Malaquias e seus irmãos.

Nessa composição territorial pode-se notar um adensamento de familiares em uma porção da comunidade que ficaria denominada como o córrego dos Malaquias. Essa denominação de uso local se faz relevante pois associa uma localidade a uma família. Próximo à casa de Seu Antônio encontraremos outras casas de familiares. Nas vezes em que pernoitamos em sua casa pôde-se notar seu hábito de visitar seu irmão Gerônimo, que mora nas proximidades. Os pequenos caminhos e trilhas que conectam estas casas são uma marca grafada na paisagem deste fluxo de visitas e, conseqüentemente, de conversas que nos indicam esta dinâmica familiar que ali se faz presente.

Esta dinâmica deve ser entendida em seu aspecto complexo. A princípio devemos compreender que a subjetividade familiar Malaquias engloba diferentes núcleos familiares, mesmo que com uma origem comum, aos quais já se agregam outras pessoas por meio dos casamentos. Desta maneira, pessoas como Paulão e Salvador não carregam o sobrenome Malaquias, mas compõe essa subjetividade familiar. Essa complexidade se expressa, por exemplo, nas divisões territoriais, que, como notamos em campo, são bem definidas mesmo que não apresentem cercas.

Isso nos encaminha para dinâmicas internas que serão as responsáveis por momentos de centramento ou descentramento desta subjetividade coletiva. Nestas dinâmicas internas devemos captar os movimentos de sinergia sem perder de vista os aspectos conflitivos o que nos dará uma breve ilustração desta coletividade e de suas relações territoriais. É o que ilustra Comerford (2003) através da categoria de territórios de parentesco, cunhada com inspiração exatamente no contexto de municípios da Zona da Mata Mineira entre eles Divino.

Assim, em meio a casamentos, heranças, mudanças, permanências, indivisão, subdivisão, trabalho à meia, troca de dias, mutirões, bem como frequência às casas uns dos outros, circulação de crianças, troca de produtos da roça, sem falar ainda de caronas (este uso hospitaleiro de uma extensão da casa), almoços, caçadas, pescarias, visitas e ajudas nos momentos de doença, e finalmente da *mistura* através de casamentos, sempre tão mencionada, é possível ir formando um padrão de territórios de parentesco, que concentram residências e/ou locais de trabalho (lavouras, roças) de *parentes* reconhecidos e valorizados como tais, bem como *compadres* e *comadres*, territórios aos quais certas famílias se vinculam no mapeamento social que se produz nas conversas cotidianas, e dentro dos quais há uma liberdade, uma fluência de relações, uma familiaridade, que permite tolerar problemas de animais, água, divisas, bem como desatenções, brincadeiras, dívidas, coisas que em outras circunstâncias poderiam redundar em consequências sérias, grandes rompimentos, mortes. (COMERFORD, 2003, p.40)

Estes territórios de parentesco, neste sentido, nos atentam para uma série de movimentos que deram e dão vida a um processo de territorialização no local e de reconhecimento de uma localidade a uma família. Uma permanência alimentada por estes diversos fluxos, mas de notoriedade ainda nos dias de hoje.

A outra subjetividade familiar originária da CSPC são os Pereiras. Sua importância, assim como a dos Malaquias, será percebida no campo discursivo das histórias sobre a comunidade. Essas duas subjetividades familiares compartilham a história de primeiros habitantes de São Pedro de Cima. A lógica do parentesco, e dos

territórios de parentesco, que mencionamos acima se estende, portanto, a estes dois grupos na medida em que entrelaçam suas trajetórias e que encontram em São Pedro de Cima, ou, São Pedro dos Crioulos, uma referência territorial. Esta intersubjetividade familiar sugere as origens de um campo relacional que será representado na ideia de Comunidade.

Pode-se notar também nos Pereira uma certa proximidade entre familiares e inclusive a nomenclatura de córrego dos Pereiras permeia as explicações sobre os lugares. O córrego dos Pereira já se situa em uma região mais próxima às divisas com Luizburgo e São João do Norte.

Pouco podemos dizer sobre esta subjetividade familiar em um sentido mais histórico ou mesmo da estrutura familiar. As pesquisas não conseguiram produzir tantos resultados, o que podemos associar a um menor contato com este grupo familiar, mas também, julgamos, a um menor interesse de reconstituição desta história por parte das pessoas com que entramos em contato.

Em nossa trajetória podemos elencar um contato que se manteve desde os primeiros trabalhos com a família de Zé e Lenir Pereira. Zé mencionou seu avô homônimo que teria sido um dos primeiros da família a vir para São Pedro de Cima. Suas terras teriam sido herdadas. Também das primeiras visitas permaneceu o contato com Selma e Divino Pereira. Podemos dizer que estas famílias, a princípio, incluíam esta subjetividade familiar nos trabalhos da UFJF.

Como apontamos em nossa visita à propriedade de Zé Pereira, nos deparamos com uma configuração territorial onde além das divisões internas, o território aparece entrecortado por propriedades de outros sítios locais e também com propriedades que agregam outras características e remetem a outro público: o fazendeiro, ou o patrão. O caso de Dona Selma era especialmente sensibilizador na medida em que ao longo de nossa trajetória convivemos com um momento de iminência da migração da família, que se viu cercada por plantações de eucalipto que inviabilizavam seus cultivos e sua permanência no local.

O processo de familiarização dos Pereira envolvia o hábito comum do casamento entre primos, e ao longo de nossas vivências participamos de um destes casamentos. O casamento da filha de José e Lenir, com um dos filhos de Raimundo e Marlene Pereira. A família de Marlene, irmã de Zé Pereira, seria mais uma das famílias que ampliariam esta geografia da relação da UFJF.

Momentos como o casamento evidenciam esta subjetividade familiar dos Pereira, os laços da família com o local, além da série de movimentos que dão vida a estes processos de familiarização. Citamos brevemente toda a organização e a vida comunitária realizada nos preparos da festa que indicam as formas de sociabilidade presentes na CSPC. A ajuda no preparo da casa, o mutirão de mulheres responsáveis pelo preparo dos alimentos, a alocação das pessoas vindas de fora, as expectativas que ganhavam o campo das conversas ou ainda as brincadeiras realizadas com o noivo que marcam, assim como o casamento, um rito de passagem para a nova vida que viria.

Vemos fluxos internos de sociabilidade que fortalecem e recriam as subjetividades familiares e comunitária. No caso citado é significativo de que este casamento também demonstra uma permanência da família no local e uma reorganização territorial. Tutim (como era chamado pelos amigos o filho de Marlene) e Jucylene, recém-casados, passam a morar em uma propriedade nas proximidades.

Ao lado desta permanência a festa de casamento também evidencia o caráter de dispersão desta família. Era grande a quantidade de parentes vindos de fora, pessoas que em sua maioria compartilhavam lembranças de São Pedro de Cima e um notável sentimento de afeição com o lugar. Migrados em busca de oportunidades ou mesmo por necessidade. Este movimento de migração, que pode ser de caráter permanente, tende a ser visto dentro de uma narrativa de êxodo rural sinalizando uma fragmentação da subjetividade familiar e da referência territorial desta subjetividade. Isso se tomarmos a sedentaridade como o “normal”, o esperado, e a mobilidade como algo excepcional a ser explicado.

Mas a realidade em São Pedro de Cima parece apontar o contrário. Para ficar em um exemplo, dos sete filhos de seu Antônio, apenas um permanece na comunidade, enquanto os outros seis encontram-se espalhados por diferentes cidades, sem no entanto terem perdido o vínculo com a família e a comunidade, como fica evidente nas situações de festas e de férias.

Este ponto de vista, portanto, busca enfatizar um outro olhar sobre o fenômeno da migração, entendendo a própria dispersão como um dos movimentos dentro destes processos de familiarização, movimentos que darão vida às possibilidades de permanência. Em artigo sobre “migração, família e comunidade”, Woortman sugere que a migração de camponeses não deve ser vista apenas como consequência da

inviabilização de suas condições de existência, mas como parte integrante de suas próprias práticas de reprodução (WOORTMAN, 1990, p.35). Migrar, neste sentido, pode ser a condição para a permanência camponesa.

É neste sentido que devemos pensar essas famílias e a comunidade como subjetividades coletivas, dissolvendo dicotomias como permanência e dispersão, indivíduos e coletividades, história e criação. Essas identidades complexas se definem nesta gama ampla de relações sempre na relação com o ambiente.

Malaquias e Pereira são desta forma as primeiras famílias que ocuparam aqueles territórios dando forma à intersubjetividade da comunidade e suas condições de produção e reprodução social. A nomenclatura *São Pedro dos Crioulos*, remete à afro-descendência destes dois grupos familiares, revelando um componente étnico originário da comunidade. Em um dos trabalhos de campo, ainda no município de Divino, perguntamos aos locais, que estavam em um bar, como chegar à Comunidade São Pedro de Cima. A resposta indicava a presença desta nomenclatura (que geralmente se associa a tempos antigos) ainda nos dias de hoje: “Vocês vão pra São Pedro de Cima? Lá não é São Pedro de Cima não, é São Pedro dos Crioulos.” Ao que se seguiu uma espécie de alerta em relação a um histórico de violência e de doenças na comunidade.

Esta pequena passagem diz a respeito às possíveis origens desta nomenclatura como uma caracterização externa e pejorativa sobre uma população negra que ocupava determinado território. Lembremos que os relatos que remontam à história de São Pedro a que tivemos acesso mostram uma relação antiga de trabalho nas fazendas e de relação com os fazendeiros. Neste sentido entendemos que esta caracterização racial cumpre um papel de desqualificação que condicionaria as precárias situações de trabalho que lhes eram concedidas, a incluir a baixa remuneração ou mesmo a ausência desta.

Essas situações, que podem ser consideradas análogas à escravidão, mesmo no período pós-abolição principalmente se considerada a privação de movimento e de liberdade nos casos em que se mora na fazenda, nos mostram uma interação constitutiva dessa população negra em relação a fazendeiros locais. Uma relação co-constitutiva entre córregos e fazendas caracterizada por uma geografia desigual de poderes e fazeres.

Com essa abordagem enfatizamos um caráter relacional destas identidades

familiares e dos elos de pertencimento traçados entre estas duas subjetividades familiares originárias. Tanto na perspectiva de relações internas, intra e interfamiliares, quanto relações externas, com todo o contexto histórico, social e ambiental e religioso da região. Isso nos afasta de uma perspectiva de isolamento da comunidade, que pode ser induzida quando pensada como um quilombo nos sentidos tradicionais de fuga.

Por outro lado, atentamos que essa história a que tivemos acesso, remonta principalmente ao período em que a memória dos atuais moradores alcança, deixamos assim em aberto outras possibilidades de territorialização, inclusive por famílias negras, possivelmente ascendentes dos atuais moradores, que antecedem esse período, ou mesmo outros territórios que não aquelas terras altas que viriam a ser nomeadas São Pedro de Cima.

Esta história simboliza um primeiro momento da Comunidade São Pedro de Cima das quais podem-se destacar alguns elementos:

I – O nome São Pedro dos Crioulos foi observado como vimos em um campo discursivo externo à comunidade, onde pôde-se perceber essa nomeação no sentido de (des)classificação, vinda de fora. Entretanto, também nas narrativas de moradores da comunidade havia referências a este nome, geralmente localizado no passado: “aqui antigamente era São Pedro dos Crioulos”. Este nome nos remete a um componente étnico que caracteriza os primórdios da comunidade e a diferencia em relação a uma outra porção territorial de mesmo nome, São Pedro. Daí podemos entender também a designação atual da comunidade que substitui a referência étnica por uma referência geográfica, São Pedro de Cima, em relação a São Pedro de Baixo. Pensá-lo como advindo de uma agência externa, ou seja, o nome pelo qual eram chamados e não pelo qual se chamavam, lembra da estreita relação com agentes externos do local e do caráter relacional da atribuição de identidades.

II – O nome de São Pedro, pode ter relação também com o nome do próprio Pedro Malaquias e de sua importância, de qualquer forma indica uma ótica religiosa que esteve presente já neste período. O simbolismo da cruz contido nas histórias também faz alusão à presença do catolicismo e de um campo religioso por onde vão se tecer relações que reforçam os sentimentos de pertencimento comum dos moradores locais. Uma religiosidade que

acompanha este surgimento da comunidade e que deve ser observada em seus aspectos de sincretismo. Um exemplo interessante pôde ser percebido nas conversas com Paulão relembrando alguns casos de Pedro Malaquias. Segundo Paulão este era muito religioso e foi o “primeiro homem a levar uma bíblia para o São Pedro”. Ao mesmo tempo, diz Paulão, segundo falam, Pedro Malaquias era meio “mandraqueiro” sugerindo aproximações com o Candomblé. Uma personificação deste sincretismo que mistura e recria tradições ou mesmo possibilita uma convivência de diferentes caminhos de fé. De qualquer forma, a presença forte desta religião sugere relações internas por meio deste canal e também uma ligação com agentes externos.

III – Por fim podemos destacar deste período a presença das famílias Malaquias e Pereiras que juntas compartilham esta história. Isso envolve diferentes processos de territorialização familiar o que nos daria uma abordagem de cada uma destas duas subjetividades familiares, mas também define uma noção de coletividade e de um espaço comum. Assim podemos dizer que os laços de parentesco, aqui entendendo parentesco como uma conotação mais abrangente do que a de família (COMERFORD, 2003), se estendem a essa coletividade maior da qual São Pedro dos Crioulos é a referência territorial.

Quando falamos de fazendas, córregos, Malaquias, Pereiras, Lourenços, estamos trabalhando não com categorias por nós cunhadas, mas com as formas de descrição que permeavam os diálogos a partir dos quais tínhamos acesso a essas histórias e àquele local. Categorias que misturam identidade e território e que se referem a coletividades e um aspecto relacional constitutivo destas identidades. Outra dessas, que ganha centralidade em nosso trabalho, caracterizando a outra subjetividade coletiva elencada, é a de comunidade. Até agora, neste item, focamos nas outras categorias que não comunidade com a intenção de sugerir a possibilidade de que essas categorias, como fazendas e córregos, antecedam a noção de comunidade. Aqui admitimos com John Comerford (2003) que o termo *comunidades* tem uma origem externa, que remonta a atuação do movimento das Comunidades Eclesiais de Base (MACEDO, 1986; TEIXEIRA, 1988) e neste sentido já sugere um contexto após a década de 1970.

Um movimento de colonização dos córregos pelas comunidades que aponta “a convivência e acomodação de diferentes princípios de socialização e organização, ligando as mesmas pessoas de modos distintos” (COMERFORD, 2003, p.195).

As *comunidades* têm uma fixidez que os córregos não têm: possuem uma diretoria eleita por um determinado período, mantêm uma sede (capela ou salão) para reunião e celebração – e mais do que manter, a capela ou salão é um dos sentidos do termo “*comunidade*” – têm nas plenárias uma instância de discussão coletiva.

[...] Já a forma de organização dos *córregos* é muito mais fluida. Não há uma instância destinada à obtenção de consensos, e as diferenças não são “resolvidas” mas são a própria organização social em movimento: são apenas transformadas e retransformadas através da realização pública do conflito (cuja temporalidade é definida pelo próprio andamento do conflito e pelas estratégias adotadas pelas partes) levando a formas internas de evitação, intimidade, e hierarquização ou processos de fissão (COMERFORD, 2003, p. 194)

No caso de São Pedro de cima, este processo de difusão e de incorporação do termo *comunidade*, marca também o período de chegada de novos migrantes ao local, a que se seguiriam novos processos de familiarização e de territorialização que implicam em uma reconfiguração territorial e social da comunidade.

Portanto, uma simplificação histórica do ponto de vista social de São Pedro de Cima sugere um primeiro período ainda anterior ao século XIX, de chegada e estabilização das subjetividades familiares Malaquias e Pereiras, e um segundo momento já a partir de meados do século XX com a presença da família Aprígeo que compartilha elos de pertencimento, principalmente através da categoria *comunidade*.

Assim, para concluir nossa apreensão sobre a subjetividade coletiva CSPC, faremos uma breve apreensão sobre a família Aprígeo.

A mudança no nome da comunidade ainda não se faz bem clara, mas o fato é que os próprios moradores se remetem àquela localidade nos dias de hoje como São Pedro de Cima, que realocaliza – provavelmente com forte influência externa de uma identidade de “raça” e de situação social “escrava” - para uma identidade referenciada geograficamente, tendo em vista uma comunidade vizinha por nome de São Pedro de Baixo, também no município de Divino.

A história desta transição, como dito, não é bem esclarecida, mas pode ainda ter relação com outro grupo familiar que chega e se consolida (se territorializa) a partir das décadas de 1960/1970: os Aprígeo, cumprindo compreender essa nova configuração identitária, suas subjetividades familiares, bem como a reconstrução de

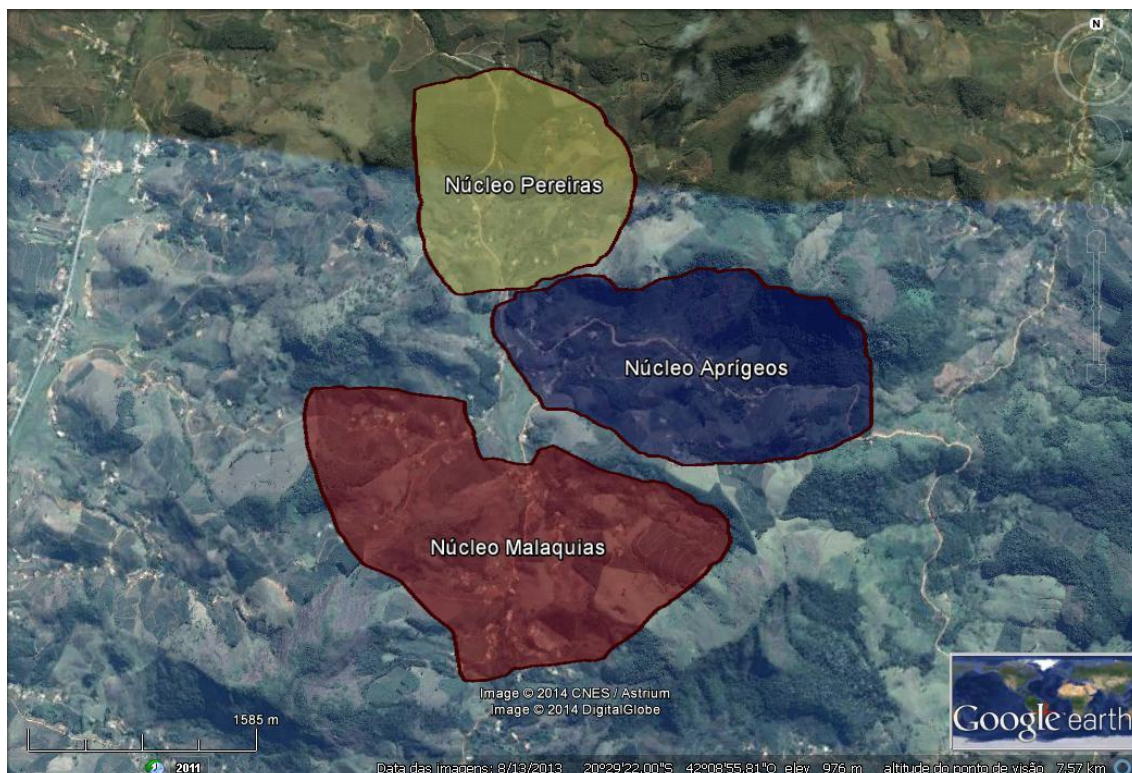
uma nova identidade e subjetividades coletivas desde então.

CARNEIRO (2008) elenca três momentos que contribuíram com o processo de atração de novos migrantes nessa conjuntura: a construção da BR 116 que passa a 6 km do local; a implementação de um minerioduto na década de 1970 que passa dentro dos limites territoriais da comunidade - obra que foi acompanhada da construção de uma estrada que integrou o vale ao município de Divino -; e por fim os incentivos ao plantio do café em pequenas e médias propriedades através de políticas agrárias nacionais no governo de João Figueiredo, nos fins da década de 1970, início dos 1980.

Desta forma a configuração da comunidade de São Pedro de Cima nos dias de hoje pode ser entendida a partir das interações destas três famílias principais: Malaquias, Pereira e Aprígeo. Aparentemente é uma narrativa “nativa” que compreende sua sociabilidade a partir dessas nucleações familiares, revelando assim elementos da complexidade interna da comunidade (MOREIRA, 2006). A materialização dessa narrativa se expressa pela divisão marcada na distribuição geográfica das famílias no território da Comunidade.

Esses núcleos formam uma configuração espacial com alguns limites que podem ser enxergados a partir da proximidade das casas dos familiares. São composições mais ou menos densas, marcadas também por componentes geográficos de maneira tal que os três principais núcleos familiares estão localizados, cada um, nas proximidades dos córregos da comunidade, e exatamente por essa relação levam os nomes de cada família: córrego dos Pereira, córrego dos Malaquias e córrego dos Aprígeo.

O croqui elaborado por ITABORAHY (2014) ilustra essa divisão territorial a partir dos núcleos familiares (mapa2):



Mapa 2: Núcleos familiares em São Pedro de Cima. Fonte: ITABORAHY (2014).

É importante destacar que a família Aprígeo consolidou-se em território antes ocupado pelas famílias Malaquias e Pereira. Vários relatos nos remetem a aquisição de terras por meio de trocas por animais ou por preços ínfimos. Isso indica que a família Aprígeo, na conjuntura da época, estabeleceu um poder de expansão territorial, o que demonstra uma assimetria de poderes na relação destas famílias. Vale notar que se consolidaram em uma parte central da comunidade que compreende pontos importantes tais como o campo de futebol, a igreja, e a escola.

1.3 Novas/velhas subjetividades coletivas: Requilombar-se São Pedro de Cima

Como vimos a Comunidade de São Pedro de Cima é tratada como uma subjetividade coletiva composta por diversas outras subjetividades coletivas onde destacamos a presença dos três grupos familiares: Pereiras, Malaquias, e Aprígeos. Estes três grupos familiares interagem em uma dinâmica comunitária que se transpõe nos aspectos religiosos, nos atos de reciprocidade, e até mesmo nas relações de compadrio que conectam estas famílias.

A ideia de Comunidade deve ser enxergada longe de uma perspectiva que enfatize a união e possa porventura minimizar ou invisibilizar uma dinâmica de conflitos na qual transpõe uma relação desigual de poderes. Esta relação, no caso estudado, carrega um componente étnico que explicita uma divisão e conseqüentemente um conflito na Comunidade baseado em uma divisão de negros e não-negros ou de quilombolas e não-quilombolas.

Buscamos aqui trazer uma narrativa do movimento na CSPC em busca de um reconhecimento de uma identidade quilombola enquanto populações remanescentes dos quilombos. Este movimento permitiu a titulação da referida comunidade e traz à tona uma série de conflitos e discussões em torno desta temática.

Partiu da interação de indivíduos e de subjetividades coletivas, formando uma outra maneira de identificação coletiva e conseqüentemente uma nova subjetividade coletiva agrupada em torno da questão quilombola: “os quilombolas” ou “a Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima”.

Mantêm uma estreita relação com o contexto político mais amplo no plano nacional que se relaciona com a legislação que garante às populações indígenas, assim como às populações remanescentes dos quilombos, os direitos ao território que ocupam. Esta série de direitos direcionados a estas populações tem como marco a constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e a partir de então movimentam um cenário agitado no campo legal que vai modelando a lei através de novas definições, novas portarias, novas regulamentações etc. Há de se destacar neste cenário a presença de antropólogos em uma participação efetiva nestas discussões a partir das quais o conceito de quilombo vai sendo alvo de uma ressemantização que passa pelos critérios da autoatribuição. Identidade neste sentido não é algo pré-determinado, se

produz na própria ação do autoidentificar-se.

Notamos uma desigualdade de poderes que está presente na Comunidade em São Pedro de Cima. Esta se expressa nas instituições locais e na distribuição de cargos destas instituições. Assim em espaços importantes da Comunidade nota-se uma predominância e um certo domínio da família Aprígeo que mantém postos estratégicos seja na Escola, na Igreja, na associação Comunitária entre outros. Esta distribuição desigual foi notada por Carneiro (2008).

Entretanto todas as relações de poder implicam formas de resistência e assim, essas instituições além de nos demonstrarem a dominância de um grupo familiar expressam cenários conflituosos onde estão presentes estas dinâmicas de resistência. A Escola Lia Marta de Oliveira é um exemplo interessante desta relação. É na escola que a discussão em torno do reconhecimento e o movimento de reequilibrar-se (CARNEIRO, 2008) ganha força e de alguma maneira é gerado. Têm-se como figuras importantes deste movimento Dalgiza e Cida, que ocupavam no ano de 2006 o cargo de professora e diretora da escola. Mobiliza-se toda uma discussão em torno da história e da cultura afro-brasileira, incentivada também pela lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

É deste contexto que parte a iniciativa que envolveu membros das famílias Pereira e Malaquias no sentido de produzir a documentação e a mobilização necessárias de modo a dar início ao processo político e jurídico no sentido de reivindicar uma identidade e direitos enquanto Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. Este movimento é permeado também pela participação do Movimento Negro local, Avura, nascido do encontro com a comunidade de grupos dos quais eram membros Cida, Dalgiza, Paulão, entre outros.

A busca da valorização de uma história e de uma cultura afro-brasileira e de uma identidade negra expõe uma série de relações que antes podiam ser invisíveis ou invisibilizadas. Traz à tona o peso de um preconceito racial que se faz presente na comunidade que encobre uma relação de poder. Afirmar uma identidade negra não é uma simples busca de uma valorização cultural, mas uma afirmação da existência e resistência destas populações.

O reconhecimento legal obtido junto a Fundação Cultural Palmares é um marco desta movimentação e foi motivo de comemoração em uma festa em que compareceram apenas negros. Ergue-se em frente à escola uma placa de

identificação da Comunidade de São Pedro de Cima, remanescente das comunidades quilombolas. A placa é símbolo desta luta tanto no sentido de remontar esta trajetória de conquista de um reconhecimento formal, como no sentido de uma manutenção desta afirmação, manutenção esta que permite que a placa continue de pé neste local central da Comunidade por um longo período. Houve uma ocasião em que a placa foi substituída. Alguns relatos contam que a placa caiu, mas há também a hipótese de que foi retirada, entretanto logo foi providenciada uma nova placa que se encontra no local até os dias de hoje.

Mais do que uma conquista, o reconhecimento dá início a um conflito onde a parte afetada também se movimenta fazendo valer suas relações de poder privilegiadas e desiguais. O descontentamento com o afloramento desta questão quilombola traz por resultado uma movimentação política que provocou o afastamento da diretora Dalgisa.

A partir do reconhecimento, este jogo de poderes se desenvolve neste novo cenário. A identidade quilombola está instituída e caracteriza aquela comunidade. Entretanto o reconhecimento concedido pela Fundação Palmares representa apenas o primeiro passo dentro do processo mais amplo do reconhecimento legal e de garantia de direitos. A comunidade viveu um período estacionário, se olhado sob o ponto de vista jurídico.

Esta primeira caracterização envolve a comunidade em uma rede de relações mais amplas dentre as quais destacamos a própria presença da UFJF refletindo ainda uma relação mais ampla com o Estado afinal os projetos aprovados contavam com recursos federais e o fato de São Pedro de Cima ser reconhecidamente uma comunidade quilombola facilitou a captação destes recursos uma vez que se caracterizam como territórios de exclusão que contam com verbas especificamente direcionadas.

Este período de expectativa quanto aos desdobramentos jurídicos relativos à propriedade quilombola de seus territórios reflete a própria delicadeza da questão uma vez que interfere no jogo de poderes local ameaçando uma reconfiguração do campo político. Esta ameaça provoca reações no sentido de questionar esta identidade muitas vezes enfatizando um aspecto de união da Comunidade como um todo, neste sentido uma divisão entre quilombolas e não-quilombolas cumpriria o papel de uma divisão de algo previamente unido desde os meados do século passado.

Como vimos há de fato uma dinâmica comunitária que envolve a comunidade de maneira ampla. Esta dinâmica traz dificuldades práticas para se pensar a questão quilombola em São Pedro de Cima. A presença da família Aprígeo (que não se identifica enquanto quilombola) atrai a discussão para um campo mais delicado, pois é uma família que já estava inserida no ambiente e nas relações comunitárias na época do reconhecimento. Ainda assim, carrega uma história de terras adquiridas em trocas sob condições não muito bem esclarecidas, de modo que se sentem ameaçados.

Muitas vezes esta discussão em torno da família Aprígeo invisibiliza outros conflitos que envolvem proprietários que não moram no local e que têm terras cultivadas de acordo com concepções muito distantes daquelas que se espera encontrar em uma comunidade quilombola, que se caracteriza pela manutenção de práticas tradicionais. Dentre estas terras mencionam-se terras que foram efetivamente tomadas e mesmo pressões territoriais atuais gerando uma expulsão de famílias negras.

O fato é que após essa movimentação mais intensa que culminou no reconhecimento passa-se por um período em que a questão é tratada mais sutilmente. Evita-se o lado do conflito principalmente no que tange a questão de territórios. Há uma reação por parte da família Aprígeo que contribui silenciando a dimensão quilombola e reafirmando uma estrutura de poder local. Podemos imaginar que os espaços comunitários, com forte influência desta estrutura, contribuem na disseminação da visão que interessa a essa parcela dominante e se assim não o fazem são submetidos a meios mais drásticos como nos indica o afastamento da Diretora.

A própria presença da UFJF, através dos trabalhos de extensão, lidava com a questão quilombola de maneira sutil, quase implícita, o que traduz essa dificuldade em tratar a questão localmente. Os membros da família Aprígeo se faziam presentes fazendo questão de se incluir nas atividades dos projetos e em espaços como reuniões ou apresentações.

No entanto este contato com a UFJF foi dando sustentação a uma interação intersubjetiva da questão quilombola. Podemos ver nesta relação um espaço de manifestação da questão quilombola, mas queremos apenas enfatizar que a trajetória destes projetos, abordada sob essa ótica, nos esclarece uma movimentação presente

da questão quilombola contrariando a visão de quilombo como local estacionado no tempo.

Do mesmo modo vemos que a CSPC adquire uma série de direitos previstos em lei destinados às comunidades reconhecidamente quilombolas. Existem verbas especialmente destinadas a elas, como a destinada à escola assim como a prioridade em programas sociais a exemplo do “Minha casa minha vida”. Estes benefícios passaram a ser usufruídos pela comunidade como um todo e tinham entre os beneficiados vários membros da família Aprígeo.

Este cenário vai se transformar a partir da determinação do Ministério Público Federal que previa o início dos procedimentos necessários para a realização do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID por parte do INCRA, uma vez que decorridos sete anos do reconhecimento da CSPC, estes trabalhos ainda não haviam sido iniciados.

No ano de 2013 foram organizadas duas reuniões, uma na escola da CSPC e outra no município de Divino. Pode-se encontrar algumas narrativas sobre estes momentos dramáticos em que a questão quilombola foi alvo de uma discussão pública.

A reunião que aconteceu na escola tinha por objetivo explicar as etapas do processo de reconhecimento.

Ali se falou do direito territorial quilombola conquistado historicamente, do papel do INCRA nas demarcações e de cada etapa dos estudos necessários. Os moradores olhavam atentos cada palavra. Sobretudo foi esclarecido que as terras deveriam ser de propriedade coletiva, e que logo, não poderiam ser mais vendidas. Falou-se também da expropriação, quando necessário. Foi neste caminho que a conversa começou a ficar séria e muitos moradores se manifestaram. (ITABORAHY, 2014, p.114)

Aqui incluímos a manifestação de negros contrários a este processo, mas principalmente uma resistência por parte da família Aprígeo, que se via excluída e ameaçada diante dos encaminhamentos propostos. Ficava novamente explícita uma divisão baseada na diferenciação entre quilombolas e não quilombolas.

Na reunião que aconteceu no município de Divino a divisão ficou ainda mais marcada na medida em que só foram convidadas a participar as famílias negras. Ainda assim, membros da família Aprígeo, ao ficarem sabendo mobilizaram um grupo para participar da reunião.

Este drama conflituoso teve como desfecho um momento de enfraquecimento

ou de descentramento da subjetividade coletiva quilombola. As dificuldades de adequação ao processo proposto pelo INCRA levam a uma manifestação de desinteresse da CSPC em relação ao reconhecimento. Esse desinteresse reflete ao mesmo tempo uma pressão política exercida pelo grupo familiar dos Aprígeio e um descontentamento com as formas do processo legal que estavam sendo apresentadas, dentre elas a perspectiva de expropriações ou propriedade coletiva das terras.

Retemos aqui a ideia de que esta subjetividade coletiva quilombola está em movimento, em constante transformação. Vivencia momentos de centramento e descentramento ao longo do tempo a depender do espaço de relações que ocupa e das implicações práticas do reconhecimento. A placa que identifica a CSPC como remanescente das comunidades quilombolas remete à presença ainda viva desta subjetividade coletiva e deste processo no local. Processo multifacetado ao longo do qual se desenvolvem dramas sociais que demonstram o caráter aberto e em construção desta identidade complexa definida a partir das múltiplas relações internas da CSPC assim como por suas complexidades externas. Neste caminho a questão quilombola vai ganhando contornos que não necessariamente equivalem a uma dimensão legal do termo.

Assim o estudo de caso deste processo local nos revela uma série de percepções sobre a questão quilombola. A presença da UFJF e a relação desta com a CSPC através das atividades realizadas (que se desenvolvem paralelamente a este movimento) sugere uma intersubjetividade quilombola presente nesta interação. Uma construção coletiva deste entender-se e entendê-los como quilombolas realizando uma ressemantização prática.

Deixa-se sinalizado que é o encontro com esta comunidade, esta interação, que propulsiona a criação desta subjetividade coletiva UFJF a que fazemos referência. Desse contato surgem essas trajetórias identitárias que nos propomos a enxergar no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2. CONSTRUÇÃO DAS SUBJETIVIDADES COLETIVAS DA UFJF NA RELAÇÃO COM A CSPC

2.1 Gênese da subjetividade coletiva

O que entendemos neste trabalho como a subjetividade coletiva “UFJF” é(são) o(s) grupo(s) formado(s) por meio de uma interação social em torno do projeto de extensão. Esse(s) grupo(s) construiu(ram) uma identidade que emergiu na relação estabelecida entre alunos, professores, moradores da comunidade e o meio ambiente, ou seja, uma diversidade de indivíduos e grupos que se relacionaram e que se colocaram em determinadas posições em relação ao diferente, ao outro. Assim, o que entendemos como a UFJF não é uma representação da Universidade Federal de Juiz de Fora como um todo, mas do(s) grupo(s), de alunos e professores em trabalhos de campo. O trabalho e as relações com os moradores e o ambiente é que geraram uma identificação coletiva.

Estes trabalhos de campo eram atividades da disciplina de Geografia Agrária, do curso de Geografia que envolveu outras disciplinas do Instituto de Ciências Humanas. A atividade se deu em uma comunidade quilombola localizada no município de Divino, em Minas Gerais distante 243 Km da cidade de Juiz de Fora. A escolha do local tem relação com o então professor substituto da disciplina de Geografia Agrária, Leonardo Carneiro, que já conhecia a comunidade.

Assim, com um grupo de aproximadamente 40 alunos foi feita em 2007 a primeira visita da UFJF à Comunidade de São Pedro de Cima. Os alunos foram recebidos na escola e naquela ocasião a comunidade organizou uma série de festas que incluía apresentações das tradições culturais do local como a folia de reis, a encomendação das almas e mesmo churrascos. Além de toda essa interação de cunho mais social, foi realizada também uma pesquisa visando a produção de uma cartografia local, por meio da aplicação de questionários e marcação de pontos chave.

Essa experiência foi repetida no ano seguinte com outra turma de geografia agrária, outro grupo de 40 alunos. Mesmo se tratando de novos alunos, a continuidade das experiências e do contato gerou uma atribuição de identidade coletiva, ou mais especificamente de subjetividade coletiva. Essa subjetividade foi sendo construída

gradualmente pelos próprios sujeitos que passaram a se identificar enquanto grupo e se iniciou uma trajetória de mobilização envolvendo a criação e desenvolvimento de projetos de extensão universitária que tiveram na Comunidade de São Pedro de Cima o seu espaço de execução. Processo semelhante ocorreu na comunidade, pois também seus moradores, ao longo das relações estabelecidas entre eles e com os grupos da UFJF foram definindo posições e desenvolvendo processos identitários que levaram à constituição de outras subjetividades coletivas.

As subjetividades coletivas UFJF e CSPC sobre as quais recai nosso estudo emergem da interação entre elas e o meio ambiente, mediadas pelos projetos de pesquisa desenvolvidos. Esta é a gênese da subjetividade coletiva UFJF. Os moradores da comunidade recebiam os alunos da “Universidade”, que eles identificavam como “o pessoal de Juiz de Fora”, atribuindo a eles uma identidade coletiva. Esta atribuição ganhou um caráter de continuidade porque a experiência foi repetida no ano seguinte. Mesmo se tratando de grupos diferentes de alunos, era ainda a UFJF que estava retornando. Mantinha-se a identidade e uma diferenciação entre um “nós” CSPC e “eles” da UFJF ou vice e versa.

Ressaltamos que no contato com o outro, principalmente nos primeiros contatos, há a tendência de fortalecimento dos aspectos de coesão das subjetividades coletivas, ou seja, na interação com o diferente os elos de pertencimento das coletividades em interação são reforçados e evidenciados permitindo uma diferenciação mais precisa entre o “nós” e o “eles”. Esse é um estado de centramento contingente que reflete intencionalidades conscientes e inconscientes dos sujeitos envolvidos. Como explica Domingues (2004) a noção de centramento pode ser enxergada em diferentes graus definindo múltiplas subjetividades coletivas. Centramento em torno da família, da comunidade, de círculos de amizade entre outros, que devem ser vistos em seu componente interacional. Nos referimos especialmente a um centramento em torno das identificações comunitária e universitária que são enfatizadas no encontro destas subjetividades coletivas.

Nos víamos frente a uma série de identificações coletivas que entendemos aqui a partir da noção de Identidades Complexas, apresentada por Moreira (2006) em ensaio aplicado às comunidades costeiras. Tal noção nos alerta para as múltiplas interações que compõem uma identidade coletiva dando um caráter complexo a estas identidades. São aí contempladas diversas complexidades restritas, que tratam de

interações internas, seja da CSPC ou da UFJF, e amplas, abarcando um conjunto de relações externas. Ou seja, no âmbito restrito enquadram-se as relações entre os componentes destas subjetividades coletivas, os indivíduos e as coletividades que a compõem. No que diz respeito às complexidades externas entendemos o papel e a agência de sujeitos de fora, sejam outros sistemas sociais ou mesmo as influências ditadas pelos campos político e econômico. (MOREIRA, 2006)

Ambas as complexidades devem ser entendidas na perspectiva de interações Ser Humano ↔ Natureza ↔ Ser Humano elucidadas por Moreira (2016). Compreendem, portanto, aspectos das relações sociais, mas também a influência das relações com o ambiente. Há nestas identidades complexas atribuições que estão ligadas a uma ambiência determinada, componente marcante na atribuição de Identidades. Assim UFJF sendo entendida como subjetividade coletiva e identidade complexa está marcada por uma relação com o meio urbano, com a cidade, em contraste com a CSPC inserida em um ambiente rural.

O primeiro contato do pesquisador com a CSPC se deu no segundo trabalho de campo da UFJF realizado no ano de 2008. Nesse momento a subjetividade coletiva UFJF já era reconhecida como tal, tanto pelos seus componentes quanto pelos moradores da comunidade.

Ao longo do semestre nos períodos das aulas da disciplina foi discutida a organização do trabalho de campo e sugeridos temas que serviriam como embasamento teórico para as pesquisas e os exercícios de percepção dos alunos durante o trabalho. Dentre os temas abordados destacamos uma discussão sobre o campesinato brasileiro, as formas de apropriação do espaço rural e os conflitos envolvidos neste processo. Neste quadro apareceram discussões sobre “populações tradicionais” como agentes de disputa e de resistência. Esse era um tema interessante, pois estava na pauta de ações governamentais pós Constituição de 1988 e de Organizações Internacionais.

As ações governamentais voltadas para essas “populações tradicionais” decorriam da consideração de que elas eram depositárias de saberes e fazeres que a modernização da sociedade estava condenando ao desaparecimento. Essas ações eram pautadas pelo que o artigo 216 da constituição de 1988 estabelecia: que os bens de natureza material e imaterial constituem patrimônio cultural brasileiro e que cabe ao “Poder Público, com a colaboração da comunidade” promovê-lo e protegê-lo, “por

meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988); e ainda pelo que vinha prescrito no Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, onde encontramos a garantia de que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988).

A referência a quilombos, no entanto, não equivalia mais aos significados a eles atribuídos historicamente. O termo surge na legislação atual ressemantizado, atendendo a necessidades políticas e culturais daqueles que ela nomeava como *remanescentes de quilombolas*. O adjetivo remanescente acrescido à expressão *comunidades de quilombolas* buscou se referir à herança cultural, à origem da terra por eles habitada, e à identificação étnica cultural, procurando, de acordo com José Maurício Arruti, resolver a difícil relação de continuidade e descontinuidade com o passado histórico, em que a descendência parece não ser um laço suficiente (ARRUTI, 2006, p. 14). Para o mesmo autor o artigo 68, mais do que reconhecer os direitos que as comunidades quilombolas têm às terras por eles ocupadas, criou uma categoria política e sociológica ao unir dois termos aparentemente evidentes.

De acordo Ilka Boaventura Leite, o debate sobre quilombo decorre de reivindicações de Movimentos Negros que alude a uma “dívida” que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não se referindo exclusivamente à questão fundiária (LEITE, 2000, p. 339).

Como a comunidade escolhida para o trabalho de campo era quilombola, as questões acima aludidas foram estudadas em busca de compreender a inserção dessas questões na luta histórica das populações negras em busca de garantir seus direitos. A dissociação da ideia de quilombo como reduto de escravos fugitivos do sistema escravista que vigorou no Brasil até 1888, e a ressignificação que dá a ela o sentido de população tradicional, portadora de direitos e garantias e digna de respeito à diversidade que representa, estimulou as comunidades à adesão à auto atribuição à nova identidade quilombola por meio da qual teriam acesso aos benefícios que a lei estabelecia.

A constituição que garante a estas populações direitos sobre os territórios que ocupam traz a problemática situação de definir quem são os quilombolas. Nos critérios desta lei a principal forma de identificação parte da auto atribuição, pois não há uma

fórmula que possa ser usada para caracterizar uma determinada população ou determinado grupo social como sendo ou não-quilombola.

Essas questões são muito complexas, pois envolvem não apenas as condições e decisões dos grupos locais, mas também relações nacionais e internacionais, relações com o Estado, o Mercado e o Ambiente de uma forma geral. As comunidades remanescentes de quilombos vivem conflitos decorrentes da própria dinâmica pela qual foram criadas. Para conseguir o título da terra precisam se auto definir como descendentes de negros ou índios e relatar práticas ligadas a atividades “tradicionais”, mas não podemos desconsiderar que elas não se encontram intocadas, que não desenvolvem ou desenvolviam atividades relacionadas às exigências do mercado capitalista.

Dentre as atividades de extensão realizadas algumas tinham como proposta estudar a dinâmica conflituosa entre Território-Habitat X Território-Mercadoria, entendida nos moldes propostos por Mazzetto (MAZZETTO, 2007) e no contraste entre agricultura x agronegócio.

A primeira vez que estivemos em São Pedro de Cima éramos alunos da disciplina de Geografia Agrária. Para chegar ao local em que seria realizado o trabalho de campo levamos mais de cinco horas em um ônibus da UFJF. Seguimos a BR 116 até o trevo que leva a cidade de Divino de onde há uma estrada de terra de aproximadamente 18 Km rumo à Comunidade de São Pedro de Cima. São Pedro de Cima é uma das Comunidades mais distantes em relação ao centro urbano de Divino. As condições climáticas e a possibilidade de chuva eram um fator de risco para o trabalho no sentido em que uma chuva forte poderia impossibilitar a chegada do ônibus no local. Este fato nos remete a uma dificuldade de acesso ao local que se faz presente tanto na distância como também na condição das estradas.

Esses elementos tais como a distância entre as cidades, as dificuldades de acesso, o tempo de viagem e principalmente a expectativa em torno do trabalho de campo reforçam a sensação de estarmos indo ao encontro de algo novo, diferente, uma realidade distinta para a maioria dos estudantes.

Diferente da primeira turma em 2007 este trabalho foi dividido em três partes principais destinadas a grupos diferentes. Duas delas eram semelhantes e davam continuidade ao primeiro trabalho: a aplicação de questionários, que se deu buscando atingir o máximo de pessoas almejando a totalidade da comunidade. De casa em casa

foram aplicados questionários previamente estruturados que passavam por aspectos amplos socioeconômicos; e a demarcação de pontos visando um mapeamento da comunidade, buscando informações como os limites, os pontos de maior altitude e as nascentes. Este trabalho de mapeamento era realizado com a ajuda de pessoas que possuíam um conhecimento da região, “mateiros” acostumados a longas caminhadas.

Além destas duas atividades estava proposto um período de vivência em que parte dos alunos, divididos em duplas, iriam ser recebidos na casa de moradores para passar um dia com eles dormindo em suas casas, recebendo sua hospitalidade, experienciando de perto aquela realidade. Esta metodologia envolvia uma perspectiva de pesquisa que se aproximava da etnografia, do ver de perto, do estar lá. Carregava a ideia de uma descrição destas vivências que deveria se basear em anotações no caderno de campo que registrariam as impressões, os sentimentos e informações daquela vivência. Além disso havia um pequeno roteiro que foi utilizado abertamente na ideia de entrevistas semiestruturadas.

Entendendo que cada pesquisa (e cada pesquisador) parte de interesses e perspectivas teóricas e metodológicas específicas, devemos entender que também o objeto de suas investigações, nesse caso a Comunidade de São Pedro de Cima, não é um objeto inerte, coeso, homogêneo e transparente a ser estudado. A ideia de subjetividades coletivas foi considerada adequada à realização desse estudo porque permite perceber a fluidez das relações e a mobilidade das identificações e identidades. A tentativa é de não reificar a comunidade nem os pesquisadores, não os tomar como algo dado, natural, e portanto, fixo, desde sempre existente, a-histórico. Alunos, professores, pesquisadores ou extensionistas, membros de determinadas famílias e da CSPC, quilombolas e não-quilombolas (aqueles que não remetem a si mesmo como tal) compõem várias das subjetividades coletivas ali presentes. Os informantes, para utilizar o jargão antropológico, são na verdade as pessoas que acolhem (alguns contatos mudam, mas são mantidos com algumas pessoas chaves), que se dispõem a receber, a relacionar e assim vão se criando laços de afinidade que se mostram mais ou menos vigorosos nas diferentes relações.

Ao chegar em São Pedro de Cima já era noite. Fomos recebidos na escola onde havia uma janta preparada ali mesmo por mulheres da comunidade. A escola Lia Marta de Oliveira está localizada a beira de uma várzea que compõe o fundo do vale São Pedro. Contava com dois pavilhões, separados por um pátio, onde ficavam as

salas de aula, salas administrativas (professores, diretores), cozinha, refeitório, banheiros, além de uma horta e uma quadra de futebol. Os alunos que não fossem participar das vivências dormindo na casa dos moradores ficariam hospedados nesta escola, divididos em duas salas de aula. A escola é um lugar público de relevância desta comunidade. Lugar onde se realizam festas, de recepção das pessoas, além de ser considerada uma conquista que permite que a geração mais nova tenha acesso a educação escolar, oportunidade inexistente nos tempos antigos. A presença da escola é destacada como uma das diferenças e “avanços” dos dias atuais. Por fim, é uma escola da Comunidade e passa, portanto, um sentido de coletividade e responsabilidade comum aos moradores locais.

Após o jantar foram-se encaminhando as duplas para as casas dos moradores. As famílias já haviam sido comunicadas previamente sobre esta atividade e concordaram em receber os alunos. Esta articulação foi feita pelo professor Leonardo que escolheu casas diferentes visando uma apreciação mais ampla da comunidade.

As pessoas que iam para as casas que eram mais próximas em relação à escola foram sendo encaminhadas primeiramente, sempre com a presença do professor Leonardo que levava de carro e apresentava os alunos à família que os estava recebendo. Fui o último a ser encaminhado para a casa em que ficaria, junto a três colegas de turma: Nathan, Thaís e Sandro. Íamos para o lado dos Pereira. Entre as casas selecionadas, as duas casas mais distantes eram essas. Thaís e Sandro ficariam na casa de Divino e Selma, eu e Nathan na casa de Zé e Lenir, todos membros da família Pereira.

Às 21 horas, em um horário já considerado tarde, chegamos à casa de Zé e Lenir Pereira e seus quatro filhos. Fomos recebidos na cozinha, na beirada do fogão a lenha com broas e café. Ali rapidamente estávamos inseridos em um ambiente de conversas que iam para muito além de uma pesquisa. Éramos hóspedes e estávamos recebendo a acolhida daquela família, característica que seria marcante durante essa primeira visita. Havia um quarto e uma cama preparada para nos receber além de cobertores para evitar o frio da região. A cozinha ficava nos fundos da casa que tem uma entrada principal que leva a uma sala de onde se pode acessar os quartos. A casa era de alvenaria e fora construída pelo próprio Zé Pereira, incluindo parte elétrica e hidráulica, contando com materiais comprados e outros, como a madeira, conseguidos no próprio terreno. As casas sem forro no teto são comuns no local,

possuem uma série de enfeites que incluem fotografias e imagens de santo pela casa e na cozinha as panelas brilhando na parede.

Foi com essa família que comecei a construir uma relação mais íntima inicialmente. Após passar um longo tempo conversando e nos conhecendo naquela primeira noite, fomos dormir.

Até então a paisagem do local fora transformada pela noite dando espaço à imaginação. Podia-se ver de perto alguns pés de café, os vagalumes iluminando a várzea em frente à escola, algumas casas e os terreiros, mas era o céu estrelado que chamava mais atenção. A expectativa era grande para o dia seguinte. Havíamos conhecido uma família que nos acolheu e proporcionou uma convivência muito agradável para ambas as partes. O primeiro contato foi um momento de boa recepção e de simpatia entre ambos os lados.

Vale destacar que aquela era uma situação extraordinária e era a primeira experiência da família em questão recebendo estudantes para este tipo de atividade. A ideia da vivência tinha um sentido de acompanhar essas pessoas em seu dia a dia, ou melhor, em seu dia (na medida em que se tratava de uma experiência de curta duração) buscando se aproximar da realidade vivida por aqueles agricultores. Carrega o sentido de uma imersão que se distancia da perspectiva do observador distante e que admite a interferência do observador no objeto de estudo. O fato de estar recebendo alunos universitários, já gera um ambiente diferenciado no cotidiano familiar. Esse ambiente diferenciado não impediu de buscar aspectos sobre a sociabilidade e a cultura do local. Estes momentos de contato com o outro são momentos de (re)afirmação e manutenção de aspectos culturais e sociais de uma maneira mais ampla.

O primeiro momento, de ser recebido à noite e de esticar a conversa para além do horário em que se costuma dormir naquela casa, indica por um lado uma situação fora do comum e por outro uma série de elementos que sugerem valores daquela família e da dinâmica de sociabilidade local. A hospitalidade é a característica mais marcante e a ela se soma a conversa. Ali fomos brevemente apresentados e tomamos contato com este universo.

No dia seguinte acordamos cedo e acompanhamos Zé Pereira em uma caminhada em que ele foi nos apresentando o local. A frente da casa era um terreiro de chão batido. Uma diversidade de árvores frutíferas e plantas variadas compõem

uma espécie de quintal que ocupa os arredores da casa e penetra os cafezais. Aos poucos iam partilhando conosco suas histórias e facetas de uma relação peculiar com aquele local. Zé Pereira é, como ele diz, “nascido e criado em São Pedro”. Seu avô, de mesmo nome, é figura lembrada nas histórias de São Pedro de Cima, diz-se que viveu mais de cem anos e que possuiu muitas terras em São Pedro, entre elas aquele local ao qual estávamos sendo apresentados.

Próximo à casa de Zé e Lenir havia algumas outras casas. A família Pereira se concentra principalmente naquela região e essas casas são apontadas como casas de familiares. A mãe de Zé Pereira mora em uma casa logo em frente, a uma distância de aproximadamente uns cem metros. Essa proximidade leva a uma apresentação que associa local e parentesco: “aqui é todo mundo parente”. Nessa primeira apresentação foram destacados a coerência e a coesão do grupo, as práticas de ajuda mútua e de sociabilidade como os “mutirões” e o “troca dia” mencionados nas histórias contadas.

Em nossa caminhada de apresentação presenciamos diversos diálogos, alguns dos quais participávamos mais passivamente, que aconteceram entre moradores locais. Zé Pereira, ao longo da caminhada, encontrava pessoas e mesmo nas casas em que visitamos, havia momentos como esse de conversa entre eles, e pudemos identificar alguns dos seus assuntos, dos quais devemos destacar uma rica e constante troca de informações que atualiza os moradores sobre o que está acontecendo na comunidade e sobre os interesses que têm em comum. Em uma dessas conversas outro familiar de Zé contava sobre um trator que havia sido sabotado e estava sendo consertado. O fato de um trator ser sabotado nos deixa perceber um campo de conflitos internos na comunidade ou naquele local, nos deixando ver que, além da coesão que nossos anfitriões destacaram, havia também conflitos.

Ainda durante nosso passeio com Zé Pereira, visitamos uma mulher, de sua família que morava abaixo de sua casa. A jusante do “córrego dos Pereira”, ainda em sua proximidade. Notamos que era uma casa bem mais simples e menos organizada que a de Zé e Lenir. Outro fato chamou a atenção: um saco aberto de café industrializado comprado em mercados. A princípio aquilo soava como uma contradição em uma terra repleta de café. Ao mesmo tempo notavam-se limites da dinâmica de trocas e de solidariedade que era narrada e mesmo presenciada. Isso

por si só não indica um conflito, mas questiona essa harmonia e coesão familiar em um sentido mais amplo.

Esta caminhada se mostrou essencial. Proporcionou uma experiência de estudo através do contato direto com aquele ambiente, desde esses aspectos sociais às características da agricultura e do cuidado que aquelas pessoas direcionam ao seu habitat. Esta interação, principalmente guiada pelos locais, nos permite ver aspectos que talvez escapassem a outros olhares ou a simples questionários. Nos jardins da casa de sua mãe, Zé Pereira nos mostrou dezenas de plantas medicinais. Nas lavouras, que à primeira vista pareciam unicamente compostas por cafezais, mostrava-nos diversas espécies: abaixo da terra inhame, mandioca, cará, amendoim e acima, desde hortaliças como couve, mostarda, taioba, serralha e capiçoba, a frutas como amora, abacate, banana, pêsego, entre tantas outras que se faz difícil lembrar.

Trata-se de experienciar a paisagem como viva, animada pelo movimento e pelas múltiplas relações que ali se estabeleciam. Toda identidade tem seu componente ecossistêmico, ou seja, uma ambiência que lhe é constituinte. Podemos dizer o mesmo das relações. O ambiente interfere na relação e neste caso, ao caminhar pela propriedade e adentrar as paisagens encontramos um ambiente rico para esta relação e para o que buscávamos.

O café é o “carro chefe” da produção destinada ao mercado. Como dissemos isso imprime uma marca visual ao local. Soubemos que Zé Pereira produz café em suas próprias terras, mas que também trabalha nas terras de outrem em regime de meia ou terça, ou seja, “toca” outras lavouras para o dono dos terrenos em troca da divisão da produção final. O plantio de café permite ainda o consórcio com outras espécies como o milho e o feijão nos espaços entre as filas de café (“ruas”), que também entram neste mesmo regime de parceria. Passamos por algumas dessas lavouras em nossa caminhada. Estes terrenos cercam (em alguns casos literalmente) este território dos Pereira. Embora, àquela época, proporcionassem uma homogeneidade, através da paisagem dos cafezais em consórcios bem semelhantes à propriedade de Zé Pereira e dos outros locais, estes territórios estão bem marcados e conferem limites claros. A existência do regime de meia afirma esta divisão territorial: metade é de quem produziu, e metade é do dono da terra.

Neste caso ainda se apresenta uma divisão diferente daquela estabelecida por cerca anteriormente. Como dissemos, a cerca que encontramos estabelecia limites

com uma propriedade vizinha de um não membro da família Pereira. Entretanto era uma pessoa que morava naquele local e trabalhava naquela terra. Já nestes outros terrenos estamos lidando com donos que não moram naquelas terras e que buscam nelas exclusivamente um fim financeiro. São, conforme interpretação de Mazzeto, “territórios-mercadoria” (MAZZETO, 2007).

Tivemos contato, nessa visita, com duas conotações usuais do vocábulo família. Uma primeira conotação: uma unidade familiar composta por pai mãe, filhos e filhas. Com exceção da filha mais velha que a época era estudante do curso de pedagogia em Carangola, todos moravam naquela casa.

Outra conotação ali usada com frequência: a de um grupo familiar extenso caracterizado pelo nome, no caso, Pereiras. Essa dupla conotação do termo também esteve presente ao longo dos diálogos e dos próprios questionários que foram aplicados no ano anterior por outros grupos de pesquisa.

A pergunta que se refere ao número de famílias do local é ambígua e pode ser respondida principalmente de duas maneiras. A primeira delas diz respeito ao número de unidades familiares que habitam o local, o que gera respostas próximas a uma centena de famílias no local. Por outro lado, pode-se responder no sentido dos grupos familiares, apresentando a CSPC como sendo composta por três famílias principais: Pereiras, Malaquias e Aprígeos.

Há uma associação entre famílias e territórios que fica evidente ao notar que as casas próximas à casa de Zé e Lenir são todas casas de membros da família Pereira. Naquela ocasião tivemos a oportunidade de visitar outras casas de familiares vizinhos, entre elas a casa de Selma e Divino. Fora uma estrada principal que dá acesso ao município de Luisburgo encontram-se outros caminhos, trilhas e atalhos por entre as lavouras. Ao longo dessas caminhadas vamos percebendo um território da família Pereira que é, no entanto, complexo internamente. Há uma série de divisões internas que delimitam as propriedades e posse de cada um. É marcante que essas divisas se localizam em um plano prático baseado no compromisso que não se expressa na presença de cercas e foi notado o fato de que a única cerca que encontramos em nosso passeio era de uma propriedade de um morador não negro que não era da família Pereira.

Alguns aspectos, entretanto, sugerem outra subjetividade coletiva maior, a

CSPC. Ali, sendo recebido na casa de Pereiras, nota-se mais claramente os aspectos da subjetividade coletiva familiar traduzida no território, no nome dos córregos, mas ainda assim se faz presente uma identificação que vai para além da família, a subjetividade coletiva CSPC. Um primeiro ponto é que as Famílias concordaram em receber estudantes sabendo que se tratava de um estudo sobre a Comunidade de São Pedro de Cima, entendemos que essa aceitação carrega um sentido de participação e de pertencimento em relação à comunidade. Outro aspecto que nos direciona para este sentimento de pertencimento ou ao mínimo de participação na comunidade é a presença na Igreja. Ao final do dia de vivência com a Família de Zé e Lenir acompanhamos, eles e seus filhos, à igreja da Comunidade.

A igreja tem um papel fundamental na afirmação de uma comunidade de São Pedro de Cima. É um dos espaços de sociabilidade da comunidade onde estão fortemente presentes e são constantemente reafirmados esses valores comunitários e essa Identidade coletiva. As filhas de Lenir compõem a parte musical das cerimônias e a família toda tem o hábito de frequentar as missas.

Entretanto as identidades familiares (família como núcleo e família como nome) e comunitárias se misturam e não é possível perceber nessas primeiras impressões o que se associa à família e o que se associa à comunidade. Assim aspectos como a união, a hospitalidade, os tratos peculiares com a terra remetendo a uma agricultura de subsistência, as práticas de troca entre outros, são enfatizados, mas não se pode associar claramente ou exclusivamente estes hábitos à família ou à comunidade.

Perto do fim da tarde fomos junto da família de Lenir e Zé Pereira à Igreja, onde seria realizada uma missa. Nesta caminhada passamos em frente a outra igreja, evangélica, a Assembléia de Deus. De construção mais recente que a igreja Católica mas, a julgar pelo porte do salão e pelas histórias contadas, já com número considerável de adeptos. Se como já dissemos anteriormente, e reforçaremos adiante, a igreja perpetua um sentido de comunidade que inclui dimensões de pertencimento, a presença deste outro grupo religioso nos ilustra aspectos de complexidades internas que trazem questões em respeito a essa relação: Os membros da Igreja Evangélica, inclusos na dimensão territorial da CSPC, fazem parte desta comunidade? Por outro lado, o simples fato de mencionar a existência de outro grupo religioso, nos permite introduzir o que chamamos de uma geografia das relações entre a UFJF e a CSPC? O que queremos dizer com isso é que o contato destas subjetividades coletivas, a

partir dos indivíduos que as compõem, é seletivo. Dá-se com algumas pessoas, algumas famílias e, por oposição, não acontece com outros indivíduos ou outras famílias. Um desenho desta geografia nos demonstraria “pontos cegos” desta relação e das observações e ações geradas a partir dela.

Mesmo que possam ser enfatizados aspectos de união, ou um centramento em torno de uma identidade coletiva da comunidade, há outras facetas que nos deixam a dúvida dos limites e dos agentes dessa união. Outra característica que não escapa ao visitante do local é uma divisão entre negros e não-negros. A presença considerável destes últimos pode causar surpresa a quem chegue com uma ideia de quilombo como um espaço exclusivamente de negros. Nesta divisão as famílias Malaquias e Pereira se enquadram como famílias negras e a presença da família Aprígeo imprime outras características à CSPC.

Pereiras e Malaquias dividem as narrativas sobre os primeiros habitantes do local, narrativas que remontam ao período do regime escravista e mesmo condições análogas de trabalho em contexto pós-abolição. A própria denominação do local como São Pedro dos Crioulos remete a esta presença negra e ao preconceito em relação a estas populações.

Esta divisão se expressa territorialmente na comunidade como no caso da cerca encontrada próxima a propriedade dos Pereira, mas principalmente em uma divisão mais ampla da comunidade onde podem-se estabelecer territórios associados às famílias: o córrego dos Pereira; córrego dos Malaquias; e córrego dos Aprígeo. Diante desta divisão há de se destacar que a Família Aprígeo ocupa partes consideradas centrais onde se concentram os principais espaços comuns de sociabilidade da Comunidade: a igreja, a escola, o campo de futebol, a associação vicentina, ocupam essa área, próxima às partes mais planas do local.

Finalmente é uma questão que se faz presente e estava bem viva a época graças a uma recente mobilização política na comunidade que culminou no reconhecimento enquanto populações remanescentes dos quilombos. É este contexto que nos permite compreender aspectos de autoafirmação de uma identidade negra como a exemplo de uma fala de Glauciley (filho de Zé Pereira) em que atribui a si e a uma coletividade a identidade quilombola: “nós quilombolas”. Durante esta primeira visita esta foi uma fala marcante, um dos únicos momentos onde a questão transpareceu mais abertamente.

Além disto, há de se destacar a presença de uma placa em frente à escola onde está gravado: “Comunidade São Pedro de Cima – Remanescente das comunidades dos Quilombos”. Uma materialização deste movimento político em busca de reconhecimento e de afirmação de uma identidade negra.

Até aqui tentamos limitar nossas narrativas a este primeiro contato dando enfoque para a experiência particular que estava, no entanto, contida dentro de um trabalho mais amplo. Certamente ilustramos mais aspectos sobre a CSPC do que da UFJF. Cabe agora uma inversão permitindo identificar as complexidades da UFJF.

O que nos cabe é entender, portanto, este caráter de uma coletividade que uniria estes alunos em um corpo comum. Para tanto enquadramos a própria “UFJF” como uma subjetividade coletiva. Domingues propõe que a noção de subjetividades coletivas deva ser explorada capacitando um rompimento de limites teóricos que geram divisões a exemplo da oposição entre indivíduo e sociedade. Todo sistema social deve ser entendido como uma subjetividade coletiva (DOMINGUES, 1996; 1998). Assim as relações de vizinhança, relações comunitárias, ou relações de amizade colocadas como subjetividades coletivas permitem captar as dimensões de interação entre o singular e uma generalidade e sua co-constituição.

O que seria, portanto, essa subjetividade coletiva UFJF que nos propomos a enquadrar? De antemão partimos de uma abordagem que nasce do outro em questão. Éramos enxergados como grupo por aqueles que nos recebiam. Estariam inclusos nessa abordagem os agentes destes dois primeiros trabalhos de campo incluindo professores e alunos. Uma série de indivíduos emaranhados em uma coletividade abstrata de difícil definição, mas é inegável que exista este caráter coletivo de grupo. Assim, nosso “estar” na comunidade era justificado nesta coletividade e transparecia nas apresentações: eu sou o Tiago (indivíduo) da UFJF, que apesar de uma instituição, denota um laço em comum com um grupo (coletividade).

Fica evidenciada uma caracterização de uma coletividade (a “UFJF”), feita pela CSPC. Nos momentos “públicos” é nítida uma relação entre coletividades, entre nós e vocês: na escola era recebida a UFJF. Os locais organizaram um jogo de futebol entre o time de São Pedro de Cima e a UFJF (mesmo que esses nunca houvessem entrado em um campo de futebol juntos).

Vemos assim um caráter relacional nesta constituição de subjetividades.

Constituídas na interação com outras coletividades, as subjetividades coletivas são mais ou menos descentradas, reconhecem a si mesmas e

estruturam-se para mover-se como um todo. Este variável “nível de centramento” implica também um variável nível de “intencionalidade”. O movimento dessas subjetividades coletivas pode ser altamente definido e voltado para objetivos que a coletividade tem claros para si mesma, o que depende, ao menos em parte, do reconhecimento de sua própria identidade como agência. Todavia, pode resultar da consequência não intencional da ação de indivíduos e grupos que não se reconhecem sequer como membros de uma coletividade mais ampla, o que define um movimento bastante descentrado do sistema inclusivo. (DOMINGUES, 2014, p.101 e 102)

Concomitante a esta atribuição de uma identidade coletiva da UFJF pela CSPC há também um movimento de incorporação desta noção de pertencimento por parte destes alunos. Movimentos de *centramento* desta subjetividade que geram uma articulação dos grupos e indivíduo ali presentes. Cabe ressaltar essa visão de grupo que enfatiza uma divisão não só pelos indivíduos que participavam daquelas atividades mas evidencia outro caráter coletivo dessas pessoas. Mesmo antes desta relação com a CSPC estes já estavam imersos em teias de relações que lhes permitiam a identificação a uma generalidade. A geografia confere este sentimento de pertencimento a um comum da maior parte destes alunos e professores. A própria UFJF na medida em que todos os presentes nos trabalhos mantinham um vínculo formal com esta instituição. Mais centradamente, as turmas definidas pelo ano de ingresso na comunidade, e aqui há de se notar que as duas visitas que estamos focando foram realizadas por turmas diferentes (2006, 2007). E também os círculos de amizade.

Em relação à realidade experienciada em São Pedro de Cima, vão surgindo, a partir da diferenciação com o “eles”, outras perspectivas de “nós”. O “nós”, formado por tantos “eus” e “outros”, com tantas diferenças e afinidades de projetos de vida e de objetos de estudo, unidos por alguns interesses e objetivos comuns, mas vivenciados e abordados de formas diferentes, é uma subjetividade coletiva complexa, heterogênea, da qual minha pesquisa nasceu e se distanciou de outras tantas que foram também inspiradas por essa experiência de constituição de uma identidade coletiva. Esses elementos nos permitem desenhar a gênese da subjetividade UFJF envolvida nessa pesquisa, uma subjetividade coletiva, formada por um grupo específico, mas diversificado, que se constituiu enquanto “outro” em relação ao objeto que buscava analisar. Esta “identidade complexa” (MOREIRA, 2008) também foi constituída em suas relações amplas e restritas, internas ao grupo e externas a ele. A relação com a instituição é fundamental na constituição desta identidade complexa,

mas não suficiente.

A construção desta identidade coletiva que foi sendo formada pelo grupo de alunos e professores participantes daquelas experiências, teve como um marco inicial a elaboração e aplicação de projetos de extensão voltados para aquela comunidade.

O grupo formado por cinco alunos: Thaís, Mariana, Nathan, Dayana e Tiago, pertencentes às turmas de 2006 e 2007 do professor Leonardo Carneiro, se interessou em retornar à CSPC para o desenvolvimento de atividades de extensão, elaborando, para isso um projeto, submetido à professora do departamento de geociências Maria Lúcia Menezes que aceitou orientá-lo e o direcionou para a ideia de ecomuseu. A concepção de ecomuseu, oriunda da França, visava envolver o homem na preservação do meio ambiente. O fundador do Ecomuseu de Creusot foi Hugues de Varine que o criou “espalhado por toda a comunidade urbana, com o objetivo de administrar, estudar, explorar – com fins científicos, educativos e, em geral, culturais – o patrimônio global daquela comunidade, compreendendo sua totalidade natural e cultural” (SANTOS, 2005, p.384)

O projeto Ecomuseu da Comunidade Quilombola São Pedro de Cima contemplou como objetivos a implementação de um programa de educação ambiental visando a consolidação de preceitos da agroecologia em sintonia com características de um campesinato local, assim como a fundamentação de práticas de diálogo e ação para construção e consolidação da identidade comunitária por via de um inventário do patrimônio local, tangível e intangível e da apreensão e divulgação de uma educação patrimonial. Tais objetivos estavam contidos dentro da ideia central de criação de um Ecomuseu e de um Atlas Geográfico Cultural da Comunidade, visando a estimulação e promoção do desenvolvimento cultural da região (MENEZES *et al.*, 2008).

Para a identificação das tradições da comunidade tais como a folia de reis, a encomendação das almas, as charolas, a fogueira de São João, as benzedeadas, foi dada prioridade aos moradores mais velhos, guardiões destes saberes práticos e memórias (DANTAS *et al.*, 2010).

O projeto referido foi aprovado no ano de 2009 em programa de apoio à extensão do Ministério da Cultura, que disponibilizou recursos os quais foram destinados à compra de equipamentos para o Ecomuseu, para o custeio das viagens, e para três bolsas de extensão destinadas aos alunos. Esta aprovação marca uma oficialização da relação UFJF – CSPC. A partir dali foi formada uma equipe com

objetivos estabelecidos, ou seja, com um grau de intencionalidade que lhe conferiu aspectos de centramento mais definidos.

Enxergamos nesta aprovação um momento de transição de importância que confere novos significados à subjetividade coletiva UFJF e que reforça nos participantes do projeto a noção de pertencimento a esta coletividade. Os indivíduos passam a se identificar enquanto grupo e representantes da instituição (UFJF) sendo eles os responsáveis pela execução das atividades de extensão previstas. De outro modo, o início das atividades, proporciona a continuidade da perspectiva interacional UFJF ⇔ CSPC o que possibilitou a afirmação e as transformações desta subjetividade coletiva UFJF. São estes os movimentos abordados no item seguinte.

2.2 Relações em movimento: início da trajetória

Os contatos UFJF – CSPC, as subjetividades coletivas em questão, mantidos por meio de uma série de retornos ao local, estabeleceram um campo de interações socioambientais envolvendo grupos de alunos e docentes de um lado e a comunidade, famílias e ecossistemas de outro.

Do lado da UFJF, é interessante observar que as atividades de extensão compõem uma das bases formadoras das universidades.

A extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações. Além disso, a universidade aprende com o saber dessas comunidades (NUNES e SILVA, 2011, p. 120).

Cabe também ressaltar que o curso de geografia e algumas lideranças docentes se dedicavam a práticas extensionistas, o que possibilitou e incentivou a participação das turmas em questão nesse projeto. Mais especificamente, a partir da definição da questão quilombola como obrigação do Estado Nacional, estabelecida pela constituição de 1988, os olhos de diversas comunidades acadêmicas se voltaram para o estudo de comunidades remanescentes de quilombos. As propostas de atividades de extensão referidas estiveram, desde a origem, referidas à Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima – CSPC, esta se constituindo como a concretude e objetividade social, econômica, política, cultural e territorial que possibilitara as interações intersubjetivas que são os objetos de estudo desse trabalho. Essas interações, envolvendo formas de ver, viver, fazer e sentir diversas, são extremamente complexas e moveram pessoas e famílias, que se organizaram em atividades – projetos, encontros..., que geraram novas inter-relações. Essa construção de relações, essa atribuição de identidades realizada por ambas as partes, nos permitem a evidenciar os sujeitos que protagonizam as mudanças que são o núcleo central desse estudo.

Analisar a formação de tal subjetividades coletiva UFJF exige colocar em evidência os agentes desta relação assim como as condições que tornam possível sua presença ali. É preciso abordar ambas as partes, traçando uma cartografia das

relações, ou melhor, uma cartografia das interações socioambientais. Tenho clareza de que, em grande medida, essa cartografia transparece uma geografia do autor, das pessoas que por ele “descobertas” e com as quais estabeleceu uma relação na Comunidade a começar pela família de Zé e Lenir Pereira na primeira visita.

A aprovação do projeto “Ecomuseu da Comunidade de São Pedro de Cima” foi um marco definitivo na afirmação de uma relação contínua com a comunidade. A partir dali tínhamos um compromisso que envolvia necessariamente a atuação em campo por via da extensão universitária e oficializava-se um grupo através de um projeto. Neste sentido é necessário dizer que o projeto começou com poucas bolsas, sendo formado assim por três bolsistas: (Nathan Itaborahy, Thaís da Silve Dantas, Tiago Teixeira) e de “voluntários” sob orientação da professora Dra Maria Lúcia Meneses. O projeto deu um caráter de centramento àquela coletividade que vinha sendo construída desde os primeiros trabalhos de campo. O projeto dava ainda respaldo institucional a uma equipe que estava sempre aberta a quem demonstrasse interesse em participar. Esse grupo adquiriu caráter interdisciplinar, pois passou a abrigar alunos de história e ciências sociais.

A “UFJF” passava a se expressar enquanto uma equipe de um projeto. Antes de começarmos uma descrição destas atividades devemos desde já deixar assinalado um pensamento. O projeto, mesmo que definido previamente em um corpo escrito, sendo este a base de sua aprovação, não podia estar cercado por uma perspectiva fechada, ou seja, na realidade o projeto foi se construindo ao longo de sua execução. Bebeu da influência de cada um de seus componentes em sua realização.

Os participantes do projeto vinham de um contato recente com a ideia de ecomuseu e a comunidade não tinha noção do que aquilo significava. Isso acarretaria algumas dificuldades a serem superadas, e exigia a constituição de duas subjetividades coletivas – a da UFJF e a da CSPC – e o estabelecimento de uma intersubjetividade, já que a proposta só conseguiria se concretizar por meio de um esforço e uma adesão de todos. A partir de então foi traçada uma trajetória rumo à “construção” do Ecomuseu da CSPC. Era necessária uma apropriação da ideia do que é um ecomuseu e iniciar sua construção, que só poderia ser conseguida por meio do estabelecimento de relações estreitas entre os grupos envolvidos.

Foram inúmeras as visitas à CSPC relacionadas à execução deste projeto. As atividades direcionadas se focaram inicialmente em dois eixos: o mapeamento da

comunidade e uma coleta de relatos sobre o local, que se iniciaria pelos mais velhos. Assim foram divididas duas equipes. A responsável pelo mapeamento se encarregou da demarcação dos limites da comunidade, dos córregos e nascentes entre outras informações. A outra equipe teve como atividade principal o registro audiovisual de depoimentos de moradores assim como realização de entrevistas visando uma recomposição da história e das tradições locais.

Para realização destas atividades ia-se a campo e permanecia-se normalmente por intervalos de 3 a 5 dias. Além das informações e dos materiais que eram produzidos, era este “estar em campo” que propiciava a constituição de uma intersubjetividade que unia a UFJF à CSPC. Ali, imersos naquela outra realidade, os alunos viram na observação participante uma forma de acessar a comunidade. Tinham contato com pessoas diferentes ampliando esta rede de relações e ao mesmo tempo complexificando a ideia de comunidade.

A maior parte das vezes em que fomos a São Pedro de Cima ficamos hospedados na casa de João. João era filho de Geraldo que por sua vez era filho de Aprígeio, este último, o pioneiro da família no local. Tinha construído recentemente uma casa, mas não estava morando no local e assim pôde alugar esta casa para a hospedagem da equipe da UFJF. A casa continha uma sala ampla, três quartos e um banheiro além de uma área na entrada dos fundos onde ficava o fogão a lenha, as pias e um outro pequeno quarto.

Os fundos, um terreiro em chão batido (elemento comum à maioria das casas no local), era cercado por um cafezal que circunda a parte exterior da propriedade atingindo o córrego logo abaixo. O próprio João tocava sua produção da qual aqueles pés de café faziam parte. Não diferente de outros cafezais daquela região, podemos destacar a presença de outras espécies, principalmente frutíferas. Em cada uma das vezes que voltávamos havia frutas diferentes neste “quintal”, frutas de época. A não presença de animais talvez fosse justificada no fato de que ele estava morando com a esposa nas vizinhanças, o que não permitia um trato diário.

A frente da casa, um jardim com plantas ornamentais e outras árvores frutíferas, como um pessegueiro. Beirando a estrada há um moinho d’água que vimos em funcionamento algumas vezes.

No declive do terreno, logo abaixo de João morava seu irmão Alencar que tinha uma barbearia em sua casa. Na casa de Alencar também havia diferentes espécies

de frutas além de uma “bica” de água onde podia-se banhar. Esta bica era formada pela concentração dos fluxos hídricos canalizados em um tronco formando uma queda d’água. Alencar também criava alguns animais como patos e galinhas e ele construiu uma piscina em seu terreiro.

Atravessando a estrada havia também a casa de Geraldo, o pai. Morava com sua esposa em uma casa antiga que herdou de seu pai. Estávamos situados no território familiar dos Aprígeo, família que herdou o nome de “Aprígio Velho” que é tido como o primeiro desta família no local. De fato, se continuássemos elencando outras casas das proximidades veríamos que todos pertencem direta ou indiretamente a esta família. Este território alcançaria ou mesmo ultrapassaria as proximidades da escola, do campo, da Igreja. É na casa de Seu Vico (também próxima à casa de João) que está localizado o salão da Associação Vicentina onde acontecem os encontros do conselho comunitário. Em suma, há uma importância política neste território.

Como também mencionamos há uma riqueza hídrica no local que permite o abastecimento das casas, a operacionalização de moinhos e mesmo a utilização com fins de lazer. Este fato também está relacionado com a fertilidade e a propensão dos solos ao cultivo.

A casa alugada era um espaço que contemplava as necessidades da equipe da UFJF. As visitas seriam rotineiras, e em equipe, o que podia dificultar uma possível recepção na casa das pessoas. Além disso, a casa proporcionava uma zona de interação e conforto para os agentes da UFJF. Devemos ressaltar que aquele espaço servia como ponto de organização das atividades assim como de compartilhamento de experiências e sensações no retorno ao fim dos dias. Se, como dissemos, o projeto foi construindo suas bases operacionais ao longo de sua execução, a casa de João, serviu como um escritório da UFJF e local onde se tomariam decisões importantes sobre as diretrizes do projeto.

Também nessa casa teríamos contato com alguns elementos simbólicos que nos indicam um lado até então pouco visualizado na comunidade. Um exemplo fundamental é o fato de que dos três quartos da casa um sempre ficava fechado, trancado a chave. Ali João guardava alguns de seus pertences mas também os insumos utilizados na produção, entre eles alguns tóxicos. Guardá-los no quarto era uma medida de precaução a um possível acidente com a equipe em contato com estes venenos, como nos explicou o próprio João. Ao mesmo tempo evita que se deixe em

evidência tais produtos utilizados.

A presença destes insumos sinaliza o que vínhamos acompanhando aos poucos na comunidade: o avanço de uma lógica moderna de produção baseada na fertilização dos solos através de insumos industrializados e da prevenção e tratamento de “doenças” por meio de agrotóxicos. Essa lógica, entretanto, não consegue se estabelecer como uma simples substituição dos modelos anteriores, mas vai conviver com os conhecimentos prévios, gerando tensão, conflitos e sinergias, que, na prática, vão sendo estabelecidos e testados.

Outro elemento que consideramos simbólico foi-nos revelado por João em uma das noites de confraternização na casa de Alencar. Em algum ponto do assunto João me falou particularmente para que entrasse no pequeno quarto adjacente à sala e olhasse para cima. Faltam-me elementos descritivos essenciais a respeito do assunto e do contexto exato do acontecimento. Na realidade até hoje é uma dúvida particular que permanece no sentido de compreender qual era a intenção de João ao revelar uma espingarda guardada entre a armação do telhado. Guardo as possíveis suposições e me direciono para a presença daquele elemento que, entendemos, sinaliza e simboliza uma esfera de violência local, de uma “política da bala”. Como passaríamos, aos poucos, a entender, este elemento esteve presente na história local e continua vivo nos dias atuais.

A nossa presença naquela casa também serve como elemento elucidativo para compreender como iam se tecendo as relações da UFJF com a CSPC e aí está marcado um caráter de relação inclusivo a família Aprígeo. Este fato é importante para entender a dificuldade em lidar com a questão quilombola no local e uma “passividade” da UFJF em relação a esta temática, que exploraremos em capítulo seguinte. Também aponta a questão de que a CSPC, que é identificada como remanescente de quilombo, inclui a família dos Aprígeos, que não é negra, e que chega a identificar-se como não-quilombola, ou pelo menos a diferenciar-se destes. Apesar das diferenças e conflitos, as dinâmicas de reciprocidade, compadrio ou mesmo casamentos inserem essa família no que se tem como a comunidade local.

Em maio de 2008 realizamos o segundo trabalho de campo de geografia agrária cujas atividades envolveram a aplicação de questionários que abordavam aspectos socioeconômicos da população, realização de mapeamento da região, assim como a experiência de vivência junto a famílias da comunidade. Mais de um

ano depois, entre os dias 18 e 22 de agosto de 2009, foi realizado o primeiro trabalho de campo previsto no projeto do Ecomuseu. Nesta ocasião, além de três alunos da geografia que já haviam participado em trabalho de campo anterior, estavam presentes também dois novos estudantes: Luciano, da História e Rafaela das Ciências Sociais.

Para os que já conheciam a comunidade, aquele estadia tinha também o sentido de retornar à comunidade ou mesmo a famílias específicas, os frutos que aqueles trabalhos anteriores nos proporcionaram enquanto estudantes. Um destes frutos pode ser enxergado na própria produção acadêmica de alguns daqueles alunos que aproveitaram daquela experiência como base para a produção de artigos apresentados em eventos internacionais.

Do mesmo modo, outro fruto daquela interação prévia era o projeto aprovado que destinava recursos para a realização de atividades e implantação do Ecomuseu. A apresentação deste projeto à Comunidade figurou como objetivo principal desta visita. A isso somava-se a busca de um lugar que pudesse contemplar este Ecomuseu e inclusive abrigar os materiais destinados à comunidade (retroprojektor, câmeras, GPS, mesas, estantes).

Como apresentar esta ideia? A quem apresentá-la? Certamente estas perguntas traziam inquietações para aqueles alunos e professores ali presentes, representantes da “UFJF”. A ideia ia sendo propagada particularmente com as pessoas que íamos tendo contato. Entretanto aconteceram três momentos importantes de reunião entre as pessoas do projeto e algumas da comunidade interessadas em colaborar.

O primeiro deles foi uma reunião com Salvador, Alencar, e Wilma. Nela foi discutido um pouco sobre o projeto e pensadas possíveis soluções para o espaço físico do Ecomuseu. Cabe destacar uma boa recepção do projeto e que não esbarramos em nenhuma resistência com as pessoas com as quais íamos construindo uma necessária rede de relações para a implementação do projeto. Vale destacar que Salvador é da família Braga (que é a mesma do que Malaquias) e que foi uma das pessoas a atuar no processo de reconhecimento da Comunidade. Ele era representante do movimento negro e, além disso, facilitava nosso trabalho tendo sido responsável diversas vezes pelo transporte dos estudantes da sede do município de Divino à Comunidade de São Pedro de Cima e dessa à cidade de Orizânia. Ou seja,

ele mostrou uma predisposição em colaborar nestes trabalhos da UFJF e foi um dos principais interlocutores deste diálogo neste momento inicial, justificando sua presença nesta primeira reunião. Wilma, à época, era professora da escola Municipal Lia Marta de Oliveira. Morava com seu pai, Zé Melquiades, ao lado da escola, e pertencia ao grupo familiar dos Aprígeos. Era uma pessoa com quem também havia uma relação prévia já dos outros trabalhos. Ao mesmo tempo era uma representante da Escola. Alencar, também dos Aprígeos, à época também tinha um cargo municipal na escola (não como professor) e além disso foi uma pessoa com quem se estabeleceu um vínculo próximo, talvez pela própria localização de sua casa (a mais próxima à nossa). Essas pessoas eram representativas de coletividades maiores: Salvador o movimento negro, os quilombolas, os Malaquias. Wilma e Alencar a escola, os Aprígeos.

Reforçando o vínculo com a escola, à tarde fizemos uma nova reunião com a sua diretora, Sueli, solicitando espaço físico para a instalação do Ecomuseu. Ela se mostrou muito receptiva e disposta a colaborar, entretanto, não via a possibilidade de atender nosso pleito.

Por fim, foi realizada uma última reunião com a presença do então presidente do conselho comunitário Ronaldo. Ronaldo é um morador da comunidade também da família Aprígeo que viveu a experiência de migrar de São Pedro para viver em Brasília, tendo retornado recentemente. O contato com Ronaldo nos mostrou que nossa presença causava alguma desconfiança. Ele nos questionou sobre nosso interesse: pessoas da “cidade”, naquela “roça”. O movimento que eles conheciam e que entendiam bem era o do êxodo rural. Sair da “roça” em direção às cidades era buscar mais recursos, melhora de vida, mas sair da cidade em busca de “ajudar” ou de aprender com a “roça” era coisa que necessitava explicação. Sua fala nos mostra que éramos representados como o grupo “da cidade”, que se opunha ao outro, o grupo “da roça”. Duas subjetividades coletivas se desenhavam naquela fala: uma urbana, a UFJF; a outra rural, a CSPC, e esta, colocada em visível nível de inferioridade. A desconfiança se justificaria então: o que querem de nós? O que os traz aqui? Que interesse vocês têm? Que interesses nós podemos ter no que vocês vêm nos oferecer? Vocês estão trazendo recursos? Para que? Quem pode se beneficiar deles? Esse foi mais um interlocutor da família Aprígeo. Percebemos que se desenha um quadro no qual podemos ver que essa família ocupa importantes lugares de poder na

comunidade.

Nossa estratégia era estabelecer contato com o maior número possível de pessoas, e de ampliar o leque para todos os setores representativos ali presentes. Seguindo esse propósito, nessas reuniões, começávamos a interagir com diferentes facetas coletivas da CSPC. A escola, o conselho comunitário, o movimento negro, as famílias e assim por diante.

Desde as primeiras visitas também foi estabelecido um contato próximo com a família de Ivanete e Silvano de Paulo (Paulão). Este casal pertencente à subjetividade familiar dos Malaquias também havia recebido em sua casa uma dupla de estudantes da UFJF na atividade de campo. Fora isso, Ivanete foi na maior parte das vezes a responsável pelo preparo dos almoços e jantares que alimentavam a equipe da UFJF. Isso fez com que partilhássemos daquela casa com a família rotineiramente durante nossas estadias na comunidade.

A “infraestrutura”, se assim podemos dizer, do trabalho, estava apoiada essencialmente no estabelecimento de um local de estadia (que na maior parte foi a casa alugada) e alimentação, que, com exceção das vezes em que nos era feito um convite (o que era muito comum) para partilhar a refeição em determinada casa, era realizada integralmente na casa de Ivanete e Paulão.

Paulão é figura conhecida no local como conversador, “boa prosa”, assim como sua esposa Ivanete e esses momentos de encontro em sua casa eram marcados por muitas conversas, brincadeiras, casos. Aos poucos íamos tendo contato com o imenso acervo da memória de Paulão de “ditados dos antigos” cada um adequado a uma situação ou a um assunto específico. Cria-se de maneira geral uma boa relação com esta família que se mostra receptiva e hospitaleira aos “estrangeiros” da UFJF.

A casa se localiza em um lugar de passagem da Comunidade, beirando a estrada que chega de Divino e segue rumo à Escola. Normalmente eram eles quem primeiro notavam a chegada da equipe. Tornou-se ali o primeiro ponto de parada ao chegar na comunidade.

Essas são breves menções a esta família que será um dos principais contatos da UFJF, ou ao menos, que esteve sempre presente desde o início até a situação atual dos trabalhos e desta relação.

As diretrizes do trabalho foram traçadas sob influência do projeto do Ecomuseu, mas foram ganhando seus contornos reais na atuação em campo. Foi no contexto de

aproximação com os locais e sua história que surgiu a ideia da realização de um documentário colhendo depoimentos dos mais velhos moradores do local. Ainda no primeiro campo foi-se explorando pessoas que pudessem ser os personagens destas filmagens.

Seguindo a proposta inicial de criação de um atlas da comunidade, parte da equipe se empenhou na georeferenciação de pontos necessários para confecção de mapas locais. Os limites da comunidade, os córregos e nascentes e as casas, entre outras informações relevantes.

Embora não fosse uma vivência integral, como nas experiências etnográficas dos trabalhos de campo, e com objetivos bem definidos, a participação era o componente principal ao longo das vivências. Participação nos trabalhos da comunidade, nos eventos, nas festas, nas confraternizações, nos bares, casas e caminhadas.

Na realidade estávamos abertos ao campo e à comunidade. Queríamos e precisávamos conhecer um pouco mais daquela realidade. Para isso era necessária uma inserção na comunidade. Esta abertura jogou os indivíduos da equipe da UFJF em teias de relações com os componentes da CSPC e dessas relações dependia a subjetividade coletiva UFJF, para que o projeto fosse bem-sucedido.

Aos poucos fomos identificando aspectos da comunidade. Aspectos de uma produção cafeeira de base familiar; de uma agricultura de “subsistência” (produtos destinados para o autoconsumo); de uma relação particular com o meio ambiente; de uma história e uma cultura local.

O primeiro projeto tinha duração prevista de um ano e como dissemos os direcionamentos principais se voltaram para a produção cartográfica e para elaboração de documentário sobre a comunidade partindo dos relatos dos mais velhos moradores. Como produtos destas iniciativas elaborou-se o “atlas geográfico da CSPC” e a cartilha “nosso lugar”. Além disso havia uma preocupação em uma certa urgência em consolidar um espaço físico do Ecomuseu necessário para abrigar os materiais previstos no projeto.

A efetivação de um grupo (anteriormente descrito) começa um movimento de crescimento, englobando novos membros e assumindo-se como a “UFJF”. Este pertencimento comum dos alunos e professores a um projeto realçava as relações individuais entre os participantes e a ideia de grupo. No contato com a CSPC se

reforçava a perspectiva de relações intersubjetivas entre “UFJF” e “CSPC” como subjetividades coletivas, identidades sociais que se construíam nessas interpelações mediadas pelos projetos, e em uma dinâmica discursiva, marcada pela distinção entre “nós” da UFJF e “eles” da CSPC.

Essa dimensão identitária coletiva que englobava um grupo de alunos e professores representada como a UFJF toma um contorno real. Podemos perceber em grande parte das publicações um assumir quase que espontâneo desta identidade: “Desde o ano de 2008 a Universidade Federal de Juiz de Fora vem realizando trabalhos na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima”; “A Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima (município de Divino, Zona da Mata de Minas Gerais), desde 2008 vem sendo objeto de estudo da Universidade Federal de Juiz de Fora” (ITABORAHY, 2010 e 2014); “deste primeiro contato com a comunidade, sucessivas pesquisas e projetos vem sendo pensados e realizados por estudantes (inicialmente do curso de Geografia) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)” (DANTAS, 2011, p. 17).

Essa identidade não estava dada, ela foi construída por sujeitos efetivos, sociais, envolvidos na sua composição, com suas limitações, sinergias, bem como suas tensões e dinâmicas criativas. De uma identidade mais abstrata dos primeiros trabalhos de campo envolvendo uma grande quantidade de alunos passa-se a uma identidade onde prevalece o aspecto de centramento, dada por um processo de estabelecimento de uma coesão interna. Nos trabalhos de Nathan Itaborahy e Thaís da Silva Dantas temos explicitamente esta atribuição da UFJF como uma identidade centralizadora que se remete aos alunos participantes do projeto de extensão.

Em outras publicações de outros autores podemos ainda perceber a dimensão do plural utilizado, mas que não se pode ao certo dizer se esse nós, por eles utilizado se remete à UFJF ou se simplesmente se refere ao conjunto de autores do artigo.

Em síntese, a subjetividade coletiva UFJF tem neste período inicial de consolidação dos projetos uma identidade complexa, definida em suas relações internas e externas. Dentro do campo restrito das complexidades internas se faz importante compreender os indivíduos e coletividades menores que compõem esta subjetividade coletiva. Alunos, professores, turmas, geografia, história, ciências sociais: UFJF. Das complexidades externas é importante realçar em primeiro lugar o caráter da Instituição Universidade Federal de Juiz de Fora, que tem papel

fundamental na afirmação e na possibilidade de criação desta subjetividade coletiva na medida em que é por meio da pró-reitoria de extensão que os projetos recebem os financiamentos necessários à sua aplicação, incluindo as despesas de viagem e remuneração de alunos através de bolsas de extensão.

A relação com a CSPC é uma marca definidora deste grupo que se forma e recebe a denominação, dada pela comunidade, de UFJF. Na UFJF também fomos identificados: éramos o grupo do Ecomuseu, pessoal do quilombo, ou o grupo de São Pedro de Cima. As identidades sociais em construção fluem em interpelações mediadas por projetos de extensão universitária, no nosso caso, o projeto de Ecomuseu.

Compreender a UFJF como uma subjetividade coletiva e uma identidade complexa nos atenta para as relações que compõem esta identidade. A relação com a instituição UFJF como um todo é definidora deste outro grupo menor. Foi a aprovação e os recursos dos projetos junto à pro-reitoria de extensão que deu vida a este grupo. Esta relação umbilical traz a vantagem de legitimar as atividades a serem realizadas, mas também limita e impõe exigências. Estabelece-se um diálogo permanente entre este grupo da “UFJF” e a instituição UFJF, sob a forma de relatórios, prestação de contas e comunicação de resultados de pesquisa e da aprovação ou não dessas atividades.

O projeto do Ecomuseu teve o privilégio de conseguir ano após ano uma renovação que permitia a continuidade dos trabalhos. Com isso a equipe ia crescendo assim como as inquietações provocadas pelo campo. É importante destacar este crescimento da equipe e a geração de novos frutos amadurecendo nos trabalhos de campo pois só assim entenderemos alguns dos desdobramentos deste projeto. Ao mesmo tempo, dentro das inquietações, há o crescimento de uma sensação de que até então estivéramos focados em um diagnóstico da comunidade.

A angústia decorria do fato de que, mesmo como participantes, estávamos ainda agindo primordialmente como observadores, procurando entender de perto algo sobre aquela realidade distinta, mas sem conseguir atingir nossos objetivos de forma plena, principalmente a instalação física do Ecomuseu. Enfim, ao longo de poucos anos sentíamos a necessidade de passar do diagnóstico à ação. De algum modo isso também era uma exigência para os projetos na medida em que era necessário apresentar resultados.

Devemos citar como desdobramentos deste impulso inicial proporcionado pela relação com a comunidade a criação de novos projetos que ampliavam o escopo de ação e pesquisa do grupo e o estímulo ao surgimento de outros grupos, ou seja, atuávamos como sementes multiplicadoras de ideias e ações. Uma das iniciativas paralelas ao projeto do Ecomuseu foi o projeto de pesquisa destinado ao mapeamento das comunidades remanescentes quilombolas da Zona da Mata Mineira surgido em 2010. Esta iniciativa, também do professor Leonardo Carneiro, tirava o foco de São Pedro de Cima e buscava outras comunidades da região. Se estendia a comunidades reconhecidas ou em processo de reconhecimento. Este trabalho proporcionaria uma visão geral das populações quilombolas e aos poucos a oportunidade de novos contatos, novas relações com outras comunidades. Não nos cabe aqui um aprofundamento deste projeto, mas vale entendê-lo neste movimento de apropriação de uma temática, um componente de um corpo maior que foi se desenvolvendo a partir destes primeiros contatos empíricos. Esta outra coletividade não pode ser vista fora de seu contexto de relação com todo o trabalho na CSPC. Aqui, portanto, agregamos à subjetividade coletiva “UFJF” essa outra coletividade, outros indivíduos, outros objetos e objetivos. Veremos ainda adiante o cruzamento destes objetivos e a complementaridade destes projetos. Se a princípio essa inclusão aponta aspectos de descentramento, em outros vão evidenciar o oposto.

Um outro projeto que abordaremos mais detalhadamente foi desenvolvido por alunos, participantes do projeto do Ecomuseu, e mantinha seu foco de atuação na comunidade de São Pedro. Antes de apresentarmos essa nova iniciativa, abordaremos algumas dimensões de transformações da CSPC, notadas pelos agentes em suas vivências e recuperadas nas memórias locais.

Em nossos retornos víamos transformações da comunidade. Antigas plantações de café que se tornaram áreas de plantio de eucalipto. Idas e vindas na comunidade, pessoas que migravam, pessoas que retornavam, que nasciam ou que faleciam. As transformações eram ainda um dos pontos dos questionários e das entrevistas. O que mudou em São Pedro de Cima? O que tem de diferente entre hoje e antigamente? As transformações narradas nos informam uma comunidade São Pedro de Cima com um dinamismo carregado de influências diversas, resistências e criatividades. Alguns aspectos destas transformações:

- a. Sob um ponto de vista cultural lembremos que na primeira visita da UFJF a

CSPC ainda em 2007 foram feitas apresentações de alguns ritos e tradições locais. A “encomendação das almas” a “folia de reis”. Foi também realizada uma fogueira de São João na casa de Zé Vico. Notou-se entretanto que estas manifestações têm apresentado um caráter de descontinuidade, e não pudemos presenciar isso em outras vezes que não nessa apresentação esporádica. As transformações culturais nos revelam um lado conflitivo sob o ponto de vista geracional na comunidade, pois os jovens não se interessam em dar continuidade às práticas valorizadas pelos mais velhos. O hoje falecido Seu Vico (pai de Zé Vico), figura importante da CSPC, demonstrou na primeira visita sua preocupação em relação à Juventude do São Pedro, pois ele, que era um dos guardiões do que podemos chamar de catolicismo popular percebia que as manifestações de fé envolvidas nele não eram partilhadas pelos jovens. Conhecedor das charolas cantadas e habilidoso em seu violão dizia não ver interesse da juventude nestas tradições que têm outras preocupações (cita como exemplo as motocicletas). De fato, as festas realizadas pelos jovens tinham características bem dissonantes das tradicionais. Elementos de uma modernidade que alcança a comunidade desde a parte sonora das músicas aos filmes exibidos tomam o lugar das outras manifestações. A fogueira de São João, que era realizada por muitos moradores anualmente, resistiu apenas na casa de Seu Antônio, morador mais velho da comunidade, que ano após ano, repete todo o rito desta fogueira.

- b. Sob a ótica ambiental, ou mais especificamente, da agricultura, são nítidas as transformações. A região, originalmente coberta por matas primárias, na época da criação da comunidade já havia sido largamente desmatada. Isso antecede inclusive à chegada de um dos ditos “fundadores” da comunidade Pedro Malaquias, que, conta-se, chegou a um local onde predominavam samambaias, chamadas “pau cruz” por se assemelharem a uma cruz. Membros da comunidade frequentemente evocam a lembrança da época em que a várzea estava repleta de plantações de arroz. O café, hoje um elemento central, teve uma chegada tardia em São Pedro de Cima e pode ser considerado como recente, mas anterior ao reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo. Traz consigo as influências

de um modelo de produção agrícola como o uso intensivo de insumos e defensivos agrícolas (agrotóxicos). Por fim o eucalipto foi uma presença que pudemos acompanhar desde o início dos plantios ao domínio de extensas áreas. Essas mudanças eram motivo de preocupação principalmente quando interferiam em questões essenciais como por exemplo a água. Sobre o elemento hídrico fala-se que “as águas de São Pedro” foram diminuindo ao longo do tempo. O moinho da casa de Zé Pereira testemunha essa perda da força hídrica que já não é mais capaz de movimentá-lo. Os motivos estão associados principalmente ao desmatamento mas também ao avanço da produção de eucalipto ou mesmo de alterações feitas pela mineradora Samarco em decorrência da implementação de um mineroduto que passa pela comunidade. A saúde também aparecia como preocupação e tivemos relatos de pessoas intoxicadas devido à utilização de agrotóxicos nas lavouras.

- c. Do ponto de vista religioso também registramos memória de mudanças importantes, desde as influências de religiões afro-brasileiras a um catolicismo popular de onde se recorda celebrações que eram realizadas nas casas das pessoas ou a primeira igreja construída em São Pedro de Cima em 1960 que é redimensionado pela experiência das comunidades eclesiais de base. Há um mito de origem da comunidade que conta que Pedro Malaquias escolheu aquelas terras devido à grande presença de uma samambaia que lembrava uma cruz. Sua escolha por aquele local ligado e este simbolismo da cruz nos remete a um catolicismo e como nos disse Paulão, Pedro Malaquias foi o primeiro homem a levar uma bíblia para São Pedro de Cima. Ao mesmo tempo ainda nos falou que Pedro era meio “mandrakeiro” o que remete as influências de outras crenças e outras religiões. Podemos considerá-lo a síntese de um sincretismo que até hoje permeia este aspecto religioso da comunidade. Há de se mencionar que com a chegada do grupo familiar dos Aprígeo há uma reconfiguração nos porta-vozes da religião. A construção de uma nova Igreja advém de um esforço comunitário mas marca uma presença forte desta família no cenário religioso. Ainda devemos mencionar a criação de uma outra igreja, a Assembleia de Deus já na década de 1980.

Estas transformações não podem ser tomadas isoladamente, pois fazem parte de movimentos mais gerais, que atingiram o mundo e o Brasil, mas também não podem ser vistas como autônomas, pois estão implicadas umas nas outras e sugerem um cenário de mudanças dentro do qual pode-se visualizar uma diferenciação entre novo e antigo, moderno e tradicional assim como as dificuldades em tomar estes termos como forma de lidar com a realidade. Esse cenário ilustra a dificuldade de nossos agentes em lidar com estas transformações. Um pouco do mundo que se abria a esses pesquisadores e à UFJF Lembremos que nossa ideia de ecomuseu não escapa ao debate com uma “museologia clássica” e da concepção que temos de um museu. Conserva-se o interesse pelas “tradições culturais” mesmo defendendo uma manifestação viva destas tradições e não um simples espaço de representação. O que é o tradicional em São Pedro tendo em vista neste cenário cambiante? O que deveria ser preservado ou estimulado? A palavra resgate pode ser notada em alguns dos artigos e mesmo nos projetos. Os mais velhos, os “griôs” da comunidade, seriam os guardiões destes saberes. O direcionamento das entrevistas a essas pessoas ilustra este interesse da UFJF, mas é impossível não reconhecer que esse movimento de preservação não é espontâneo, é tributário de uma concepção de direito à diferença e de defesa da natureza, elaboradas por organismos internacionais que firmaram acordos dos quais o Brasil é signatário; e da nossa constituição cidadã.

Apesar do Ecomuseu sugerir esta discussão sobre o papel de um museu tradicional, o conceito agrega, a partir do prefixo “eco”, outras óticas e uma provocação.

O prefixo ‘eco’ refere-se a uma noção de ecologia humana e às relações que o homem e a sociedade estabelecem com sua tradição, seu meio ambiente e os processos de transformação desses elementos. (SANTOS, 2005, p.384)

Eco sugere vida, o processo da vida, processo que inclui as transformações, que parte das relações entre organismo e meio ambiente. A origem grega da palavra “oikos” lança a perspectiva de casa, domicílio, habitat. Um museu hábitat; “Museu casa” da Comunidade São Pedro de Cima, museu concebido para preservar formas tradicionais de vida.

2.3 Caminhos da Agroecologia

A proposta de criação de um ecomuseu, como atividade de extensão que era, deveria cumprir o objetivo de levar conhecimentos teóricos aos membros da comunidade e aprender com eles o que a prática e a tradição passada de pais para filhos haviam ensinado. Trazia em seu bojo o desejo de valorizar práticas tradicionais, ecologicamente sustentáveis, mas também de transmitir saberes acadêmicos da agroecologia. Isso implicava na necessidade de implementação de trocas intensivas entre os envolvidos, na criação de uma intersubjetividade que desse ao projeto condição de viabilidade. Os frutos dessas interações iam aparecendo sob a forma de artigos acadêmicos, participação em eventos internacionais, elaboração de monografias e dissertações de mestrado, dentre outros. Nessas produções são visíveis as aproximações entre os aspectos teóricos advindos da academia e a base empírica, oferecida pelo trabalho de campo realizado na comunidade. Conceitos da geografia como Espaço, lugar, território/territorialidades permitiram a realização de análises e o aprofundamento do diálogo conhecimento teórico/prático resultando em reflexões a serem oferecidas de volta às duas comunidades: a acadêmica e a rural.

Havia, entretanto, um sentimento de incapacidade de propor alguma ação prática que abordasse as transformações do campo ambiental (e cultural) experienciadas na CSPC. Assistíamos passivamente à expansão dos plantios de eucalipto que evidenciavam territorialidades distintas naquele espaço. Um território usado para a finalidade de obtenção de um lucro monetário que exige estratégias estranhas aos propósitos dos projetos de agroecologia que tentávamos desenvolver ali. Empregavam uma lógica oposta à das pessoas que tem aquele território como um espaço de vida. Cria-se uma tensão entre o que Mazzeto interpreta como sendo de um território mercadoria se opondo a um território habitat (MAZZETTO, 2007). Essas novas práticas formam diferentes territorialidades que se imprimem localmente, ou como identifica Itaborahy, uma territorialidade campestre e uma territorialidade do agronegócio (ITABORAHY, 2012) que travam suas relações por meio de seus interlocutores locais.

O exemplo da transformação que acompanhamos, da plantação de café que se tornou um vigoroso eucaliptal, demonstra um pouco destas relações. O dono dessas terras vivia nos municípios vizinhos e empregava moradores da CSPC entre

eles Zé Pereira nos trabalhos de cultivo de sua propriedade. À época de nossa primeira visita, Zé Pereira nos explicou como funcionava o regime de meia ou de terça no qual ele tocava a produção nas terras desta pessoa (seu patrão), produzindo café em consórcio com outras espécies como milho e feijão. Quando era necessária uma mão de obra mais extensa Zé Pereira era o responsável por conseguir companheiros que trabalhavam recebendo “o dia”. Isso era necessário geralmente no período da “panha” do café, nas capinas ou no (re)plantio das mudas.

O cultivo de café nestes regimes de meia ou terça proporcionava uma “homogeneidade” da paisagem local pois o café era também o plantio de maior expressão dos agricultores locais. Como anteriormente esclarecido, essa produção depende de uma mão de obra específica, o que envolve os cuidados do plantio e o trabalho da colheita de baixo custo. Esta atividade por sua vez é uma fonte de renda para os moradores locais. O café é enfatizado como a principal fonte de renda destas famílias mas há de se considerar essa remuneração advinda da venda da força de trabalho. A época da “panha” de café, anualmente fervente este cenário. Os pagamentos são realizados por dia ou por sacas de café (“produção”).

No retorno a São Pedro de Cima, no início dos trabalhos do Ecomuseu, vimos Lenir trabalhando com outras mulheres nessas novas lavouras, plantando os eucaliptos. Este território é enxergado como uma fonte de renda pelos moradores e o eucalipto aparece no cenário local como uma opção lucrativa. Mesmo que o eucalipto exija pouca mão de obra em estágios mais avançados, na fase inicial ele depende da existência e disponibilidade de uma mão de obra local. Este território não é autônomo e depende para sua manutenção da participação dos moradores da CSPC, que, a título de exemplo citamos Zé e Lenir Pereira. Ao longo dos anos nos espantávamos com os imensos eucaliptais formados. A homogeneidade proporcionada pelos cafezais seria transformada no contraste com áreas sob o domínio praticamente exclusivo do eucalipto e a lógica de uma agricultura “limpa” passaria a conviver com outra ditada pelo agronegócio, como podemos ver na ilustração 1.



Ilustração 1. Contrastes de culturas: área de plantação de eucalipto e áreas de outros plantios

A convivência destas lógicas distintas de um agronegócio e de uma agricultura ecologicamente sustentável, é geradora de tensões que eram enxergadas pela academia como contradições como aponta Itaborahy (2010):

Desde suas primeiras atuações na comunidade o que se viu foi uma contradição: ao mesmo tempo em que os agricultores cultivavam legumes e o café em consórcio, assim como arbóreas e frutíferas, eles se viam cada vez mais dependentes dos insumos químicos e do trabalho na “roça dos patrões”, ou seja, cada vez mais deixavam suas terras de lado para cuidar das terras dos outros, que em suma, são proprietários que moram em cidades próximas e que veem a terra como mercadoria. (ITABORAHY, 2011, p. 10)

Eram essas contradições e mais, as expressões desta outra territorialidade campesina que geraram o impulso em direção a criação de um novo projeto por parte da UFJF:

O contato com os trabalhadores locais revelou a contradição sobre as quais eles se encontram: reconhecem a necessidade cada vez mais premente do uso de insumos químicos e, por sua vez dos riscos humanos e ambientais aos que ficam submetidos os sujeitos. Assim, em conjunto com a associação local e por consenso, após a prática

da extensão pelo grupo de pesquisa, elegeu-se o investimento das práticas da agricultura tradicional local e a busca de tecnologias alternativas, seguindo os preceitos da Agroecologia. (ITABORAHY, 2011, p.2)

Há de se destacar este caráter de estabelecimento de diretrizes em conjunto com a CSPC, ou seja, uma característica dialógica no que concerne aos temas e às diretrizes a serem abordados na proposta.

A Agroecologia serviu ao mesmo tempo como fonte de inspiração e como forma de unir a teoria com a prática. Nos aproximamos de um debate travado em torno do conceito e de suas supostas origens, significações e desenvolvimento, assim como dos exemplos práticos dos sujeitos envolvidos nas transições agroecológicas com destaque para as iniciativas regionais da Zona da Mata Mineira. A aproximação com a temática da Agroecologia já vinha deixando suas influências sobre os alunos desde as aulas da disciplina de Geografia Agrária, que, para muitos dos envolvidos foram uma introdução formal. O enfoque da disciplina trouxe a temática a partir de experiências do MST e de sua inserção no debate e na prática deste conceito. Experiências de assentamentos que adotaram os princípios da agroecologia foram revisadas.

Este primeiro contato superficial a partir dos textos e debates em sala de aula ficou como provocação que seria estimulada em campo, no contato com a CSPC. Há de se destacar também uma aproximação pessoal com esta temática por cada um dos envolvidos ao longo de suas trajetórias individuais.

O conceito de agroecologia aparecia como algo novo, capaz de sintetizar as inquietações trazidas pelo contato com a CSPC e, ao mesmo tempo, como uma proposta que continha o sentido de um rompimento paradigmático no campo científico.

[...] a Agroecologia não se situa no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, no paradigma da simplificação (disjunção ou redução), pois, como ensina Morin, este não consegue reconhecer a existência do problema da complexidade. E é disto que se trata, reconhecer que na relação do ser humano com outros seres humanos e destes com o meio ambiente, estamos tratando de algo que requer um novo enfoque paradigmático, capaz de unir os conhecimentos de diferentes disciplinas com os saberes tradicionais. (CAPORAL, 2009, p. 28)

Alia-se a perspectiva científica ao aporte dos conhecimentos tradicionais

sugerindo um diálogo que em muito se assemelhava com a característica das iniciativas da UFJF em São Pedro de Cima.

No campo teórico ainda veremos citações de autores como Guzmán, que sugere agroecologia como:

o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva, que representem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais, mediante propostas surgidas de seu potencial endógeno. Tais propostas pretendem um desenvolvimento participativo desde a produção até a circulação alternativa de seus produtos agrícolas, estabelecendo formas de produção e consumo que contribuam para encarar a atual crise ecológica. (GUZMÁN, apud SCHMITT, 2009, p. 185)

Estas leituras e discussões eram realizadas tendo como referência a base empírica na CSPC. Mesmo como um conceito exógeno considerava-se que de alguma maneira a comunidade continha e nos passava um conteúdo sobre esta temática. Não podemos deixar de mencionar que esta aproximação instigou os participantes ao conhecimento mais aprofundado sobre o tema não só nas leituras e participação em eventos mas na busca de um contato com experiências práticas protagonizadas por atores que vinham construindo e demonstrando a agroecologia na prática.

A busca levaria para uma outra dimensão da agroecologia que entendemos como um movimento agroecológico, onde figuram agentes como organizações não governamentais (ONG), movimentos sociais, agricultoras e agricultores entre tantos outros. No contexto local cabe destacar a presença do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) uma ONG com um longo histórico de aproximação com agricultores da Zona da Mata no sentido de construção de tecnologias alternativas em contraposição a um modelo em expansão de uma agricultura moderna ditada pelos moldes da revolução verde.

Este cenário nos permite compreender uma característica de atuação da UFJF que, supomos, começa a ganhar força neste momento e viria a se tornar uma das principais marcas de um novo projeto. Estamos falando de um papel de articulação assumido pela UFJF no sentido de inserir a comunidade neste debate sobre a agroecologia ou vice e versa.

Comentamos anteriormente sobre a inquietação no sentido de um questionamento do retorno que nós, UFJF, estávamos dando a CSPC. Ao longo do tempo essas sensações se acirravam e podemos mencionar inclusive um

questionamento da própria comunidade em relação à nossa atuação. Sem entrar na discussão sobre a atuação da UFJF (as propostas, os produtos e resultados), é notável uma capacidade de aprovação de projetos, que sinaliza também esta relação vital desta agência externa institucional na definição da subjetividade coletiva UFJF. Vale reforçar, projetos que nasceram essencialmente de estudantes que tomaram a iniciativa inclusive da parte escrita.

Mais uma vez veríamos o envolvimento destes estudantes com a proposta de um projeto que incluísse agora esta dimensão da agroecologia. Uma primeira tentativa de aprovação foi realizada ainda em 2009 em edital da pró-reitoria de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora. Encaminhou-se um projeto que, entretanto, não foi aprovado tendo como um dos motivos o caráter não agrário desta universidade e, portanto, a incompatibilidade com as linhas de ação da instituição. A Universidade Federal de Juiz de Fora, com recursos do Estado, através de suas divisões administrativas, deu base a uma oficialização da coletividade em formação que tinha nos projetos aprovados um ponto de referência. O projeto do Ecomuseu, como dissemos, foi aprovado por anos consecutivos. Até aí transparecem os aspectos possibilitadores desta instituição, sinergias desta relação. Este outro momento, de reprovação, aponta fatores limitantes, atritos. O que deve ser levado em conta é a presença desta e outras agências externas na conformação de uma identidade complexa UFJF tal qual tratamos aqui, uma coletividade composta por alunos e professores em contato com a CSPC.

A relação Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição, e a UFJF, subjetividade coletiva enfocada, é fundamental para entender os direcionamentos que se seguiriam que culminariam na aprovação de um projeto de cunho agroecológico em edital do MDA do ano de 2010. A resposta negativa da primeira tentativa, mesmo que sinalizando pouca abertura para o tema dentro da instituição, não desanimaria os alunos que passavam a ver na agroecologia um encaminhamento possível para as atividades na CSPC. O novo projeto contempla o duplo objetivo de:

- a. Estabelecer as bases para uma possível transição agroecológica da CSPC, o que passaria pela valorização do conhecimento local adquirido essencialmente na lida cotidiana com a agricultura, orientado pelos ensinamentos de geração em geração, assim como pela inserção da comunidade em um círculo de atividades e

discussões em torno da temática agroecologia.

- b. Criação e estabelecimento de um grupo de Agroecologia na UFJF. Este objetivo contemplava a proposta de inserir a Universidade Federal de Juiz de Fora no debate sobre agroecologia, de agregar estudantes de outras áreas em um espaço interdisciplinar de aprendizado e prática.

Notemos que estes dois objetivos indicam, em primeiro lugar, a continuidade dos trabalhos em São Pedro de Cima, dando ao tema da agroecologia um papel central. A partir daí veremos um enfoque grande na questão da agricultura local. Isto envolvia uma valorização de um “conhecimento tradicional” da comunidade assim como trabalhava a questão do avanço de lógicas modernas de produção que envolviam o estímulo de uma produção baseada no uso de insumos e defensivos agrícolas. Nos permitimos realizar um breve parêntese para esclarecer que este “conhecimento tradicional” é colocado entre aspas pois não remete a um código cultural imutável transmitido ao longo das gerações. Estas “habilidades” (skills), como propôs Tim Ingold, dependem de uma sinergia entre o organismos e meio ambiente, ou seja, contêm um ensinamento que depende das condições práticas de sua efetivação.

Em seguida, a proposta de criação de um grupo de agroecologia pode ser enxergada como influenciada pelo próprio edital, que trazia um estímulo para a criação destes núcleos. Deve ser compreendida também a partir de um questionamento que tem suas origens nos trabalhos na CSPC. Como seria possível levar um debate e uma proposta de um tema do qual tinha-se uma aproximação recente? Seria necessário um espaço de formação e de estímulo da temática no ambiente universitário. Aí, por fim, vemos esta coletividade assumir um papel de transformação da própria Universidade Federal de Juiz de Fora como um todo. Vê-se o espaço universitário como um campo aberto à disputa agroecológica. Nossa extensão universitária passaria a contemplar atividades não só na CSPC mas também na Universidade Federal de Juiz de Fora. A praça cívica, local central da Universidade, passaria a abrigar as reuniões semanais do grupo em formação.

Podemos entender neste sentido que, genericamente, o projeto era baseado em uma construção da ideia de agroecologia na CSPC e na Universidade Federal de Juiz de Fora. Construção, pois não se tratava de levar uma lógica já pronta para estes

ambientes, mas que a partir dali, em diálogo com os debates e as concepções já dadas sobre o tema, formava-se um ambiente de criação. Criação que é ao mesmo tempo uma importação, uma adaptação mas que contém sempre o elemento da novidade, da espontaneidade. Como coloca Nathan Itaborahy em entrevista particular realizada para os fins da pesquisa: a agroecologia surge intuitivamente no contato com a CSPC.

O projeto “construção dos saberes necessários para a transição agroecológica da CSPC” é mais um dos desdobramentos das primeiras atividades do Ecomuseu. Sua inspiração pode ser compreendida como uma continuidade e uma complementação ao primeiro projeto. A iniciativa partiu de alunos que participaram nas atividades anteriores, muitos deles inclusive os responsáveis pela elaboração escrita do projeto Ecomuseu. Como anteriormente, se reuniram e formaram um corpo básico de ideias e propostas que seria revisado por um corpo de orientadores. A essa altura Leonardo Carneiro, que foi o professor responsável pelo contato entre a UFJF e a CSPC ainda nos trabalhos de campo de geografia agrária e que sempre acompanhou a trajetória das atividades, compunha o corpo docente do curso de Geografia da UFJF como professor efetivo e pôde ser o orientador e a pessoa responsável por encaminhar o projeto.

De maneira a contemplar um caráter interdisciplinar, o projeto contou também com a participação de outros cursos, incluindo outros institutos: A faculdade de educação, o Instituto de Ciências Humanas e o Instituto de Ciências Biológicas.

As atividades práticas deste projeto vão nos mostrar o caráter de articulação que brevemente mencionamos anteriormente. Uma leitura contextualizada do texto do projeto nos mostraria que várias das parcerias ali propostas ainda estavam mais no plano especulativo do que prático. A parceria com o então Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Divino (STR), com o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), assim como parcerias internas entre departamentos da UFJF estavam previstas, mas à época, apareciam apenas como primeiros contatos.

A aprovação mais uma vez gera um cenário de movimento intenso de crescimento considerável dos indivíduos que começam a interagir e a fazer parte desta subjetividade coletiva UFJF. Deve-se destacar, no entanto, a formação de uma outra coletividade que vai ganhando seus contornos nesta cena. O grupo da

agroecologia, mesmo que em um desdobramento do ecomuseu, ganha autonomia, agrega novas pessoas, novas atividades. Temos aí, portanto, a formação de subjetividades coletivas menores dentro desta outra, UFJF. Projetos diferentes, pessoas diferentes. Vemos um grupo do ecomuseu e um grupo da agroecologia, marcados por orientadores diferentes, espaços de reunião diferentes e até mesmo trabalhos de campo independentes.

Este novo cenário é representativo da subjetividade coletiva UFJF que estamos tratando. Representa em nossa opinião um crescimento descentrado, ou seja, da forma como cresce, dá espaço para o fortalecimento de subjetividades coletivas menores que dão um caráter difuso a um sentido de pertencimento geral⁴. Por outro lado, os projetos em união ganhavam grande representatividade inclusive na quantidade de recursos a eles destinados, o que dá visibilidade a esta iniciativa. Mencionamos estes fatos para elucidar as complexidades que vão se agregando a esta subjetividade coletiva UFJF.

A partir do contato com a CSPC nasce, portanto, esta subjetividade coletiva UFJF. Subjetividade coletiva em movimento e constante transformação, movida por pulsões de centramento e descentramento que dão vida a uma coletividade, praticando ações e interações que resultam em sua manutenção. A perspectiva de subjetividade coletiva contém neste sentido o caráter de sua história (aqui uma história breve que remete aos primeiros contatos com a CSPC) aliado à perspectiva de criação, de invenção. Contempla os diferentes indivíduos e diferentes coletividades envolvidas neste sentimento de pertencimento eles mesmos, nas trajetórias e mutações da subjetividade coletiva UFJF.

Até aqui destacamos o projeto pioneiro que merece ênfase no sentido de sua longevidade. Desde a primeira aprovação em 2008 o projeto seguiu ao longo de quase uma década em execução. Os integrantes deste projeto ao longo de todo este tempo passam certamente a casa de duas dezenas. (Para citar alguns nomes: Dayana, Thais, Tiago, Nathan, Daniel, Luciano, Rafaela, Vitor, Guilherme, Albert, Karina)

O projeto da agroecologia contou com algumas pessoas já envolvidas anteriormente e agregou novos estudantes vindos de áreas diversas como a biologia

⁴Esta “divisão” interna é mais facilmente observada por dentro, mas para a CSPC a imagem da UFJF não era distinguida a partir de diferentes projetos.

o serviço social e a arquitetura. Outras pessoas: Mônica, Keithelen, Carol, Timothy, Selmara. Como resultados a serem mencionados deste novo projeto cabe destacar a efetivação das parcerias idealizadas no projeto e a criação do grupo de agroecologia EWE.

A subjetividade coletiva UFJF se complexificava e dava espaço para outras subjetividades coletivas menores: o grupo do ecomuseu, o grupo da agroecologia (EWE) e também o grupo de pesquisas sobre as comunidades quilombolas da zona da mata mineira. Iniciativas que têm a princípio uma mesma origem, seguem seus caminhos e terão seus momentos de encontro ou reencontro, momentos estes que vão fortalecer o aspecto de centramento da subjetividade coletiva UFJF. Como dois principais momentos destacaremos o intercâmbio de saberes na casa de Paulão e Ivanete e os encontros Kizomba na mata que aconteceram na Universidade Federal de Juiz de Fora.

O intercâmbio de saberes é um espaço de convivência e de troca de experiências construído conjuntamente por sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata em parceria com o CTA-ZM, a UFV, movimentos sociais e agricultores locais. Esta atividade consiste em uma reunião de agricultoras e agricultores na formação de um grupo que realiza mensalmente encontros em suas propriedades. É uma maneira de aproximar todo este público às experiências práticas, em andamento, de construção e aplicação de um significado de agroecologia, de aproximação com a história da família e de seus laços com a propriedade, com as formas de produção, as dificuldades enfrentadas, as perspectivas, os sonhos. Esta atividade já vinha sendo realizada no município de Divino e assim uma das ações propostas dentro do segundo projeto visava inserir a CSPP nesta atividade, sendo aquele um espaço forte de propagação, ou melhor dizendo, de construção de um saber agroecológico.

Assim realizamos contato prévio com as pessoas envolvidas nestes eventos e buscamos incentivar a participação dos moradores de São Pedro de Cima nestes intercâmbios. A equipe da UFJF realizava o trabalho prático desde a divulgação do convite para os intercâmbios à organização dos meios de transporte para levar os moradores. Enfim, um papel de providenciar condições favoráveis à participação. A metodologia destes encontros ficava a cargo da UFV e do CTA-ZM com inspiração em metodologias participativas desde as influências da proposta “campesino a campesino” ao método de Paulo Freire que preconiza a comunicação no processo de

extensão (FREIRE, 1992) ou através dos círculos de cultura.

Sinteticamente estes encontros eram baseados em um momento de apresentação dos participantes e da história da família naquela propriedade. Em seguida um olhar mais direcionado ao agroecossistema onde a família narra um pouco do que e de como eles criam e cultivam, tarefa que normalmente é acompanhada pela criação de um mapa da propriedade desenhado no chão. A partir de então as caminhadas pela propriedade passando por estes pontos de importância já apresentados anteriormente e no retorno um debate sobre aquela pequena experiência onde eram socializadas impressões, elogios, sugestões e críticas. Por fim o momento da alimentação, uma “troca de sabores” que é marcada por produtos da propriedade. Sucos de fruta, café, garapa, bolos, broas, biscoitos... diversas “quitandas” como falou Paulão.

Após alguns encontros em propriedades de agricultores em Divino, foi agendado um intercâmbio para a CSPC, que se inserira no ciclo de famílias participantes destes eventos. O intercâmbio realizado na casa de Paulão foi um momento muito significativo na trajetória da UFJF em contato com a CSPC.

Não iremos retomar todo o evento, direcionaremos a nossa atenção para algumas das características deste intercâmbio.

De início nos atentamos para a quantidade de pessoas que participaram deste evento. De fato, dos intercâmbios de saberes em geral, o da CSPC na casa de Paulão foi o de maior expressividade numérica ultrapassando a casa de uma centena de pessoas. Dentre os presentes estavam alunos da UFV, muitos deles envolvidos nas atividades do CTA-ZM que também se fazia presente. Um grupo grande das pessoas de Divino, agricultores e agricultoras, incluindo membros do Sindicato e de Movimentos Sociais locais. Da CSPC principalmente nota-se uma participação expressiva o que por si só já é muito significativo. Por fim a presença da UFJF sobre a qual queremos destacar alguns pontos.

Em primeiro lugar este intercâmbio pode ser visto como um dos principais resultados práticos do projeto da Agroecologia. Ali se viam de fato efetivadas as parcerias antes previstas no corpo escrito do projeto. Isso sugere também a presença de outras coletividades e nesta relação com o outro tende-se a reforçar, ou, tornar-se mais reconhecíveis as noções de pertencimento.

É, portanto, um momento de centramento desta subjetividade coletiva UFJF. Ali

estavam presentes participantes de ambos os projetos em andamento (Agroecologia e Ecomuseu). Se as atividades destes dois projetos permaneceram paralelas por um instante ali estas trajetórias se cruzavam novamente. Nada impediria de dizer que naquele momento também se fez vivo o Ecomuseu. Os anfitriões Paulão e Ivanete cederam a casa, mas quem se apresentava era a CSPC em diferentes vozes dos muitos que ali estavam presentes. A metodologia que percorreu pontos diversos (história, cultura, matas, águas, solos, animais, criações, plantas medicinais, plantios) contando com uma caminhada pelos arredores da casa e da comunidade, contribuía no sentido de um momento de apresentação. Vemos assim muitas similaridades com as propostas de um ecomuseu.

Outro encontro que também aponta para a integração e o cruzamento de trajetórias dos diferentes projetos nascidos do contato com a CSPC foi realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Denominado de Kizomba na Mata este encontro previa a participação de diferentes comunidades quilombolas da Zona da Mata incluindo a comunidade de São Pedro de Cima. Esta iniciativa partiu da equipe do projeto de pesquisa, que mencionamos brevemente em momento anterior, responsável pelo mapeamento das comunidades quilombolas da região. A ideia era um espaço de integração destas comunidades inseridas no ambiente universitário dentro da ideia de um evento com uma programação que incluía palestras, momentos de apresentação, e momentos de cultura, que, diga-se de passagem, predominaram.

Outra vez não nos caberá a descrição detalhada do encontro mas para nosso ponto de pesquisa é interessante ressaltar um aspecto deste encontro. Ali, de maneira inédita éramos nós, UFJF, que estávamos recebendo eles, CSPC. Nós que sempre fôramos bem acolhidos na comunidade, a quem os moradores cederam suas casas e compartilharam sua alimentação, já estávamos inseridos em um jogo de reciprocidades e nos cabia agora acolher a Comunidade, apresentar a Universidade e um pouco da cidade de Juiz de Fora.

Alguns pontos interessantes desta relação foram notados por Paulão, no último trabalho de campo do pesquisador no ano de 2015. Paulão lembrava vários aspectos positivos da recepção como, por exemplo, a qualidade do hotel em que ficaram e do encontro de uma maneira geral, mas também atentou para um fato interessante. Segundo ele, quando nos recebiam em São Pedro nos acolhiam em suas casas e neste sentido se questionou de ninguém ter lhe convidado a conhecer seus lares. A

única exceção se deu por uma pequena visita que realizamos com algumas das pessoas da CSPC a um sítio. Isso talvez possa ser interpretado como fruto do “viver em cidades”, onde a privacidade é mais protegida, onde partilha-se mais o espaço público do que o privado. Para quem tem o hábito de receber em sua própria casa, de abrir seus espaços íntimos ao outro, soava como distanciamento a recepção oferecida.

Este encontro levantou de maneira expressiva a questão quilombola em suas singularidades. Também esteve presente a dimensão da agroecologia. Vale também mencionar que proporcionou ao ambiente universitário uma vida e uma cara diferente. Deixam-se pistas para pensar as influências destas ações como modificadoras da universidade;

Estes dois tipos de encontros voltaram a ocorrer posteriormente em diferentes ocasiões. O intercâmbio continuava sua realização revezando entre as propriedades dos participantes, incluindo as da comunidade São Pedro de cima. Também o Kizomba na Mata contou com outras edições. Isso sugere um período ativo das relações da subjetividade coletiva UFJF com a subjetividade coletiva CSPC.

As atividades do Ecomuseu tinham continuidade e estavam focadas na produção de outras cartilhas e do atlas geográfico. O projeto da agroecologia teve este primeiro caráter de articulação bem-sucedido e apresentava a consolidação do grupo EWE e o intercâmbio de saberes da CSPC como principais resultados.

O que se segue a esta trajetória é um movimento ainda maior de expansão através de um novo projeto, uma vez findado o prazo de execução do projeto da Agroecologia.

Neste novo projeto, outras comunidades que se colocavam em relação com a UFJF foram incluídas na proposta de uma consolidação de bases para transição agroecológica. A grosso modo, todo o trabalho que já tínhamos realizado na CSPC deveria ser desenvolvido em outras comunidades. A CSPC também estava inclusa neste projeto, entretanto o que se previa era uma espécie de segunda fase do projeto, uma vez estabelecidas as bases anteriormente, com ações mais propositivas no sentido de lidar com dificuldades elencadas em conjunto com a comunidade.

Não nos prolongaremos nesta trajetória a não ser indicando este caráter de continuidade que, entretanto, vai conviver com outras dificuldades práticas que vão de alguma forma ocasionar a perda de expressividade do contato entre UFJF e CSPC.

Para entender este período deve-se ter em conta o envolvimento de uma série de alunos que estabeleceram uma relação com a CSPC e de alguma maneira um compromisso e que protagonizaram uma série de retornos e de iniciativas como os primeiros projetos. Com a inclusão de outras comunidades, outros participantes começaram a estabelecer essas mesmas relações agora com este público diferente. Diante de uma certa divisão de tarefas a parte do projeto que cabia a São Pedro ficou destinada aos alunos que já vinham se envolvendo com a CSPC desde os projetos anteriores. Ao mesmo tempo foi uma equipe que cresceu, mas que também assistiu ao afastamento de alguns membros. Nathan Itaborahy, já se mudara para Belo Horizonte onde realizou seu curso de mestrado tendo como tema a CSPC. Timothy Orsi também neste período deixava o corpo do projeto, mas dava continuidade às atividades como parte empírica de seu projeto de mestrado que também baseado naquela experiência empírica. Da mesma forma o autor que vos escreve ingressa no curso de mestrado da UFRRJ pelo CPDA no Rio de Janeiro.

Estes percursos aos poucos foram dificultando uma presença constante como até então se fazia. Os trabalhos de campo eram agendados com mais dificuldade e foram ao longo do tempo minguando até quase desaparecerem. A estas dificuldades soma-se a emergência de uma situação conflituosa na comunidade ocasionada pela chegada do INCRA com o propósito de dar andamento ao processo de regularização fundiária da comunidade. Esta iniciativa evidenciou conflitos internos da comunidade onde a presença da UFJF passa a sofrer questionamentos.

Continuidades e discontinuidades que marcam essa trajetória da qual o autor fez parte e que teve a oportunidade em momento seguinte, já com a proposta de estudar a CSPC em sua relação com a UFJF, de reviver em campo. A atividade empírica da atual pesquisa é realizada neste momento de uma ausência grande da UFJF. Isto favorece uma abordagem natural do tema em campo uma vez em que são direcionados ao pesquisador uma série de questionamentos em relação à situação dos projetos e dos retornos trazidos pela UFJF à comunidade.

Por outro lado, o momento que sucedeu um agito proporcionado pela discussão em torno do processo de regularização fundiária e de autoafirmação étnica da comunidade favoreceu a exploração da temática quilombola. Pela primeira vez o pesquisador trataria abertamente o assunto tendo acesso às impressões de diferentes personagens sobre essa trama. Ali estariam pistas de uma intersubjetividade do

contato entre a UFJF e a CSPC que envolviam a questão quilombola.

CAPÍTULO 3.

UNIVERSIDADE EM INTERAÇÃO

3.1 Contribuições da Antropologia

Este ítem busca ilustrar uma perspectiva antropológica acerca de toda esta trajetória da UFJF em contato com a CSPC. A que passo podemos considerar essa atuação sob a ótica de um trabalho antropológico? Ou, por outro lado, o que a teoria antropológica tem a nos oferecer ao lançar um olhar sobre esta relação?

Com este objetivo buscamos a história de alguns conceitos e concepções desenvolvidos pela Antropologia enquanto ciência que possam nos ajudar com algumas questões empíricas que aparecem a partir do contato em campo entre pesquisadores e a comunidade de São Pedro de Cima, reconhecida como remanescente de quilombo. Esse exercício nos parece necessário e profícuo na medida em que consegue enquadrar um objeto de pesquisa que busca fugir de alguns lugares comuns quando nos propomos a estudar o outro. Ao mesmo tempo contribui fornecendo uma base teórica mais imponente para tratar o delicado assunto das populações quilombolas.

A relação com o diferente, com o outro, é uma característica da espécie humana que se faz presente desde o nascimento e reflete em última instância um processo de autoconhecimento. A criança ao nascer confunde-se com a mãe e, ao longo de seu desenvolvimento, depende da relação com outras pessoas para a formação de sua individualidade e de uma consciência de si. Extrapolando o nível pessoal e singular podemos conceber que o mesmo é verdade para os grupos sociais. É na interação com o diferente que uma determinada sociedade conforma uma identidade através da qual pode distinguir-se de outras: nós/eles.

Entendemos que a Antropologia ancora seu desenvolvimento teórico nesta relação com o diferente. É em um contexto de tomada de consciência da diversidade social existente no globo terrestre que podemos situar a emergência desta ciência, que busca constituir um objeto plausível contemplando um projeto de racionalização do mundo através do conhecimento científico.

Há um paradoxo constitutivo do sistema mundial como tem sido usualmente estabelecido, pelo qual, ao mesmo tempo em que pelo conhecimento se toma a

consciência da diversidade sócio-cultural e se reconhece a necessidade de um impulso de autoconhecimento da humanidade, aciona-se um movimento de destruição desta mesma diversidade, ou seja, conhecer é destruir. Jean Copans se refere a esse fenômeno nos termos seguintes:

A descoberta das sociedades “não europeias” coloca, pois, em foco a diversidade das formas sociais de pensamento e de comportamento e a das instituições correspondentes. Mas é difícil, a princípio, separar a abordagem científica da abordagem ideológica, ou moral desse fenômeno. A reação instintiva do Ocidente face aos povos exóticos é o etnocentrismo [...] (COPANS, 1971 n.p.)

Conhecer o diferente, de acordo com as concepções etnocêntricas, implica em estabelecer comparações consigo mesmo, ou com sua própria cultura e buscar moldar o outro aos seus valores. O contato com povos diferentes levaria à aculturação dos mesmos e à conseqüente extinção da diversidade.

Copans, retomando a trajetória da Antropologia, fala da necessidade de imposição de uma metodologia de pesquisa que tornasse possível a comparação entre a Europa e o conjunto de outras sociedades, “porque o fato de serem todas exteriores a Europa e de formarem por assim dizer, um resíduo histórico, confere-lhes uma aparência de unidade” (COPANS, 1971)

De acordo com ele, concedem a esses povos uma exterioridade à própria história humana no sentido em que ao localizá-los exteriormente à Europa, os localiza fora da história. Essa característica acompanhará a antropologia em diferentes vertentes, e será a fonte de fortes críticas na última fase do século XX.

Muitos citam Morgan como um primeiro expoente da Antropologia. A divisão elaborada em seu livro *Ancient Society* foi base do evolucionismo que imprimiu grande influência na disciplina principalmente no século XIX. Através de seus seguidores e de seus críticos, o evolucionismo inegavelmente impulsionava a Antropologia a um estatuto científico.

É interessante notar, que Henry Morgan era advogado de formação. As questões centrais de seus trabalhos traziam temas caros ao direito e a um contexto de criação e estabelecimento dos códigos legislativos. A preocupação com as relações de parentesco faz um diálogo grande com questões do campo legal como mesmo a definição sobre os critérios da herança. Do mesmo modo a relevância dada à ideia de propriedade, sendo a propriedade privada tida como uma das características de

sociedades consideradas mais elevadas, nos remete à importância dada pela Antropologia à necessidade de se discutir e de afirmar a propriedade privada como forma moderna de apropriação do espaço. À ideia de propriedade defendida pelo autor segue-se a noção de um Governo baseado no território e na propriedade, características que selariam um processo civilizatório, que iria da selvageria, passando pela barbárie, às civilizações modernas.

A partir dessas questões colocadas pela Antropologia, já podemos começar a estabelecer algumas relações com a Comunidade à qual direcionamos nossos estudos. Na verdade menos com a comunidade em si, e mais com a relação entre a UFJF e esta Comunidade, mais com as maneiras com que um olhar estrangeiro e detentor de autoridade, de legitimidade, e reconhecido como detentor do saber que o coloca como o centro a partir do qual irradia o conhecimento, pode buscar enquadrar o diferente, o outro em questão.

Algumas características da CSPC podem receber uma primeira leitura que coloca a Comunidade em um passado: nosso passado contemporâneo. A experiência do campo gera em vários alunos uma referência entre os aspectos da CSPC e os de outras realidades conhecidas, dentre essas, principalmente, as realidades pessoais dos alunos e professores envolvidos nos trabalhos de campo. Não é de se estranhar que na maioria das vezes essa associação ligue a comunidade a uma geração anterior de nossas famílias, a nosso passado. Para exemplificar: a broa de “pau-a-pique” feita por Dona Marlene na ocasião do intercâmbio de saberes promovido pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Divino em parceria com a UFV o CTA e a UFJF, gerou em muitos a lembrança de tempos antigos, habitados por seus avós. O forno de barro que assou a broa é igual ao que existia antigamente na casa de muitas pessoas daquela região. O cará, com o qual se faz a broa, já esteve em muitos quintais e em muitas panelas. A técnica de uso da folha de bananeira formando pequenos balaios que servem de forma rememorava os tempos de infância de alguns dos ali presentes.

A situação política também pode cair nesta fonte de interpretação como se São Pedro vivesse situações políticas que remetessem a um passado, seja as possíveis associações através do termo quilombo (e aqui é notável o fato da persistência do termo comunidades *remanescentes* dos quilombos) ou um quadro que nos remete ao período do coronelismo, assim como diversas outras possíveis associações. Este olhar que produz como contemporâneo o passado, tem raízes evolucionistas e tem

implicações políticas fortíssimas. Ao produzir o passado como contemporâneo, na verdade está-se negando a contemporaneidade ao outro. Voltaremos a este ponto posteriormente. Essas seriam abordagens comparativas que se repercutem em divisões como roça x cidade, urbano x rural, atrasado x desenvolvido.

A ideia de propriedade privada da terra apresenta uma trajetória complexa internamente à CSPC. De antemão vale lembrar que aquela área foi considerada historicamente dentro dos “sertões do leste” área de colonização tardia como visto anteriormente. Dessas “terras desabitadas” e proibidas, ao estabelecimento e regulamentação de documentos de propriedade ou outros processos de territorialização, é um longo caminho.

Casos sobre os antigos mostram a mobilidade das moradias e conceitos abstratos de propriedade, o que pode ser visto por meio de uma conversa que passamos a relatar. Certa vez, saindo com Seu Antônio de sua casa, situada na área onde se concentram pessoas da família Malaquias, nas proximidades do chamado córrego dos Malaquias. Íamos em caminhada para o extremo oposto da comunidade, para a casa de Raimundo e Marlene Pereira. Ao longo do caminho, em uma parte de várzea, Seu Antônio, contemplando a paisagem e aquele local, me contou que ali era tudo de seu avô. Fato semelhante aconteceu na casa de Zé Pereira que também nos disse que as áreas em que hoje moram os Pereira eram todas de seu avô homônimo. O mesmo Zé Pereira nos dias de hoje já realiza movimentações e diz ter conseguido os documentos legais de sua propriedade, o que envolveu vários processos burocráticos e conseqüentemente um empenho forte com este intuito. Seu Antônio nos contou de seu esforço, na época em que ainda trabalhava na fazenda dos Lourenço, para juntar algum dinheiro para que pudesse então comprar seu terreno. Segundo ele o “patrão” não podia saber que estava juntando dinheiro e não daria nenhum dinheiro que fosse pedido com o propósito de compra de terras. Por suas maneiras conseguiu comprar o terreno em que vive até hoje já beirando aos seus cem anos.

Fatos como estes servem para ilustrar um histórico das lutas pela garantia de um território. Seguindo essa linha correria o risco de cair numa leitura evolucionista do nomadismo ao sedentarismo e à propriedade privada que deve ser evitada. O que deve ser ressaltado é que há um intenso movimento que envolve heranças, compras, vendas e posse, mesmo que só uma minoria, nos dias de hoje, obtenha de fato

documentos legais sobre a posse da propriedade. Este movimento é interessante para perceber reações de resistência a uma proposta que chega junto com o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, que envolve um outro conceito, o de propriedade de uso coletivo. Para aqueles que tanto lutaram pela aquisição de uma propriedade privada, essa nova concepção que deve ser implantada é vista com suspeita e cautela.

Para não adiantar as críticas, retomando nossa apropriação de contribuições da Antropologia, fazemos menção a outro autor, enquadrado ao lado de Morgan e outros como evolucionista. Tylor é constantemente lembrado por ter sido aquele que trouxe explicitamente uma categorização do termo cultura, “aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem na condição de membro da sociedade” (TYLOR *apud* CASTRO 2005). Tomada no singular e equiparada à civilização, este autor via nas diferenças culturais a representação de estágios evolutivos de um mesmo processo.

De um lado, a uniformidade que tão amplamente permeia a civilização pode ser atribuída, em grande medida, à ação de leis uniformes; de outro, seus vários graus podem ser vistos como estágios de desenvolvimento ou evolução, cada um resultando da história prévia e pronto para desempenhar seu próprio papel na modelagem do futuro. (TYLOR *apud* CASTRO, 2005, p. 31)

Tylor propõe que há detalhes da cultura que permitiriam sua classificação em vários grupos etnográficos. O foco em cada um destes grupos, tais como crenças, costumes e artes, confere substância a um exame comparativo buscando compreender em que medida “os fatos arranjados nesses grupos são produzidos por uma evolução de um para o outro”. (TYLOR *apud* CASTRO, 2005, p.39)

Uma noção interessante trazida por este autor é a ideia de “sobrevivências”:

Trata-se de processos, costumes, opiniões, e assim por diante, que, por forçado hábito, continuaram a existir num novo estado de sociedade diferente daquele no qual tiveram sua origem, e então permanecem como provas e exemplos de uma condição mais antiga de cultura que evoluiu em uma mais recente. (TYLOR *apud* CASTRO, 2005, p. 40)

Não seria difícil aplicar essa noção à apreensão que se faz da CSPC, apreensão esta que não caracteriza os trabalhos como um todo, mas que se faz quase

automaticamente ao menos em alguns momentos como nós já mencionados acima. Algumas palavras utilizadas nos artigos produzidos nos indicam essa relação (ainda; preservam; entre outras). Na visão Tylorista essas “sobrevivências” nos serviriam de chave de acesso a um passado, possibilitando essa leitura evolutiva da cultura. Aqui vale mencionar um aspecto: há uma dinâmica de sociabilidade viva na CSPC que está representada por exemplo nas práticas de trocar dia ou nos trabalhos em mutirão que pode em certa leitura cair como um aspecto de “sobrevivência” diante de um cenário capitalista que modifica as relações de trabalho. Pode ser vista como traços de remanescência de um período anterior ao da expansão capitalista. Essa leitura ao nos direcionar ao passado, tomando estes fatos para presumir traços anteriores da cultura, acaba negando o presente e as múltiplas possibilidades de futuro. Por outro lado posiciona o sistema capitalista em um ponto mais elevado em uma escala evolutiva nos impedindo de ver as relações atuais em curso entre essa dinâmica capitalista e outras formas que convivem e interagem com ela.

Morgan e Tylor são expoentes de uma corrente que forneceu uma chave de interpretação da humanidade. Partiam do pressuposto de uma unidade da espécie humana explicando diferenças a partir do tempo, contendo portando este caráter diacrônico. Este pontapé inicial impulsiona a Antropologia a um estatuto científico e Inaugura o método comparativo. A disciplina ganha fôlego para desenvolver-se, nutrindo-se de intensos debates, críticas e posturas.

Para ilustrar um pouco deste caldo de debates em torno da antropologia e para seguir em nossa leitura, tomaremos o referencial de Roberto Cardoso de Oliveira. Este autor esboça um quadro onde o eixo vertical é dividido em duas partes que remetem à categoria do tempo: sincrônico e diacrônico. Da mesma forma o eixo horizontal é dividido em dois fazendo uma referencia ao aporte teórico ou a tradições: a intelectualista e a empirista. A articulação destes eixos conforma quatro quadrantes que ilustram diferentes posturas da antropologia. Partindo destes quadrantes podemos elencar alguns autores e continuar nosso exercício de aplicação à realidade do contato da UFJF com a CSPC pensando as possíveis aproximações com a antropologia.

No primeiro quadrante, em uma perspectiva intelectualista sincrônica, pode-se perceber claramente a postura crítica em relação a este pressuposto temporal da

corrente evolucionista. O que se esboça é, ao contrário, uma negação do tempo. Cabe neste quadrante a “escola francesa de sociologia” sob o paradigma racionalista, onde Durkheim aparece como a principal influência.

Neste quadrante destaca-se a presença do francês Marcell Mauss, figura de grande importância no desenvolvimento antropológico. Em seu ensaio sobre a dádiva este autor nos mostra uma característica das trocas em sociedades arcaicas, uma espécie de contrato social que implica na distribuição de “presentes” e na obrigação em retribuí-los. Uma lógica de escambo que não conversa com os sistemas capitalistas e as trocas mercantis na medida em que não adota o indivíduo, mas sim coletividades (tribos, clãs, famílias) como sujeitos destas trocas:

Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constam, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; [...] Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. (MAUSS, 2003, p.190)

É importante destacar o método de comparação preciso (MAUSS, 2003) seguido pelo autor. São escolhidas áreas determinadas para o estudo. Distancia-se do método comparativo geral contido nas correntes evolucionistas embora perpetue de algum modo as “sociedades primitivas” agora sobre o rótulo de “sociedades de tipo atrasado ou arcaico”, como objeto da Antropologia.

Este ensaio de Mauss vale muito bem para efetuar uma leitura de alguns fatos recolhidos em campo. A obrigação de retribuir os presentes foi uma característica que encontramos na CSPC que foi bem ilustrada por Paulão, retomando um ditado antigo de sua mãe (dos antigos). “Mão vai mão vêm, mão que vai e não vem, corta ela”. “Quem não entende esse ditado não entende nada” dizia Paulão. É quase automático que nos venha na memória o trabalho de Mauss e de fato, nos deparamos com uma série de trocas que não podem ser explicadas em si por mecanismos capitalistas. As relações de troca de dia, onde um ou mais trabalhadores de uma família realizam o trabalho em outra propriedade em troca de que o anfitrião disponibilize seu trabalho em um outro dia pode ser assim interpretado. Assim há uma economia interna de “dias de serviço”.

Outra forma encontrada na CSPC é a realização de trabalhos específicos através de mutirões, onde várias pessoas da comunidade se reúnem para um objetivo em comum. Estes mutirões podem aparecer de forma bem definida se utilizando até mesmo do nome de mutirão. Um exemplo foi a construção de um terreiro de café na propriedade de Zé Barrinho que reuniu mais de cem pessoas que em um dia cimentaram um terreiro de proporções consideráveis. Porém, há outras formas de reunião que podem ser mais invisibilizadas, mas que, entretanto, são essenciais em grande parte das realizações de maior porte. Em geral são as mulheres que se responsabilizam pela parte da comida, e alimentar uma grande quantidade de pessoas envolve um trabalho considerável. Não é incomum que estes trabalhos sejam realizados em parcerias, e por que não, mutirões. Assim, nos momentos que antecedem eventos maiores, sempre nos deparamos com um intenso trabalho comunitário. A participação ou não nestes eventos também ajuda a definir as noções de pertencimento à comunidade. O importante é frisar que a lógica da reciprocidade paira nestas trocas de serviço. Se alguém trabalhou em sua propriedade é um compromisso ético que você retribua quando solicitado.

Se estas mesmas práticas foram enquadradas anteriormente a partir de um determinado olhar como “sobrevivências”, agora, mais do que nos ajudar a compreender um suposto passado da humanidade, estas práticas dizem sobre o presente, sobre uma estrutura viva alcançável que contém uma consciência racional. É aí que reside a principal observação de Roberto Cardoso Oliveira sobre o paradigma racionalista e sua manifestação na “Escola Francesa de Sociologia”: “Trata-se do privilegiamento da consciência – e de uma consciência racional – na interioridade mesma dos fenômenos sociológicos”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.18)

Voltando à CSPC há uma característica que diferencia a abordagem de Mauss do contexto para o qual Paulão lançou mão de seu ditado. Na ocasião, Paulão estava falando exatamente da relação entre a CSPC e a UFJF argumentando que devia ser uma via de mão dupla. A Comunidade oferece coisas à Universidade, e essa deveria retribuir oferecendo algo em troca. É como mergulhar o observador no objeto e de repente estar participando daquela realidade, você tem parte neste contrato e cada aluno que participou dos trabalhos em São Pedro, em maior ou menor grau, vivenciou essa necessidade de retribuir tudo aquilo que a comunidade fazia por nós e nos oferecia. Sua hospitalidade, que incluía muitas vezes suas próprias casas para que

os pesquisadores se estabelecessem ao longo dos trabalhos de campo; a riqueza culinária da região com pratos típicos em sua maioria feitos com os recursos dos cultivos e das criações, o rico conhecimento local a respeito de plantas e a própria disponibilidade de tempo etc.. Lembramos também que a iniciativa de alunos em busca de um projeto de extensão que pudesse contemplar uma volta à comunidade que tão bem tinha nos acolhido era nada mais que uma vontade (ou um dever) de retribuição, ou seja, um retorno tanto no sentido de voltar para a comunidade como, principalmente, um retorno no sentido de retribuição.

A não realização do trabalho em campo facilita a Mauss evitar estas questões que surgem no contato entre pesquisador e pesquisado. Entretanto entendemos que muitas de suas conclusões a respeito de uma teoria geral sobre a dádiva se fazem presentes na relação entre os “nativos” e os “estrangeiros”, entre pesquisador e objeto, entre a UFJF e a CSPC, ou seja, em escalas mais amplas.

De certo modo nos aproximamos de Lévy-Strauss que estende essa lógica contida na teoria da dádiva pra um grau maior de amplitude:

Lévi-Strauss took the argument even further. The principles of Exchange and reciprocity are burned into the human unconscious. They are 'fundamental structures of the human mind. According to Lévi-Strauss, they could be observed even in the thinking of Western children. Mauss's principle of reciprocity becomes an unconscious but universal rule [...] (KUPER, 2005, p.187/188)

Percebe-se que essa preocupação na definição de teorias e leis gerais é uma marca que nos remete ao próprio contexto de institucionalização da antropologia e ao contexto científico da época. Estes contextos impõem certas preocupações que são perceptíveis dentro de determinados autores ou correntes. Uma delas a já mencionada preocupação na identificação ou estabelecimento de leis gerais. Outro ponto é a necessidade de delimitar um objeto exclusivo à antropologia. Era necessário estabelecer os limites entre essa e as demais disciplinas. A influência de Durkheim é notada na divisão entre as representações individuais e as representações coletivas, o que definia fronteiras entre a Antropologia e a Psicologia. Por outro lado, na crítica à abordagem evolucionista se encontra também uma preocupação de diferenciação entre antropologia e história. Caberia, portanto, à primeira, o entendimento das estruturas sociais e das leis que as governam. Eventos e particularidades ficariam a cargo da História.

Esta mesma preocupação está presente no segundo quadrante, talvez ainda mais forte, realçando o caráter sincrônico desta abordagem. O que o diferencia do primeiro é o caráter empírico que impera. Nele figuram a “Escola Britânica de Antropologia” e o paradigma estrutural-funcionalista.

Enfatizando o estudo *in loco* Rivers surge como uma referência à etnologia e privilegia o estudo do parentesco através de métodos comparativos. Mais uma vez percebemos rupturas e continuidades em relação aos fundadores evolucionistas. O método comparativo os iguala, embora a comparação em Rivers seja mais localizada assim como em Mauss. Por outro lado Rivers se afasta das influências inglesas e norte-americanas para beber em fontes alemãs se aproximando do difusionismo, definindo uma importante mudança teórica:

The shift could be defined – as Rivers in fact defined it – with reference to national traditions of anthropology. He was abandoning the traditional English assumption that everywhere in the world customs and institutions progress through a determined series of evolutionary stages. In their place he adopted the German view that all history was local, and that cultural change was normally a consequence of the mixture of peoples. (KUPER, 2005, p. 142)

A crítica ao evolucionismo está bem definida nas palavras de Rivers. Entretanto este autor se consagra no âmbito do parentesco com destaque para seu método genealógico, e neste quesito está em constante diálogo com a proposição do método de Morgan de que a terminologia refletia arranjos sociais tais como regras de casamento. Ora, entramos em um tema caro à Antropologia que acompanha até aqui todos os autores citados: as discussões em torno do parentesco. Este campo foi fundamental na efervescência do debate antropológico ao longo dos séculos XIX e XX e, podemos dizer, continua sendo ainda nos dias de hoje.

Não temos dúvida de que uma aplicação destes métodos mostraria características interessantes da CSPC. Entender as relações de parentesco, os casamentos intra e inter-familiares, as árvores genealógicas das famílias da comunidade e as terminologias empregadas. São aspectos ricos que requerem um rigor metodológico louvável afim de realizar um bom trabalho. Quem melhor representou este caminho na CSPC foi Thaís da Silva Dantas que em seu trabalho de conclusão do curso de geografia da UFJF apresentou um esforço em desenhar alguns ramos da árvore genealógica da família Malaquias. Desde os três irmãos Malaquias dentre os quais Pedro, que é tido como um dos fundadores da comunidade.

Outros fatos sugerem a importância de compreender estes aspectos de parentesco em São Pedro de Cima. Diz-se que Pereiras preservaram e preservam até os dias de hoje o hábito do casamento intrafamiliar. Tivemos a oportunidade de presenciar um casamento deste tipo. Zé Pereira é irmão de Marlene Pereira e fomos à festa de casamento de Tutim (filho de Marlene) e Jucilene (filha de Zé Pereira).

O exercício de cartografar estes casamentos e descendências através de uma árvore genealógica permitiria a visualização destas estruturas de parentesco e quiçá poderiam ser alcançadas regras ou leis que definiriam estes sistemas e arranjos sociais. Mesmo distantes desta hipótese ainda acreditamos que estas informações não são irrelevantes para um estudo da comunidade e no mínimo, se não tratadas como fins, contribuem como bases de informações.

O tema do parentesco também perpassa a obra de Radcliffe-Brown. Este autor é um interlocutor da concepção sociológica francesa na Inglaterra. Foi influenciado por Rivers tendo sido um de seus alunos, mas na medida em que bebia da influência durkheimniana se afastava do psicologismo a partir do indivíduo da leitura de Rivers. A Escola Sociológica Francesa é, portanto, uma das fontes do estrutural-funcionalismo emergente. A influência do empirismo proporciona uma tensão interna na tentativa de conciliar pressupostos da tradição sociológica francesa e o empirismo britânico, este último conferindo uma importância primordial ao trabalho de campo na Antropologia⁵.

Brown busca autoridade em outras fontes científicas. É notável sua analogia entre vida social e vida orgânica, importando os mesmos métodos objetivos utilizados nas ciências naturais. Tal objetividade é almejada a partir de uma narrativa presentista e ao mesmo tempo atemporal. É aí que reside o caráter de negação do tempo contidos neste autor, para quem, dados não conjecturais são contemporâneos e são a única fonte de sociedades primitivas. Há neste sentido um caráter de crítica ao evolucionismo e uma tentativa de reformular o conceito de história estabelecendo a esta um campo diferente e independente das possíveis análises funcionais:

A paleontologia e a fisiologia não estão em conflito. A “explicação” para o cavalo puro-sangue deve ser procurada na história – como e onde ele veio a ser o que é. Outra “explicação” totalmente independente é mostrar como o cavalo vem a ser exemplificação especial de leis fisiológicas. Analogamente, uma <<explicação>> de determinado sistema social será sua história se soubermos o relato minucioso de como e onde ele veio a ser o que é. Outra “explicação” do mesmo

⁵No método de estabelecer hipóteses para serem investigadas em campo com rigor metodológico temos um caráter de continuidade entre Radcliffe-brown e Rivers.

sistema obtém-se mostrando (como os funcionalistas tentam fazer) que ele é uma ilustração especial das leis da fisiologia social ou do funcionamento social. Os dois tipos de explanação não conflitam, mas suplementam-se reciprocamente. (RADCLIFFE-BROWN, 1973, p.229)

Nosso intuito é de utilizar algumas marcas dessa trajetória antropológica que possam fazer alusão à experiência da UFJF na CSPC. Os modos de olhar, de pesquisar.

A perspectiva empírica em campo é marca também do contato entre a UFJF e a CSPC. Foram vivências naquela comunidade que desencadearam esta relação que se perpetuou através de trabalhos de extensão universitária. Vemos aí uma relação direta com a antropologia na medida em que os agentes da UFJF, mesmo não sendo antropólogos, bebem nas fontes desta disciplina para apoiar a perspectiva metodológica dos trabalhos de campo e da extensão. Essa aproximação com o viés antropológico se deu basicamente em um grupo de estudos formado paralelamente ao início dos trabalhos. Entre outros temas podemos dizer que ali se fazia uma introdução teórica à metodologia da antropologia. Há de se enfatizar o caráter superficial e mesmo descontextualizado de uma linha geral desta disciplina. Eram selecionados textos considerados interessantes, e que trouxessem possíveis contribuições para os trabalhos de campo em São Pedro de Cima.

Não podemos deixar de mencionar a figura de Malinowsky que ressalta a importância dos trabalhos de campo, da vivência, de uma imersão na sociedade estudada. Este autor também navega no segundo quadrante e disputa a própria concepção do funcionalismo britânico.

Vivendo na aldeia, sem quaisquer responsabilidades que não a de observar a vida nativa, o etnógrafo vê os costumes, cerimônias, transações, etc., muitas e muitas vezes; obtém exemplos de suas crenças, tais como os nativos realmente as vivem. Então, a carne e o sangue da vida nativa real preenchem o esqueleto vazio das construções abstratas. É por essa razão que o etnógrafo, trabalhando em condições como as que vimos descrevendo, é capaz de adicionar algo essencial ao esboço simplificado da constituição tribal, suplementando-o com todos os detalhes referentes ao comportamento, ao meio ambiente e aos pequenos incidentes comuns. (MALINOWSKY, 1978, p.29)

Malinowsky destaca uma série de “condições adequadas à pesquisa etnográfica” como a perspectiva do estar só, “procurar afastar-se da companhia de outros homens brancos, mantendo-se assim em contato mais íntimo possível com os

nativos.” (MALINOWSKY, 1978 p.21). Também é notável a duração dos trabalhos de campo deste autor que testemunhou acontecimentos que permitiram sua descrição sobre o Kula em três expedições. A primeira delas de agosto de 1914 a março de 1915. Retornou em seguida no mês de maio permanecendo por mais um ano em campo e por fim, em outubro de 1917, a terceira expedição com duração também de um ano.

Estas proposições são fontes de inspiração no que tange à postura da UFJF em São Pedro de Cima. Talvez não haja mais que um flerte com as proposições e ferramentas da Antropologia, mas, a exemplo das atividades em campo realizadas ao longo dos anos na CSPC, nota-se um esforço de intensificar a questão da permanência na comunidade por períodos mais longos. Obviamente a situação e a condição dos agentes que compõem esta subjetividade coletiva UFJF (basicamente estudantes universitários), impunha dificuldades em pensar trabalhos que extrapolassem os fins de semana, ou que no máximo agregassem a este um feriado. Entretanto chegaram a ser realizados trabalhos que ultrapassaram uma quinzena. À medida em que permanecíamos por períodos mais longos em campo, víamos a potencialidade do sentido de duração dos trabalhos, o que já era notado na falta de tempo para realizar certas atividades ou mesmo para aceitar convites e propostas dos moradores locais, quando em trabalhos curtos. Ou seja: inegavelmente seria proveitoso, no intuito de compreender aquela realidade, um trabalho de longa duração e imersão completa tal como propõe Malinowsky.

De todo modo, em nossos trabalhos experienciávamos em algum grau essa imersão no campo. Há ainda um caráter diferente que marca a atuação da UFJF. O caráter de continuidade, e de diversas experiências em campo ao longo dos anos. O retorno frequente à CSPC foi recorrente na trajetória de muitos alunos, principalmente aqueles vinculados aos projetos de extensão. Estabeleceram-se laços de afinidade e de uma intimidade maior ao longo do tempo. Passou-se do estranho universitário forasteiro a alguém em alguns casos dito como da família, tratado pelo nome ou mesmo pelo apelido. Esta intimidade, dentro das metodologias antropológicas também cria perspectivas de estudo que poderiam permanecer ocultas sob outros métodos. Os “imponderáveis” da vida cotidiana de que fala Malinowsky, sugerem questões que são inalcançáveis a simples questionários e demandam uma participação do observador no cotidiano da sociedade estudada.

Outro ponto que aparentemente seria criticado, admitindo as proposições metodológicas de Malinowsky, é o caráter coletivo destes trabalhos da UFJF. Eram realizados em equipe: nos primeiros contatos através de uma atividade da disciplina de geografia agrária, eram aproximadamente quarenta pessoas que embarcavam em um ônibus de Juiz de Fora a Divino. Certamente o trabalho era dividido, mas mesmo as vivências dos alunos que dormiram um dia na casa dos locais foram realizadas em duplas; já nos projetos de extensão, a começar pelo ecomuseu, foi frequente a presença de muitos bolsistas e voluntários, além da participação em campo da orientadora do projeto Maria Lúcia. Essa estrutura de trabalho nos levou a alugar um espaço que pudesse abrigar a todos. Do mesmo modo também havia uma divisão do trabalho e uma desaglutinação ao longo do dia. A isso se seguia um reagrupar às noites, marcados por momentos de troca de sensações e de “descobertas”, certamente um “lugar seguro” para o estudante, próximo aos seus. Já nos projetos da agroecologia percebe-se um esforço maior dos bolsistas em se distribuir nas casas dos moradores, ainda assim eram raros os casos de pessoas que ficassem realmente sozinhas em suas estadias.

Entretanto, foram também realizadas estas experiências solitárias em campo, e dos pesquisadores que realizaram vivências a sós, temos os relatos do quanto isso torna a experiência diferente.

A maioria dos pesquisadores que realizaram trabalhos desta maneira procuravam cumprir metas para além dos trabalhos de extensão contemplando pesquisas pessoais com objetivo de realização de trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado⁶. O próprio trabalho de campo realizado por essa pesquisa foi nesta condição. Ainda podemos citar Rafaela, que realizou um esforço de etnografia passando cerca de quinze dias na comunidade, Nathan e Timothy que também realizaram atividades em São Pedro sem companhia de outros universitários e destacam a característica de partilhamento da rotina de determinada família que não era alcançado desta forma em outros trabalhos.

A importância do caderno de campo foi deveras discutida como metodologia básica do trabalho etnográfico e foi ferramenta utilizada por mim e por muitos outros

⁶ Esta estratégia de ir sozinho a campo muitas vezes, mais do que uma opção metodológica, decorre da dificuldade em encontrar companheiros para participar do campo. Entretanto uma vez realizado o trabalho percebe-se a riqueza a que se tenha acesso talvez só por este método.

pesquisadores/extensionistas da UFJF nas atividades na CSPC. Pessoalmente estas estadias solitárias favoreceram a escrita do caderno de campo.

Não é nosso objetivo apresentar um debate sobre estas perspectivas de campo. Buscamos compreender cada uma das metodologias e posturas e procurar o que cada uma delas nos mostra. Podemos inclusive indicar possíveis situações conflitantes entre diferentes perspectivas metodológicas em campo ou mesmo buscar uma caracterização de cada um dos projetos de extensão (ou de cada uma das subjetividades coletivas menores que compõe a UFJF) de acordo com o critério metodológico adotado. Já reservamos espaço para essas considerações em capítulo anterior. Deve ser frisado que as metodologias de caráter mais etnográfico e de observação participante tem um caráter intuitivo acompanhado por uma base, mesmo que superficial, antropológica.

3.2 Ampliando o olhar

A perspectiva empirista marca o segundo quadrante e confere-lhe muitas semelhanças com o terceiro. Ao pensar nosso objeto e nosso objetivo neste ensaio vemos também esta atividade de vivência como a principal desencadeadora das reflexões e colocações que seguiriam sugerindo sua importância em uma transformação a que buscamos evidenciar. Aqui, mais do que chegar no campo com hipóteses pré-determinadas a serem pesquisadas, vemos o potencial revelador da atividade em campo. Como coloca Malinowsky: “As ideias preconcebidas são perniciosas em qualquer trabalho científico” (MALINOWSKY, 1978, p.32). Neste sentido faz-se necessário estar aberto ao campo, realizar uma imersão nas sociedades observadas. É o trabalho de campo que vai dar vida às discussões teóricas que buscávamos enfatizar. Ao dar vida, também transforma, encaminha novas preocupações.

Esta tradição empirista dá o caráter meio irmão do terceiro quadrante em relação ao segundo. A diferença entre estes está marcada no caráter temporal. Franz Boas recupera a dimensão do tempo, agora sob uma ótica diferente da evolucionista. Era necessário um estudo minucioso de cada particularidade, tendo limites bem definidos, e do processo histórico local que levou ao desenvolvimento das características estudadas de determinada sociedade. É o estudo do particular que está em jogo. Generalizações ou comparações só poderiam hipoteticamente ser realizadas depois de um longo trabalho, ainda por fazer, de cobertura das particularidades na perspectiva de seu desenvolvimento histórico.

As duas palavras chave que ilustram a diferença de abordagens são a história (tempo) e a cultura como o próprio nome (“escola Histórico-Cultural”) sugere. Boas também parte de uma crítica aos evolucionistas: “[...] a fim de descobrir a história uniforme de seu desenvolvimento, a pesquisa antropológica supõe que o mesmo fenômeno etnológico tenha-se desenvolvido em todos lugares da mesma maneira” (BOAS, 2004, p.30). Seja através da perspectiva de estímulos psicológicos que direcionariam a humanidade para uma única linha de evolução ou no viés que preconiza a difusão de costumes, ideias, práticas e tecnologias, explicando a partir do contato intercultural as semelhanças entre povos diferentes, há uma prática comum que infere conexões e comparações a determinados fenômenos sem levar em conta

que estes fenômenos podem ter se originado de maneiras distintas, o que invalidaria qualquer forma de comparação. Esta crítica ao método comparativo é de grande amplitude na medida em que se adequa tanto à perspectiva evolucionista quanto à difusionista e ainda às abordagens sincrônicas que retiram a história do horizonte antropológico.

Esta perspectiva em grande medida apoia os trabalhos realizados pela UFJF na CSPC. De partida é o estudo de uma particularidade que está esboçado: a CSPC. O direcionamento do projeto Ecomuseu e também do primeiro projeto da agroecologia elegia aquela comunidade, e só ela, como o ambiente da extensão: “Ecomuseu da comunidade São Pedro de Cima” (MENESES, 2008); “Da diversidade cultural a diversidade produtiva: a construção dos saberes necessários para transição agroecológica em São Pedro de Cima” (CARNEIRO, 2010). Desde a ideia da criação de um museu vivo que contemplasse o patrimônio material e imaterial não apenas como história, mas como vida presente na comunidade, à perspectiva de entender e estimular a transição agroecológica local.

Ao mesmo tempo a investigação histórica da comunidade foi imprescindível para conhecermos melhor aquele lugar, alvo de nossos estudos e propostas. Foram realizadas entrevistas que priorizaram as pessoas mais velhas da comunidade e assim inevitavelmente eram colhidos dados históricos locais. Uma história oralizada, marcada por acontecimentos pessoais e por nomes de figuras locais ou por associações aos fatores ambientais. “A época do Coronel Rúbio”; do primeiro jipe que passou em São Pedro; “A época em que a várzea era toda uma plantação de arroz”. A partir desta história oral buscava-se recompor a história daquelas populações e de sua relação com aquele lugar. Construía-se hipóteses, e podemos dizer que indivíduos desta subjetividade coletiva UFJF, contribuía para a elaboração de uma história escrita da CSPC por via de artigos, monografias e dissertações.

Tal história é, em vários aspectos, controversa, principalmente quando se tenta inferir as datas de determinados eventos como da chegada àquele local. Enfim, podemos enxergar aspectos e aplicações desta corrente histórico cultural aos estudos em São Pedro. Vale lembrar que o próprio Boas personifica uma relação entre a Geografia e a Antropologia, uma virada que se dá também a partir de suas experiências em campo junto a esquimós. Geógrafo de formação, este autor passa a ser um dos ícones da Antropologia, especialmente do campo que ficou conhecido

como Antropologia Cultural.

A principal crítica referente a Boas e a este quadrante é que apesar da retomada do tempo através do “novo método histórico”, a história é apreendida em sua exterioridade:

É o tempo do objeto cognoscível – que passa, se transfigura, muitas vezes desaparece – enquanto o sujeito cognoscente permanece estático, mudo intocável por uma realidade que movimenta ao seu redor. O que significa que a temporalidade do outro nada tem a ver com a do antropólogo observador, neutro ou, melhor diria, neutralizado por uma simples questão de método. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.20)

Como vemos até agora, na relação da UFJF com aquela realidade específica (com o outro) podemos enxergar aplicações que sugerem tradições distintas da antropologia. Isso encaminha para o fato de que as críticas à antropologia estão também esboçadas nestes trabalhos. Estas críticas expressam sentimentos dos participantes e mesmo aproximações com lados teóricos que tendem em determinada direção. Assim, esta perspectiva de uma suposta neutralidade do pesquisador e esse afastamento produzido metodologicamente em relação ao objeto, são colocados em tom crítico, o que leva a um movimento de busca de outras fontes metodológicas.

Essa crítica nos aproxima do quarto quadrante onde através de autores como Geertz é recuperada e apropriada à antropologia uma tradição hermenêutica e só a partir daí pode-se falar de uma “interiorização do tempo”:

O que chamei a pouco de interiorização do *tempo* não significa outra coisa que a admissão tácita pelo pesquisador hermeneuta de que a sua posição histórica jamais é anulada; ao contrário, ela é resgatada como condição do conhecimento. Conhecimento que, abdicado de toda objetividade positivista realiza-se no próprio ato de “tradução”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 21)

A referência ao episódio da briga de galos em Bali narrada por Geertz (GEERTZ, 1989) mostra que a interpretação demanda também a aceitação do grupo estudado, e isso coloca o observador em seu lugar histórico incluindo a dimensão de temporalidade até então negada aos pesquisadores. Como interpretação, sugere também a subjetividade de quem interpreta.

Este autor também foi fonte de inspiração a partir de sua postura teórica e metodológica. Buscavam-se narrativas que contemplassem a perspectiva do “estar lá”. A sutileza das interpretações que permitissem diferenciar as “piscadelas” que nos eram dadas e mesmo chaves de acesso da comunidade análogas ao incidente da

perseguição policial após a briga de galo que dá ao autor uma nova condição junto aos nativos, indispensável ao florescimento da pesquisa.

Encerrando a apreensão a partir destes paradigmas agrupados em seus quadrantes percebe-se que:

Se seguirmos a numeração de 1 a 4 dos paradigmas constantes da matriz, verificaremos que historicamente passamos de uma concepção de ciência marcada por uma visão racionalista de conhecimento, ciosa de estabelecer seus limites com a filosofia, para um segundo paradigma, igualmente cioso de diferenciar-se da metafísica – tal como a especulação filosófica e histórica era assim estigmatizada no interior da tradição empirista. A passagem entre esse segundo e o terceiro paradigmas, ambos – como se viu – imersos na mesma tradição, representou a recuperação da história, encontrada nos primórdios da disciplina (com Tylor ou Morgan, entre outros, todos membros de uma única ancestralidade). Com a recuperação desta história, deu-se o ressurgimento do tempo como uma categoria estratégica na conformação da disciplina; não obstante, o ideal científico, robustecido pela tradição empirista e pelo prestígio crescente das ciências físicas e naturais, “naturaliza” o tempo e, com ele, a história e a cultura. Somente com este último paradigma, o hermenêutico, por meio do qual a antropologia, interiorizando o tempo exorciza a objetividade, é que a vemos reconciliar-se com um pensamento não comprometido com o ideário científico ou “cientificista”. (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p.22)

Neste ponto ainda vemos como necessários alguns aspectos críticos à Antropologia que ficaram pormenorizados, mas que talvez sejam uma das fontes mais ricas para associação com nosso tema. Os estudos das sociedades navegavam em pressupostos de uma ordem e de uma paz social e evitavam em sua maioria o conflito. Foi preservada do evolucionismo a ideia de que as sociedades dos outros eram simples em relação à nossa, complexa. Autores passam a incluir a dimensão do conflito em suas análises percorrendo as noções de situação social (GLUCKMAN, 2010) e de drama social (TURNER, 1996) das quais nos apropriamos para realizar análises de fatos da CSPC.

Cavalcanti traça considerações sobre o tema do conflito retomando a obra de Turner e o conceito de drama social:

No plano descritivo, por conflito compreendiam-se as brigas e querelas que, de tempos em tempos, eclodiam das mais diversas maneiras no dia a dia da vida aldeã dos Ndembu. Geradas pelo rompimento de alguma conduta esperada entre os atores sociais, essas brigas se desdobravam, como descobriu Turner, em um processo que obedecia sempre a uma sequência padronizada de ações englobadas pelas quatro conhecidas fases do drama social: 1. crise: tudo começa com o reconhecimento de uma crise que irrompe no cotidiano tornando

manifestas tensões latentes inerentes às relações e interações sociais. 2. ampliação da crise: os sujeitos/atores atingidos atuam e acionam suas redes de parentela, relações de vizinhança e amizade; a crise se amplia gradualmente, atingindo novas esferas e envolvendo cada vez mais atores. 3. regeneração: alguns dos sujeitos/atores envolvidos mobilizam-se em prol de soluções e esforços de conciliação que implicam sempre a realização de ações rituais e amplos rituais coletivos. 4. rearranjo ou cisão: se bem-sucedidos, os esforços da fase anterior implicam um rearranjo e redefinições de posições e relações e, se malsucedidos, configuram o rompimento do grupo aldeão, traduzido na sua cisão que segue as clivagens de parentesco e na criação de uma nova aldeia organizada, contudo, segundo os mesmos princípios estruturais. (CAVALCANTI, 2013, p.416)

Essa dimensão do conflito nos encaminha tanto para as complexidades internas como externas de nossa abordagem e evidenciam dinâmicas de atrito intra e interfamiliares e ainda da relação com o Estado. Traçamos considerações sobre o acesso a essas informações: o tema dos conflitos, principalmente intrafamiliares, não é benquisto como objetivo de exploração científica. Não é de interesse, a princípio, compartilhar os focos de conflito da Comunidade. Entretanto, ao longo das vivências nos deparamos com algumas situações sociais, para utilizar a abordagem de Gluckman (2010), que vão aos poucos nos sugerindo estes conflitos que marcam as dinâmicas e as posições sociais do local. Em alguns momentos, como o da reunião do INCRA, junto à comunidade, afim de dar prosseguimento ao processo legal de regularização do território quilombola, estas relações de conflito atingem um elevado grau de exposição. Do mesmo modo adquire-se ao longo do tempo certo grau de intimidade que dá abertura para tratar alguns temas que envolvem relações conflituosas.

Curiosamente, nas situações de conflito da relação UFJF – CSPC, transparecem muitos aspectos dos conflitos comunitários. Para citar dois exemplos: de uma estudante de ciências sociais da UFJF, participante do projeto do Ecomuseu, que com o objetivo da realização de sua monografia se propôs a realizar uma vivência mais longa na comunidade seguindo princípios etnográficos que incluíam o diário de campo como ferramenta da pesquisa. Foi acolhida na casa de Paulão e Ivanete. O incidente aconteceu alguns dias em seguida, quando as filhas de Paulão leram o conteúdo do diário e mostraram aos pais, que também leram e não ficaram satisfeitos com algumas das coisas anotadas. Entre as insatisfações o fato de estarem ali registradas conversas e especulações a respeito da relação de Paulão com sua Irmã, vizinha de frente que nos aponta para um racha familiar interno representado inclusive

pelas diretrizes religiosas adotadas por cada um deles. Sua irmã é adepta de Igreja evangélica de São Pedro, aliás, público pouco explorado dentro das geografias de conhecimento da CSPC traçadas pela UFJF.

Outro caso do qual fui protagonista aconteceu em um bar, após um intercâmbio de saberes que ocorreu na casa de Seu Vico. Ao voltar do Intercâmbio, passando pelo bar em frente à escola, reparei que Paulinho (membro do sindicato) estava sentado do mesmo jeito que eu o havia visto antes do intercâmbio, e assim fui cumprimentá-lo. Um deslize perante as normas de sociabilidade locais nos expuseram a uma situação de crítica e insatisfação. Ao entrar no bar e ao saudar apenas Paulinho causamos descontentamento principalmente a um morador da comunidade, membro da família Aprígeo, que se manifestou enfaticamente, achando absurdo o fato de não tê-lo cumprimentado, uma vez que ele estava conversando com Paulinho.

Não cabe questionar as atitudes destes moradores. Pelo contrário, serviu-nos como alertas para perceber alguns cuidados básicos e mesmo normas de boa conduta que extrapolam os limites da comunidade. No entanto, ao longo deste último incidente pudemos observar no discurso desta pessoa facetas de um outro conflito interno da comunidade, um conflito étnico-racial. Para ele o fato de eu ter saudado apenas Paulinho tem relação com o fato de este ser negro. Como que em um racismo as avessas éramos sutilmente acusados de um relacionamento voltado exclusivamente aos negros. Isso sugere um cenário conflitivo pelo qual passa a comunidade em que a afirmação de uma identidade garantiria à população negra benefícios, podendo estes serem vistos inclusive como ameaça à família Aprígeo, se não incluída neste projeto.

Portanto, a perspectiva do conflito é sem dúvida transformadora no pensamento em São Pedro, e uma vez que se dimensiona essa preocupação não há como voltar atrás. No caso local estes conflitos já ficaram marcados desde as primeiras visitas, em relatos sobre sabotagem de trator que presenciamos em diálogos entre moradores locais. Entretanto nota-se que as pessoas só sentiram mais liberdade para tocar no assunto com determinadas pessoas e também ao longo do tempo, onde se foi estabelecendo determinada confiança. Simplista seria uma visão que enquadrasse os conflitos da comunidade como conflitos inter-familiares entre as famílias Malaquias, Pereira e Aprígeo, como se os conflitos se resumissem a blocos homogêneos e rivais ou amigos entre si. Essa dimensão do conflito se desenha para

dentro das famílias: “toda floresta tem um pau torto”. Com isso Paulão dizia que toda família tem seus problemas e que não lhe era de interesse que os outros viessem descobrir e muito menos escrever sobre o assunto. Estes episódios, certamente desconfortáveis, ilustram por um lado essas divisões e conflitos intra-familiares e por outro a seletividade do que nos é transmitido e limites para aceitação de nossas pesquisas. Ainda nos apontam para o fato de que a conduta do pesquisador em campo influencia diretamente nos seus informantes e na recepção que lhe é oferecida. O pesquisador que estabelece certa afinidade com um informante pode colocar esta relação em cheque caso entre em contato com pessoas antagônicas.

Nosso pequeno percurso através de alguns autores dentro do campo antropológico nos permite imaginar aplicações práticas da antropologia no estudo de comunidades como a CSPC. A perspectiva temporal pode ser utilizada para enquadrar diferentes paradigmas da disciplina que não estão necessariamente em ordem sucessiva, mas coexistem lado a lado, hora com mais ou menos força como demonstra Cardoso (1988).

É também a partir da categoria Tempo que Johanes Fabian (2013) constrói uma das críticas mais enfáticas da Antropologia e de seu objeto, inaugurando uma Antropologia crítica. Tal crítica nos leva ao fato que a antropologia ao definir seu objeto e através da maneira como produz o seu discurso tem o efeito de negar a temporalidade do outro, o que é paradoxal, uma vez que este é o princípio oposto do trabalho de campo onde diz-se necessário uma imersão na cultura e conseqüentemente no tempo do outro.

Entretanto, mesmo tendo sido realizada esta etapa, os antropólogos negam a temporalidade de seus objetos ao voltar para seus lares e escritórios e produzir um discurso congelante, uma representação de uma sociedade, tribo ou comunidade atemporal.

Fabian identifica uma divisão em três tipos de tempo, sendo o último deles aquele o que talvez fornecesse uma alternativa mais plausível para contemplar a negação do tempo ao outro. O Tempo da Intersubjetividade.

Acreditamos que o desenvolvimento nesta linha nos traz um gancho para nosso tema de pesquisa. A abordagem que toma a UFJF como um sujeito do processo, um sujeito a ser enquadrado também como objeto da pesquisa, busca demonstrar um quadro de mudanças na Comunidade São Pedro de Cima, uma comunidade viva e

em relações múltiplas (a relação com a UFJF é apenas uma delas). Focar a dimensão intersubjetiva desta relação nos aproxima do aspecto de coetaneidade destes sujeitos, e caminha assim para uma compreensão das temporalidades em jogo. Caminhamos para nosso fechamento que foca a interação intersubjetiva CSPC – UFJF. Da Antropologia como a ciência das “sociedades primitivas” desaguamos na Antropologia pela intersubjetividade inerente ao contato. Uma intersubjetividade coletiva na medida em que situamos UFJF e CSPC como subjetividades coletivas a fim de superar dicotomias como indivíduo x sociedade; estrutura x história ou duração x criação. Estas divisões marcam a história da Antropologia tal qual acompanhamos aqui. Beber nessas fontes diversas implica um esforço em superar essas dicotomias.

Finalmente, um último ponto a ser mencionado é uma aproximação inevitável destes trabalhos com a Antropologia, uma vez dimensionada a questão quilombola. A antropologia brasileira teve papel fundamental no desenvolvimento da noção de quilombo nos termos atuais e assim essa leitura e influência se fazem indispensáveis a quem pretende alcançar este processo na comunidade.

Concluimos sinalizando que essa aproximação dos trabalhos da UFJF à antropologia, mesmo que apenas como um flerte, nos traz diversas potencialidades mútuas no sentido em que tanto as teorias antropológicas podem contribuir para uma leitura daquela comunidade como aquela realidade pode enriquecer muito as perspectivas de debate antropológico. É interessante notar como perspectivas antropológicas e etnográficas dão conteúdo a projetos de extensão conferindo um caráter diferenciado a estes. Da forma inversa a extensão nos moldes de Paulo Freyre sugere uma interação entre educador e educando que traduzida para a antropologia significa a presença e a interferência do pesquisador em campo, encurtando a distância construída artificialmente em vertentes da disciplina antropológica. Abre-se um caminho de fluxo interativo onde apenas sugerimos essas contribuições mútuas que em grande parte ainda estão por se realizar. A abertura ao tempo do outro e ao caráter coetâneo das múltiplas temporalidades em jogo nos deixa um horizonte de pesquisas em aberto.

3.3 Universidade em movimento?

Neste tópico analisamos algumas das mudanças trazidas para a Universidade Federal de Juiz de Fora a partir dos projetos de pesquisa e extensão realizados na CSPC e das interações estabelecidas entre os dois lados neles envolvidos. É um momento reservado a lançar um olhar crítico sobre as vivências do autor, relatadas nos capítulos anteriores, propiciadas pelas atividades práticas desenvolvidas durante sua graduação. Agora, como membro de uma outra instituição, dentro de uma pesquisa para elaboração de uma dissertação de mestrado que deslocou as atenções, antes voltadas à comunidade, para a própria UFJF, ou seja, para quem sempre desempenhou o papel de observador, ainda que com o caráter de participação.

Para essa nova etapa, fizemos uma visita breve à comunidade, realizada na companhia de Timothy Orsi no dia 30 de maio, onde dormimos por um dia na casa de Paulão e Ivanete. Essa visita serviu para apresentar nossas intenções de retornar à comunidade como atividade prevista para nossas pesquisas de mestrado (Timothy a essa época estava desenvolvendo sua dissertação de mestrado em Geografia pela UFJF). Nesta ocasião buscávamos o consentimento da comunidade para voltar a desenvolver uma pesquisa que teria a comunidade como foco. Fomos recebidos na casa do casal acima mencionado e tivemos a oportunidade de participar da fogueira de São João.

A relação então estabelecida não significou apenas a interação entre indivíduos, pois foi um momento em que cada um dos pesquisadores ali presentes explicou ao casal suas intenções, como forma de assegurar as possibilidades para uma estadia na comunidade, tal como vinha sendo planejado como atividade prática para as duas pesquisas, que deveriam estabelecer novos vínculos da comunidade com as instituições UFJF e UFRRJ (respectivamente representadas por meu amigo e por mim).

Essas interações transcendem o campo individual porque figuram como uma interação das subjetividades coletivas UFJF / CSPC e UFRRJ / CSPC. Os alunos ali presentes são vistos e apresentados como representando duas subjetividades coletivas. Uma que tinha estado presente durante muitos anos na comunidade, e outra que pela primeira vez estaria ali representada. O casal a quem os dois estudantes solicitaram que aceitasse a nova etapa de trabalho a ser desenvolvida, foram tomados

como representando a CSPC como um todo. Assim, por meio destes indivíduos em interação são também as subjetividades coletivas que elencamos neste trabalho que estão em interação.

Estas vivências mais recentes marcam um momento de retorno, quebrando o distanciamento do próprio autor e também, em alguma medida, da equipe da UFJF. Como relatamos, houve épocas em que as atividades na comunidade eram quase mensais. Este retorno no ano de 2015 retomava contatos com a comunidade, que há mais de um ano não eram realizados por parte desse pesquisador. A UFJF também havia diminuído a participação e a realização de atividades na comunidade, neste período.

Uma vez consultada a comunidade representada pela família de Paulão, ficou estabelecido que aproveitaríamos a oportunidade do convite para participar da fogueira de São João, que seu Antônio realiza ano após ano no terreiro de sua casa. A proposta deste contato era a de buscar as sensações e as percepções da comunidade sobre sua interação com a UFJF. Buscamos dar espaço para que as pessoas retomassem suas lembranças, suas críticas e as histórias, ou seja, o que e sobre o que se fala a respeito da UFJF e dos trabalhos que ela desenvolveu ali. Para tanto fugimos de propostas de entrevistas e abrimos espaço para uma imersão com inspiração nas propostas de Malinowsky e mesmo com as perspectivas metodológicas que caracterizaram essas atividades de extensão.

Mais uma vez retornamos às lavouras, trabalhamos junto com Paulão na colheita do feijão, com Ivanete e suas filhas na “panha” do café. Compartilhamos a rotina da família que nos recebia, acordando antes das 6 da manhã, almoçando antes das 10, ajudando nas tarefas diárias, caminhando pelas estradas, colocando o pé na lama... Tudo isso regado pelas prosas que marcam a dinâmica social do local. Pequenos produtores de café, grandes produtores de conversa como destaca John Comerford (2015). São desses momentos de diálogo que trazemos algumas sensações que julgamos contribuir para nossa proposta de estudo. A rotina desta vivência e os principais temas das conversas foram registrados em anotações em caderno de campo.

Este retorno foi marcado por um sentimento ambíguo que misturava aspectos de nossas memórias com a sensação de estar lidando com coisas inéditas. Mudanças e permanências da comunidade e dos próprios pesquisadores que proporcionam um

ponto de vista diferenciado. Espaços e tempos diferentes e uma nova configuração de lugar, um novo encontro das trajetórias destas subjetividades coletivas.

O momento em que foram realizadas remete a um contexto de pouca realização de atividades práticas na CSPC pela equipe da UFJF. As atividades que tiveram início no ano de 2007 desencadearam propostas e projetos de extensão universitária que estabeleceram um vínculo e uma frequência de atividades práticas na CSPC com a presença de membros da UFJF. Foi comum que ouvíssemos: “você sumiram” ou “quanto tempo”. Essas foram as primeiras menções de impressões dos moradores e da comunidade sobre a UFJF e a um questionamento que seria uma das tônicas desta experiência. Desta forma, o que nos propusemos a enxergar, que fosse uma visão da comunidade sobre as atividades de extensão e sobre nossa equipe, foi um assunto que veio quase que automaticamente à tona.

Paulão e Ivanete lembraram cada um dos integrantes da UFJF com quem conviveram, muitos deles a quem hospedaram em sua casa assim como faziam desta vez. Lembrados pelos nomes ou por apelidos, alguns deles adquiridos na comunidade, foram citadas várias pessoas: Dayana, Mariana, *Vitim*, *Vitão*, *Bidu*, *Araponga*, *Guilherme*, *Timóteo*, Nathan, *Marcelão* entre outros, o que sugere a amplitude de pessoas que de alguma forma participaram nesta interação. Aquele reencontro permitiu uma atualização do que podemos chamar de um mapeamento social destas relações. Atualização de informações de por onde andam e o que fazem aquelas pessoas. Alertamos que essa dinâmica deve ser entendida como fazendo parte dos processos de familiarização que compreendem um campo discursivo dinâmico de renovação de informações sobre as pessoas que dele fazem parte.

Abrindo um parêntese nos permitimos a realizar uma leitura sobre este aspecto de interação entre a UFJF e a CSPC sugerindo que as interações entre os indivíduos destas subjetividades coletivas vão reforçando elos afetivos que nos levam a supor um sentimento de pertencimento, ou familiarização que amenize as barreiras entre “eles” e “nós”. Compreendemos que nesta interação estes indivíduos se inserem em uma dinâmica de reciprocidade dentro da qual podemos entender o caráter da hospitalidade local. Estamos falando de trocas que ultrapassam o mundo das materialidades tal como os alimentos, bebidas, e abrigo oferecidos e que nos fazem lembrar do célebre ao ensaio sobre a dádiva de Marcel Mauss a quem já fizemos alusão anteriormente.

Nas entrevistas que realizamos com membros da UFJF é um aspecto comum entre os entrevistados destacar essa boa recepção que tiveram na comunidade. De fato, uma característica notável da comunidade foi esta acolhida. Isto também se estendia para aspectos do dia a dia local e das relações intracomunitárias. O convite para que se entre em casa (“vão chegar”) é tido praticamente como uma norma de boa conduta. Poderíamos supor um caráter público destes ambientes privados que dizem respeito a normas de sociabilidade do local. O que nos interessa aqui é que, independente das pesquisas e das atividades realizadas, este estar em campo trazia a exigência de um compartilhamento destas normas locais, um código moral que ia sendo descoberto aos poucos, o que dependia da sensibilidade dos próprios pesquisadores/extensionistas.

Em entrevista concedida para os fins desta pesquisa, Nathan Itaborahy, que teve participação nestas atividades da UFJF desde os trabalhos de campo da disciplina de geografia agrária aos projetos do ecomuseu e da agroecologia, fala sobre a diferença no caráter destas visitas a partir da aprovação dos projetos de extensão. De visitantes a extensionistas, o que implica em dificuldades em “chegar ao lugar do outro”. Coloca a extensão como uma espécie de pacto, um compromisso estabelecido com a comunidade no sentido da construção e aplicação de propostas em conjunto. A operacionalização destas atividades dependia neste sentido de uma relação construída com integrantes da comunidade. Neste processo nos inserimos em uma dinâmica social de reciprocidade dentro da qual podemos enxergar processos de familiarização que passam a envolver os alunos. É neste sentido que podemos entender as referências de pessoas da comunidade a integrantes da UFJF como pessoas da família como nas falas de Lenir que brinca sermos seus filhos brancos.

Devemos lembrar com Alain Montandon que:

A hospitalidade é intrusiva, ela comporta, querendo ou não, uma face de violência, de ruptura, de transgressão, até mesmo de hostilidade que Derrida chama de “hostipitalidade”. A soleira marca uma fronteira, uma passagem, e sua transposição implica tacitamente, para o convidado, a aceitação das regras do outro. A invasão do domínio do outro é um problema ao mesmo tempo de proxêmica e de propriedade. “Territorio est terra plus terror”. Esta é a questão do próprio, daquilo que constitui a minha identidade no pertencimento a um território, a um espaço onde o outro aparece de alguma maneira como intruso. (MONTANDON, 2011, p.32)

Como assinala Alain Montandon, o território do outro envolve sempre uma “sensibilidade escrupulosa”. A decisão de entrar nesse mundo implica “renunciar a se

impor”. Por mais que o desejo signifique adentrar-se nas novas entranhas, é preciso cautela, mas sobretudo respeito. Há que preservar a “distância”. Não se trata apenas de uma “acolhida integradora” mas também de radical “respeito à alteridade, que é irreduzível e irrevogável. Como mostra Montandon, “o paradoxo do gesto hospitaleiro é o de dever oferecer preservando, de manter a distância instaurando uma presença”. (MONTANDON, 2011, p.35)

Assim o gesto da hospitalidade pressupõe um rompimento das barreiras de uma hostilidade provocada pela intrusão do outro num universo particular. Cada um dos membros da subjetividade coletiva UFJF vivencia isso de diferentes maneiras o que é perceptível na fala de Nathan se remetendo a esta dificuldade em chegar ao lugar do outro, o que era ao mesmo tempo agravado e amenizado com a continuidade das interações. Podemos dizer que este rompimento se constrói ao longo do tempo, mas que em cada uma das visitas é necessário reafirmar as sutilezas para romper com essas hostilidades. De outro modo essa característica deve ser entendida dentro da lógica de reciprocidade o que coloca necessidades de retribuição sugerindo uma troca entre coletividades. Assim, cada uma das relações individuais que iam se tecendo nesta interação pressupunham interações entre a UFJF e a CSPC.

As anotações de caderno de campo referentes a esta estadia de uma semana realizada para os fins dessa pesquisa remetem a dificuldades encontradas em campo o que foi reforçado por se tratar de uma vivência solitária. Fazem menção à vontade de retornar para a casa, à sensação de estar sendo incômodo à família que nos recebia, à pouca versatilidade nas conversas gerando momentos de silêncio como em uma primeira visita a casa de Seu Antônio. Nota-se também como algumas dessas dificuldades vão sendo superadas ao longo do tempo da estadia trazendo uma maior sensação de conforto. Mais uma vez vale lembrar Malinowsky e suas considerações sobre este estar só em campo como uma das condições favoráveis ao trabalho antropológico. O autor sugere ao pesquisador que se afaste de outros homens brancos, em nosso caso, outros universitários. (Os diários deste autor publicados postumamente revelaram também muitas dessas dificuldades do campo, que normalmente que são diluídas a ponto de desaparecerem dos produtos dessas vivências)

Por outro lado, nessa experiência recente, misturavam-se as noções entre o indivíduo e entre a coletividade a que este faz parte. O que queremos dizer é que nas

conversas, principalmente no que se referia à UFJF, estava-se tratando de uma coletividade de que o pesquisador é um componente. Assim, a exemplo das críticas que eram direcionadas a UFJF, admitia-se um caráter de crítica pessoal, por outro lado, críticas a casos específicos, acontecidos com determinadas pessoas (como o exemplo da estudante de ciências sociais) serviam de alerta para a equipe como um todo.

Aqui chegamos a um dos aspectos que queremos destacar desta vivência o que remete ao contexto específico já delineado. Trata-se do aspecto de cobrança da CSPC sobre os resultados das atividades realizadas, sobre a situação dos equipamentos e produtos comprados com recurso do projeto destinados à comunidade ou mesmo sobre cada uma das pessoas que foram à comunidade.

Nos referimos a diálogos com a família de Ivanete e Paulão com quem compartilhamos a maior parte do tempo também por estar ali hospedados. O que estamos chamando de cobranças pode ter um sentido mais denotativo, mas também conota a perspectiva do que se é esperado das relações em determinadas situações, no caso, a presença, principalmente de estudantes, sendo acolhidos pela comunidade, pela família. Para começar retomamos algumas lembranças contadas por Paulão sobre as pessoas da UFJF que por ali passaram. Paulão recordou de alguns dos alunos que em suas visitas lhe trouxeram recordações ou “presentes”. Um pequeno carro de boi dado por Marcelão, (que está exposto na sala da casa), um churrasqueira dada por Nathan, ou Timothy que sempre trazia mel, queijos e outros produtos.

Caminhando por suas lavouras, e no quintal de sua casa nos foram mostradas algumas mudas das quais faziam questão de lembrar que foram dadas pelos estudantes da UFJF. Mais do que o aspecto material esses pequenos gestos demonstram uma série de afetividades desta interação. Entretanto, ao enfatizar alguns que realizaram essas sutilezas está se dando foco aos que não o fizeram. Devemos contextualizar esse intercâmbio do mundo das materialidades e das imaterialidades dentro também da ideia de um partilhamento dos valores locais necessário a condição de intruso. Essas críticas podem ser percebidas nas entrelinhas dos elogios, mas foram também direcionadas explicitamente. O caso da estudante de ciências sociais que se propôs a realização de uma pesquisa para a qual previa uma estadia prolongada na comunidade é a referência mais enfática às críticas.

Mais uma vez alertamos que estas críticas se dirigem ao indivíduo mas fazem alusão ao coletivo. Sobre esta ocasião Paulão criticou a postura de chegar a comunidade sem deixar claro as intenções da pesquisa, sem pedir a permissão para permanecer principalmente se tratando de uma estadia longa o que também não foi detalhado (por quantos dias seria a permanência).

Como vimos a hospitalidade pressupõe a hostilidade. Uma intrusão no mundo do outro diante da qual estamos lidando com os valores e normas do outro em questão. Fica subentendido que as críticas que seguem dizem respeito aos incômodos gerados pela convivência e a tensões dessa interação deflagradas quando acredita-se que alguns limites foram ultrapassados.

Sobre este caso foram feitas colocações sobre a conduta da pesquisadora ao longo dos dias em que foi hospedada na casa de Paulão e Ivanete. O desconforto gerado pelas anotações que eram realizadas no caderno de campo e no computador são um dos pontos centrais. Como relatamos anteriormente, quando a família teve acesso a essas anotações ficaram incomodados com parte do conteúdo, especialmente quando se referia à relação não harmônica entre Paulão e sua irmã. Paulão justificou essa preocupação também pelo fato de que a estudante levava sempre consigo seu caderno de campo, e assim como eles, outras pessoas poderiam ter acesso àqueles escritos o que poderia gerar inconvenientes tanto para a família como para a pesquisadora.

Supomos que este desconforto também faz alusão a um posicionamento da pesquisadora que gera insatisfação nesta família que a recebia. Neste ponto sugerimos que para além das anotações houve outros motivos para este desentendimento. Não só o fato de estarem descritos aspectos da relação entre Ivanete e Paulão e a irmã deste último são suficientes. Devemos acrescentar o fato de que a estudante, nas atividades de sua pesquisa, chegou também a visitar e a realizar conversas com a irmã de Paulão e aqui sugerimos uma incompatibilidade no sentido em que ser recebido por determinada família inviabiliza o contato com determinadas pessoas.

Outros pequenos aspectos criticados servem para ilustrar alguns detalhes e cuidados a que talvez poucos pesquisadores tenham estado atentos. Falou-se por exemplo dos longos banhos quentes e sobre a inexistência de demonstração de preocupação em relação a um compartilhamento dos gastos sejam de energia, ou de

alimentos. Finalmente vale reforçar que são colocações que valem para a equipe da UFJF de uma maneira geral e que eram pertinentes a própria condição do pesquisador, que repetia a experiência de permanecer por alguns dias hospedado na comunidade.

Este desvio de nosso texto tem a intenção de sugerir uma série de dificuldades destas interações em campo e principalmente de entender aspectos da relação UFJF ⇔ CSPC que apontam para uma dinâmica de reciprocidade onde está embutido um dever de dar e de receber, uma necessidade de retribuição ao que nos era proporcionado. Compreendendo essa lógica de reciprocidade, que diz respeito a relações entre coletividades, podemos entender uma série de motivações que impelem aos estudantes um aspecto motivacional, uma inquietação no sentido de confrontar a realidade acadêmica com aquela outra realidade. Assim, esse é um elemento fundamental para a compreensão desse arvorecer de atividades da UFJF na CSPC e das provocações que esta interação gera nos próprios estudantes e na UFJF.

Outro aspecto a que damos destaque diz respeito a questão quilombola. Nos utilizamos desta última experiência para apontar algumas complexidades em torno da questão e à especificidades do contexto em questão. A princípio é necessário destacar que esta atividade em campo aponta uma característica significativamente diferente em relação aos campos anteriores. Estamos falando a respeito da questão quilombola em São Pedro de Cima. Anteriormente, enquanto participantes das atividade de extensão essa não era uma temática diretamente abordada. A questão aparecia indiretamente ou quando abordada mostrava as dificuldades de equiparação entre o que se falava de quilombo e o que se esperava ouvir. Diferente ao termo comunidade o termo quilombola não é de utilização recorrente e poucas falas recorriam à identificação como quilombolas demonstrando um auto-reconhecimento. A fala de Glaucelei, que já destacamos em capítulo anterior, (nós quilombolas) é uma das exceções. Outras falas que podemos lembrar que utilizavam diretamente ao termo vinham de brincadeiras feitas por Paulão: “Essa pimenta é do quilombo, um pingão dois tombo”.

De antemão devemos pontuar alguns aspectos sobre essa temática em relação à interação UFJF ⇔ CSPC. Em primeiro lugar o fato da UFJF direcionar suas atividades à CSPC se deve ao fato de ser esta uma comunidade reconhecida

enquanto comunidade quilombola. Mais do que para a comunidade de São Pedro de Cima os alunos envolvidos nas primeiras atividades estavam indo para uma comunidade quilombola.

Talvez as peculiaridades do caso de São Pedro de Cima tenham contribuído para essa dificuldade em lidar diretamente com a questão quilombola. De início a presença da subjetividade familiar dos Aprígeos deixa confusa a noção de quem se coloca ou não como quilombola. De outro modo, esta é uma noção e uma movimentação recente que remete a uma atuação por parte da escola e devemos destacar as múltiplas opiniões e posturas diante da questão.

Entendemos assim que a questão quilombola chega a São Pedro de Cima por agentes externos. A diretora Dalgisa, como consta em uma pequena biografia encontrada em uma das cartilhas produzidas pela equipe do ecomuseu, nascida em Divino, ouvira de pequena, histórias sobre São Pedro dos Crioulos.

Deve-se notar as contingências de um período político determinado marcado pela presença de leis e direitos que visam a valorização da cultura afro-brasileira ou mesmo a possibilidade de uma requisição territorial. Como vimos anteriormente, somam-se ainda aspectos de políticas internacionais que colocam em voga as chamadas populações tradicionais, tais quais as comunidades remanescentes dos quilombos.

Essas influências externas estão marcadas nos próprios discursos de pessoas da comunidade sobre a questão. Pode-se notar uma reprodução de discursos trazidos de espaços como das reuniões do movimento negro em Divino ou mesmo referências diretas aos responsáveis por dar início a este processo em São Pedro de Cima.

Entretanto, como ideia vinda de fora, não poderia se fazer valer e gerar uma movimentação sem a participação de moradores locais. É o envolvimento destes que lança a CSPC nesse processo de descobrir-se como comunidade quilombola, este “aprendendo a ser quilombola” de que nos fala Seu Antônio.

No documento de reconhecimento emitido pela Fundação Cultural Palmares constam as assinaturas de x pessoas o que dá pistas para pensar pessoas chave envolvidas neste processo e, ao mesmo tempo, sugere ser uma ideia que têm um núcleo de propagação. Neste documento não constam assinaturas de membros da subjetividade familiar dos Aprígeos. Pensamos assim que a movimentação em torno da auto-identificação se desdobra a partir de determinados indivíduos, mas que, a

partir do reconhecimento, é a comunidade de maneira mais geral que se vê envolvida.

Tal envolvimento é recebido de múltiplas maneiras por cada um dos membros da comunidade. É motivo de esperança, dúvidas, estranhamento, questionamentos, cautela entre outras sensações. Estamos querendo traçar uma ilustração da CSPC que permita entender que a questão quilombola não se propaga de maneira homogênea mas indica um movimento carregado de tensões, atritos e sinergias. O sentimento de pertencimento e a autoatribuição é variável de acordo com o interlocutor e sua situação na comunidade assim como variável ao longo do tempo em momentos diferentes, o que sugere as contingências da questão no local e os aspectos mutantes deste processo nos levando a contextos onde se pôde verificar mais ou menos a importância e o empenho destinados a questão localmente, na CSPC.

Retomamos esses aspectos apenas para fazer alusão às especificidades da CSPC. Deixamos em aberto a sugestão de que essa questão, também por causa dessas complexidades, figura como um pano de fundo das atividades da UFJF.

É neste ponto que ressaltamos uma mudança significativa dos trabalhos de campo mais recentes realizados no ano de 2015 em relação às atividades anteriores. Se antes um pano de fundo, agora a questão quilombola era mais evidente, sendo tratada abertamente nos diálogos. Notamos que isso pode remeter a uma diferenciação de postura do pesquisador, entretanto associamos essa mudança principalmente às repercussões causadas pela chegada do INCRA. É neste sentido que enxergamos as reuniões como dramas sociais (TURNER, 1996). Podemos pensar este momento como um.

Uma vez esclarecida essa diferença entre esses trabalhos atuais e as atividades anteriores, passamos a aspectos de nossa vivência de uma semana, no que concerne à temática quilombola. Logo ao chegar, não demorou muito que o assunto viesse à tona. Isso porquê de alguma maneira associava-se o minguamento no ritmo das atividades da UFJF na comunidade nos últimos tempos, à questão da reunião do INCRA, que foi motivo de polêmica e, pelo menos momentaneamente, culminou em um recuo diante do processo de autoafirmação.

Este recuo teve consequências práticas para a comunidade. Ivanete nos falou sobre a suspensão de uma série de benefícios que vinham para a comunidade por se tratar de uma comunidade remanescente quilombola, os territórios de exclusão,

priorizados em determinados programas sociais. Os exemplos citados remetiam à construção de algumas casas que estavam planejadas com recursos do governo federal e que foram despriorizadas por essa demonstração de não interesse manifestada na reunião. Não nos cabe elucidar o cenário de pressão estabelecido pela presença de muitos membros da subjetividade familiar dos Aprígeio, neste espaço para o qual não foram formalmente convidados (a reunião em Divino). Vale ainda lembrar o posicionamento contrário também de pessoas das outras subjetividades familiares. No entanto, havia certo contentamento das pessoas a quem se atribuía responsabilidades sobre este processo em São Pedro de Cima, que na ocasião chegou a ser visto como uma ameaça a uma união previamente estabelecida, no sentido de que este acontecimento referente à suspensão de recursos demonstrava algumas conquistas e alguns benefícios que aquela movimentação tinha trazido à comunidade.

Nesta presença da comunidade bastava uma menção às reuniões para que se pudesse conversar abertamente sobre o tema, tendo a oportunidade de coletar pontos de vista de diferentes pessoas. A começar pela família que nos recebia, Paulão e Ivanete falam de um desconhecimento da comunidade em relação à significação sobre o termo quilombola e que as pessoas que se manifestaram contrárias ao início do procedimento do relatório técnico de identificação e delimitação (RTID) por parte do INCRA, não participam das reuniões e espaços destinados ao debate da questão.

Timothy Orsi, que nos acompanhou em um destes trabalhos descreve em sua dissertação sobre essa situação da chegada do INCRA. Uma das falas de Ivanete trazidas pelo autor sugere as percepções pessoais da agricultora em relação a esta questão quilombola:

Quando fala que é branco, que é negro, é tudo quilombola aqui. Só não fala porque ninguém quer voltar aquele tempo em que era forçado a trabalhar pros outros. Tem uns negro daqui que acham que é bobiça. Foi um negro que falou 'onde é que já se viu tomar a terra dos outros? Vai morrer muita gente aqui'. É falta de conhecimento. Eu mesma quase não sou a favor da terra quilombola porque quero criar minhas filhas em paz. Eu tenho medo, há pouco tempo atrás morreu um agrimensor por causa de uma pirambeira que não dava pra plantar nada, mas o fazendeiro disse que a cerca era num lugar e outro morador falou que era em outro, pronto. (ORSI, 2016, n.p.)

Esta fala remete a uma noção de quilombola abrangente à comunidade como um todo. Trata-se de uma das pessoas envolvidas neste processo onde, acreditamos,

há a construção de uma noção sobre essa temática. Sugere as lembranças dos trabalhos nas fazendas e da falta de uma relativa autonomia, o que não fala apenas das famílias negras. Ivanete se mostrou também contra a ideia de uma reconfiguração territorial na comunidade. Segundo ela os “tratos dos antigos eram tratos dos antigos” e não lhes caberia retomar esses assuntos o que certamente seria motivo de confusão, o que demonstra também uma certa temerosidade no tratamento destas questões.

Nas falas do casal dá-se a entender que enxergam no governo o papel de contribuir na regularização de muitos dos moradores de São Pedro de Cima que não possuem o registro ou o documento de suas terras. Não passam neste sentido a ideia de expropriação de outros moradores da comunidade e tão pouco a ideia de propriedade coletiva. Podemos sugerir aproximações com o conceito ressemantizado de quilombo em uma vertente sócioantropológica que, entretanto, se vê conflitante com as definições formais quando colocadas em termos jurídicos na forma de leis.

A reunião do INCRA era uma forma de dar início a uma série de estudos que produziram os RTID e neste sentido seria apenas o início de um longo processo que culmina na regularização fundiária de um território de posse coletiva tal como previsto na constituição. Para isso era necessário que essa demanda partisse da comunidade. A reunião figura como um momento de formalização desta demanda. Entretanto, da forma como se deu, essa chegada acabou reforçando algumas perspectivas que levaram à manifestação de desinteresse da comunidade, principalmente de membros da família Aprígeo, mas também de integrantes da família Pereira, por exemplo.

Nas conversas com membros destas famílias pudemos notar outros aspectos da questão. Edson, filho de Geraldo Aprígeo, nos contou sobre a situação. Em suas falas podemos perceber um pouco das preocupações que permeiam os campos discursivos pelos quais a família Aprígeo efetua suas formas de resitência a este processo, o que se diz: as fofocas. Fez uma narrativa geral sobre a reunião para a qual não haviam sido convidados. Aécio, ao ficar sabendo da reunião alertou os membros de sua família e da Comunidade, que se juntaram e foram para a reunião. Para Edson, a proposta apresentada pelo INCRA vinha com o propósito de desunião da comunidade. Chegou a desenhar no terreiro de sua casa um esboço de uma divisão que separaria um território exclusivo aos quilombolas. Neste ponto nos falou também sobre o tratamento a eles destinado contando que uma das pessoas chegou

a dizer que eles não eram quilombolas, eram camponeses, e que nem deviam estar ali naquela reunião que era destinada aos quilombolas.

Em um breve parêntese, incitamos de antemão o leitor a pensar a riqueza da realidade em questão para o campo de estudos das sociedades rurais. Uma ruralidade contemporânea que envolve os traços de campesinidades e de etnicidades em suas múltiplas relações. Vemos na CSPC um campo instigante que coloca uma série de pontos de interrogação, dúvidas motivadoras que impulsionam estes indivíduos da UFJF.

Voltando à narrativa, notamos que esta chegada abrupta, mesmo que representasse apenas o início de um longo procedimento, colocava em foco os possíveis fins deste processo. Édson chegou relatar que um dos representantes do INCRA disse que se fosse necessário haveria desapropriações e desacomodação das famílias não-quilombolas. Dá-se a entender que alguém de fora vem identificar e definir quem é e quem não é quilombola, o que limita as possibilidades de pensar uma construção coletiva do conceito.

Por fim, retomamos um último momento, este na casa da família de Zé e Lenir Pereira, onde novamente o assunto apareceu. Ali foi interessante observar a diversidade de opiniões dentro da mesma família. Em uma conversa com Zé, Lenir e seu filho Glauciley, pôde-se observar como cada um lançava uma interpretação diferente para a questão. A começar por Lenir que se colocava completamente contrária a essa questão por achar que aquilo só traria confusão para a comunidade. Lenir ainda questionou o fato de que essas supostas garantias de agora poderiam sofrer transformações: “quem garante que daqui a pouco não muda isso tudo de novo?” Vemos no posicionamento da agricultora uma visão muito consciente das implicações práticas que este processo poderia ocasionar na comunidade. Zé Pereira demonstrou preocupação principalmente no que concerne à ideia de propriedade coletiva, o que poderia significar de alguma forma a perda de autonomia sobre seus territórios. Neste sentido nos falou de toda sua trajetória e trabalho para conseguir as documentações de seu terreno (não sabemos dizer que documentos são esses, mas foram documentos necessários por exemplo para a participação em programas sociais e aqui há uma relação estreita com o sindicato).

Por outro lado, Glauciley, o filho, demonstrava uma visão mais esperançosa chegando a brincar com a situação dizendo que já imaginara que plantaria café até

naquele alto, apontando a paisagem à nossa frente. Ainda disse que isso só não deu certo em São Pedro porque faltava união, acrescentando que se fosse “antigamente” as possibilidades seriam maiores. Com isso se referem também à condição de exploração do trabalho a que esteve submetida a comunidade.

Essas são breves passagens, trazidas de nossas notas de caderno de campo que limitam uma lembrança mais precisa do conteúdo das conversas. No entanto trazemos estes aspectos, colhidos no campo atual, apenas para ilustrar um pouco da complexidade em que está imersa a questão quilombola em São Pedro de Cima. Neste sentido direcionamos nossa abordagem de modo a tentar compreender como a aproximação com esta temática, e com a realidade da CSPC traz transformações para a UFJF. Aqui já estamos nos aproximando a uma de nossas conclusões no sentido em que entre as transformações elencadas sugerimos a inserção da temática sobre quilombos ou comunidades quilombolas como um fruto dessa interação com São Pedro de Cima. Transformação que, supomos, diz respeito tanto a um campo teórico dos debates conceituais sobre quilombos e como num campo prático no sentido de pensar as atividades

Em nossas entrevistas com alunos e ex-alunos da UFJF que tiveram participação em diferentes das atividades realizadas em São Pedro de Cima, estes falam de suas próprias transformações. Jefferson, convidado a lembrar sua experiência nesses projetos e nessa interação com a CSPC coloca a importância da disciplina de geografia agrária, que contou com um trabalho de campo na referida comunidade, dentro de um processo evolutivo de sua formação. Destaca que uma das coisas que o projeto lhe proporcionou “foi este contato com esta comunidade quilombola, de mostrar que não é exatamente aquilo que a gente tá acostumado a ver lá atrás, desde os períodos da escravidão” (trecho da entrevista). Destacou também essa interação em São Pedro como uma troca, “levar e buscar coisas com eles”. Falou sobre como aproveitou a oportunidade das atividades de extensão para a realização de pesquisas destinadas à elaboração de trabalhos nas disciplinas do curso.

A trajetória de Nathan, outro dos entrevistados, também ilustra a influência do contato com a CSPC em sua formação e trajetória acadêmica. E isso podemos estender a outros alunos, do curso de geografia e de outros cursos que foram se envolvendo nestas atividades. A produção de artigos, monografias ou dissertações baseadas na experiência com a comunidade sugerem, até por expressividade

numérica, essas influências a que estamos nos referindo.

Vemos esta nova oportunidade de vivência da Comunidade de São Pedro de Cima como um momento fundamental da pesquisa. Não necessariamente pela coleta de informações, mas por estar novamente na comunidade por sentir novamente o desassossego, as perturbações do campo. As cobranças a nós direcionadas soavam não como um dever, mas como motivações. Sentíamos novamente o que foi o combustível indispensável para dar início a toda esta trajetória de projetos na UFJF podendo dizer que não se pode compreender o empenho deste grupo de alunos sem ter em vista o impacto do estar em campo, de ser (bem) recebido, de inserir-se momentaneamente no universo do outro.

Por esse motivo lançamos mão da interpretação desta trajetória como uma experiência antropológica. Os modos de observar, de analisar, de interagir nos remetem a aspectos desta disciplina por um ponto de vista teórico, mas também, e principalmente, metodológico. Observar as influências na UFJF do contato com a CSPC é também remeter ao impacto destas experiências antropológicas e enxergá-las como propulsoras de uma série de movimentos.

Ao que nos cabe, o mais importante é frisar que uma experiência como essa, por mais que se possa discutir as mudanças, críticas e resultados gerados na comunidade, transforma os sujeitos envolvidos. São estes sujeitos transformados, ou, em transformação, que se agregam e dão substância às coletividades que compõem o que chamamos de uma subjetividade coletiva UFJF. Por si só a criação destes grupos, a aprovação dos projetos e o envolvimento destes alunos podem ser considerados como resultados da interação com a comunidade por parte da universidade. Entretanto, nas atividades destes grupos, sugerimos ações para dentro do espaço universitário o que amplia as possíveis considerações de impactos e influências a que nos propomos enxergar.

Considerações Finais

As conclusões deste trabalho são na realidade sugestões para pensar a importância de determinados elementos na formação acadêmica e na Universidade de uma maneira geral. Vimos como essas experiências, sejam elas mais pontuais em trabalhos de campo ou mais prolongadas nas atividades de extensão têm impacto significativo na formação dos alunos. De início ressaltamos que esta interação com a CSPC propicia uma formação alicerçada nos princípios de ensino, pesquisa e extensão. As atividades na comunidade davam sentido à indissociabilidade entre estes três fundamentos da formação acadêmica. Esta influência em diversas trajetórias individuais dá as primeiras pistas para se pensar a importância e impactos desta interação para a UFJF.

Para além das atividades de pesquisa, ensino, extensão vemos que estes trabalhos inserem estes alunos no que se pode chamar de uma experiência antropológica, uma experiência de contato com o diferente, com o outro. Nessa aventura invasiva percebia-se na prática que ao conhecer o outro acabávamos conhecendo melhor a nós mesmos. Lembramos ainda que nessa interação partilha-se de uma relação de reciprocidade que impõe a estes sujeitos uma responsabilidade do retorno, um dever à retribuição. Do mesmo modo enxerga-se nessas atividades uma forma de cumprir uma necessidade atribuída à Universidade, tendo em vista ser esta uma instituição pública que carrega, portanto, uma função social.

A experiência na CSPA deu base para a produção acadêmica/científica destes sujeitos envolvidos. Consideramos expressiva a quantidade de material produzido a partir desta interação ressaltando os trabalhos de conclusão de curso e dissertações de mestrado, o que por si só dá uma pista da importância desta experiência interativa na formação e crescimento individual de cada um dos envolvidos. Isso não se restringe aos alunos, abrange também os professores envolvidos e aqui cabe mencionar que Leonardo Carneiro, quem deu o impulso inicial para estas atividades, que a época era professor substituto ocupa nos dias de hoje o cargo de pró-reitor de extensão da Universidade Federal de Juiz de Fora, e seus trabalhos na CSPA certamente foram imprescindíveis para que chegasse a ser convidado a esta posição.

Queremos, no entanto, focar a atenção de uma forma mais abrangente que apenas considerando as influências nas formações individuais. Localizamos nesta

interação com a CSPC a gênese de uma subjetividade coletiva “UFJF”, nos referindo a um grupo específico formado por indivíduos e outras coletividades. Uma subjetividade coletiva em movimento de desdobramentos entre projetos e subgrupos tal como exposto no capítulo dois. Postulamos essas coletividades, das quais não se pode subtrair as influências da interação com a CSPC, como os vetores de inserção da temática quilombola no ambiente universitário da UFJF. Além das discussões em sala de aula ou nas equipes dos projetos, a temática ganhava espaço na Universidade. Não só a temática, como as próprias populações quilombolas, considerando os espaços de intercâmbio entre comunidades quilombolas da Zona da Mata produzido por estas coletividades na universidade tais como os Kizombas relatados anteriormente.

Deixa-se aberta ao leitor a possibilidade de pensar como a universidade, compartilhada por populações quilombolas, mesmo que em momentos determinados, se transforma neste contato. Um novo espaço de divulgação da temática e de valorização destas populações marginalizadas de nossa história e também de nossas universidades. A Universidade Federal de Juiz de Fora, nos dias de Kizomba, era uma universidade negra. O que se ouvia era o bater de tambores, o ritmo e as palmas do jongo, das folhas, as sanfonas, os calangos e o canto que lembrava: “um sorriso negro, um abraço negro traz felicidade”. Essas diferenças trazidas para o espaço Universitário a partir da presença destas pessoas chamam também a atenção para uma segregação do espaço universitário.

Muito poderia ser dito sobre a importância de um evento como esse para as comunidades envolvidas. Aqui, elucidamos a importância de atividades como essa para o espaço universitário, para a universidade. Sobre a trajetória da UFJF em São Pedro de Cima de um ponto de vista antropológico este momento também carrega um significado especial no sentido em que agora éramos nós que recebíamos a comunidade. Nesta recepção transparecia um aspecto a que Nathan faz alusão em suas falas. Segundo ele, em nossas atividades em São Pedro de Cima é interessante notar como ao mesmo tempo em que pesquisávamos a comunidade, éramos por ela pesquisados.

Do mesmo modo que nos recebiam, esperavam ser recebidos, isso ficou evidente em falas de Paulão que elogiou a estadia e a recepção no hotel e ao mesmo tempo criticou o fato de ter conhecido a universidade, um pouco da cidade, mas não

a casa das pessoas. Se nos recebiam em casa deveriam ser recebidos em nossas casas, ou ao menos convidados a conhecê-las. Em seus relatos podemos ver também as diferenças de temporalidades notadas por parte da comunidade no sentido de um tempo mais acelerado naquele meio urbano. A pouca disponibilidade das pessoas, envolvidas em múltiplas tarefas, foi notada. Esses pequenos aspectos contrastavam a recepção que nos fora oferecida à que oferecíamos

Essas sutilezas do relacionamento indicam os pequenos aspectos a que estão sujeitos os participantes nessa interação e a duração deste contato com a CSPC reforça que havia uma atenção para estas questões. Desvios nestas “normas de boa conduta” seriam empecilhos a esta relação. A inserção nestes campos de reciprocidade afeta os sujeitos envolvidos. Um despir-se dos preconceitos necessário a essa chegada no espaço do outro, o conhecimento de uma outra realidade, o que provoca também um estranhamento à nossa própria realidade. Neste movimento a universidade aparece como campo aberto para esses questionamentos e para ação. Se propusemos e vivemos a transição agroecológica da CSPC, vivíamos uma transição agroecológica também na UFJF.

A aproximação da universidade com a temática e com as populações quilombolas deixa aberto o campo de pensar no que isso a influencia. A interação com a CSPC marca o início de um envolvimento com a temática que perdura até os dias de hoje já com uma gama ampla de comunidades quilombolas regionais envolvidas.

As discussões e aproximações com o tema da agroecologia também têm nas atividades em São Pedro de Cima um referencial, podendo dizer que é o contato com a comunidade que desperta nos alunos o interesse por essa ciência, este movimento. Um interesse pela agricultura, tal como destaca Nathan em suas falas, que vai se intensificando na continuidade da interação.

O projeto “Da diversidade cultural à diversidade produtiva: construção das bases para a transição agroecológica da comunidade São Pedro de Cima” simboliza uma inserção formal do tema agroecologia na Universidade Federal de Juiz de Fora. O título sugere um dos objetivos fundamentais do projeto: a busca de contribuições para a transição agroecológica na CSPC. Queremos chamar a atenção para outro objetivo, menos evidente no título mas também central no projeto: a criação e consolidação de um núcleo de agroecologia na UFJF. Postulamos que a proposta de construção deste núcleo nos direciona para uma atuação voltada à UFJF. As primeiras

reuniões deste grupo ocorreram na praça cívica da universidade, primeiras expressões espaciais proporcionadas em torno desta temática ao campus universitário. Primeiros encontros do que veio a se tornar o núcleo EWE que iniciaria uma série de atividades enquanto um grupo de agroecologia. Destas atividades destacamos essas reuniões que tiveram continuidade e que eram uma porta aberta a quem quisesse participar. Nosso entrevistado Timothy contou que sua inserção neste projeto começou a partir de sua participação nessas reuniões que lhe interessaram por estar trazendo a temática da agroecologia.

Em suma, a consolidação do núcleo de agroecologia EWE pode ser interpretada para a universidade como influxo da interação com a CSPC. A agroecologia passa a permear a universidade por via da ação destes indivíduos e coletividades formadas no impulso interativo com a CSPC. Devemos enfatizar que neste contexto as discussões sobre agroecologia se vêem transversalizadas pelas discussões e pelas referências às comunidades quilombolas e o inverso também é válido e momentos como o Kizomba continham espaços destinados a diálogos sobre agroecologia.

Assim como o tema das comunidades quilombolas, a inserção do tema agroecologia neste ambiente universitário deixa aberta as possibilidades de discutir os impactos advindos das atividades em torno desta temática. Deixa-se subentendida a contribuição no sentido de aproximação de uma temática a que vem sendo atribuída importância por movimentos sociais tais como o MST, mas também nos meios científicos. No campo prático a consolidação do núcleo EWE se dá por meio de atividades que contemplam um significado de construção de uma noção de agroecologia e que propagam a ideia pela universidade. Este movimento gera demandas e alcança conquistas, tal como um espaço no campus, destinado às ações do grupo. Poderíamos, neste sentido, pensar em uma transição agroecológica na própria Universidade Federal de Juiz de Fora? Entendemos que sim. Um campo aberto, em movimento, e que neste caso, traz ainda as singularidades de pensar o tema colocando como referência as comunidades quilombolas e as realidades por elas vivenciadas.

Finalmente, guardamos espaço para uma última sugestão que corre o risco de parecer óbvia diante do já exposto: vemos neste caso, nestas trajetórias que nos arriscamos a tecer, um potencial no sentido de pensar as mútuas contribuições dessas

duas temáticas, que postulamos como trazidas como resultados para a UFJF advindos da interação com a CSPC.

Este trabalho é um convite aos próprios leitores a pensar sobre estas questões: sobre uma comunidade em movimento de autoafirmação quilombola com suas particularidades, seus traços de campesinidade, sua dinâmica social, seus saberes e sabores; sobre uma universidade em interação com essa realidade, as modificações oriundas desta relação e as contribuições deste contato para esta universidade; sobre agroecologia. Pensar quilombos, pensar agroecologia, pensar a universidade. Quem sabe neste caminho não poderemos trilhar contribuições para além da universidade?

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP: Edusc: 2006.

BOAS, Franz. **Antropologia cultural / Franz Boas**; organização e tradução Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**. Um estudo sobre a religião popular. 3 ed. Uberlândia: EDUFU, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

CAPORAL, F.R. **Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica**: Compromisso com as Atuais e nosso Legado para as Gerações Futuras. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1. 36 p.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Brasília, CNPQ/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira. **Da diversidade cultural à diversidade produtiva**: a construção dos saberes necessários para a transição agroecológica em São Pedro de Cima. Projeto de extensão submetido à análise pelo CNPq (edital 58/2010). Universidade Federal de Juiz de Fora: Juiz de Fora, 2010.

CARNEIRO, Leonardo de Oliveira ; DANTAS, Thais Silva. **Enoterritorialidades Quilombolas em São Pedro de Cima**: Notas Sobre Família, Terra, Tensões e Poderes Estabelecidos. In: SINGA-V Simpósio Internacional de Geografia Agrária; VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Belém: Açai, 2011.

CARNEIRO, Leonardo. **Requilombarse São Pedro dos Crioulos**: magia e religião em São Pedro de Cima. Mimeo, 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/Requilombarse-S%C3%A3o-Pedro-dos-Crioulos.pdf>. Acesso em: 14 maio 2013.

CASTRO, Celso. **Evolucionismo Cultural**: Textos de MORGAN TYLOR e FRAZER. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama, Ritual e Performance em Victor Turner. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, v.03.06 p.411-440, 2013.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de**

parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política, 2003.

COMERFORD, John Cunha. Onde está a comunidade? Conversas expectativas morais e mobilidade em configurações entre o rural e o urbano. **Ruris** (Campinas) v. 8/2, 2015

COPANS, Jean. Da Etnologia à Antropologia IN: Copans, Jean, Godelier, Maucire ET. All. **Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?** Lisboa: Edições 70, 1971

COSTA, Antônio Sousa. Caderno pessoal de um morador de Carangola p.76 (retirado em <http://neumac.blogspot.com.br/>)

DANTAS, Thais Silva. Desafios da agricultura familiar camponesa e estratégias de resistência territorial na Comunidade São Pedro de Cima. Monografia de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2011.

DOMINGUES, José Maurício. Sistemas Sociais e Subjetividade coletiva. In: **Dados. Revista de Ciências Sociais.** V.39, n. 1, 1996

DOMINGUES, José Maurício. **A Teoria da Subjetividade coletiva como programa de pesquisa.** XXII Reunião da ANPOCS. Caxambu, 1998. Disponível em biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/domin.rtf. Acesso 20 de agosto 2015.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro:** como o antropólogo estabelece seu objeto. Petrópolis: VOZES, 2013.

FORMAN, Shepard. **Camponeses:** sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In FELDMAN-BIANCO, Bela (org) **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos.** São Paulo: UNESP, 2010.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. De identidade a movimento, de movimento a território: uma leitura do processo e relato de experiência de extensão na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima. In: ANAIS DO II SEMINÁRIO DE POLÍTICA E PLANEJAMENTO, CURITIBA, 2010.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. Conflitos e resistências territoriais em São Pedro de

Cima: primeiras impressões. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. Anais do XXI ENGA, 2012.

ITABORAHY, Nathan Zanzoni. **Interações Agroecológicas**: a comunidade de São Pedro de Cima em movimento. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2014.

ITABORAHY, N. Z.; CARNEIRO, L. O. ; TEIXEIRA, T. B. **A construção de um grupo Interdisciplinar de Agroecologia**: percursos e perspectivas do trabalho na comunidade quilombola de São Pedro de Cima. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária - VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém do Pará. Anais do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária - VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011.

KUPER, Adam. **The Reinvention of Primitive Society: transformations of a myth**. 2 ed. London & New York: Routledge, 2005.

LEOPOLDO, Dayana Francisco ; MORAIS, Vitor de Castro. Território e Territorialidade: Estudo de Caso na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009.

MACEDO, Carmen Cinira. **Tempo de gênese**: O povo das comunidades eclesiais de base. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MACHADO, Neuza. A história de Antônio: O bisavô João Pereira. 2013 (retirado em neuzamachado.blogspot.com.br/2013/02/ahistoria-de-antonio-o-bisavo-joao_20.html acesso em 10/09/2015)

MACHADO, Neuza. A história de Antônio: Alto de Carangola no tempo da mata virgem. 2013 (retirado em neuzamachado.blogspot.com.br/2013/03/a-historia-de-antonio-alto-de-carangola.html acesso em 10/09/2015)

MALINOWSKY, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MÁRQUEZ, Gabriel GARCÍA. *O afogado mais bonito do mundo*. In.: **A incrível e triste história de Cândia Erêndia e sua avó desalmada**. Rio de Janeiro: Record, s.d.

MASSA, Françoise. **Um Francês no Vale do Carangola**: Alexandre Brèthel, farmacêutico e fazendeiro (pesquisa sobre sua correspondência brasileira, 1862-1901). Tradução Helisa Azevedo da Costa. Belo Horizonte: Crisálida, 2016.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003

MAZZETTO, Carlos Eduardo S. **Modo de apropriação da natureza e territorialidade**

camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. Revista Geografias (IGC/UFMG), 2007.

MENEZES, Maria Lucia Pires. **Ecomuseu da Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima.** Projeto de Extensão submetido ao Ministério da Cultura. Juiz de Fora: UFJF, 2008.

MERCADANTE, Paulo. **Crônica de uma comunidade cafeeira:** Carangola: o vale e o rio. Coleção reconquista do Brasil. 2. Série; v. 163. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.

MONTANDON, Alain (ed.). **O livro da hospitalidade:** Acolhida do estrangeiro na história e nas culturas. São Paulo: SENAC, 2011

MOREIRA, Roberto J. Identidades complexas no conhecimento científico sobre comunidades costeiras. In Amodeo N. B. P, Alimonda H. (Orgs). **Ruralidades, Capacitação e Desenvolvimento.** Viçosa: Editora UFV, 2006.

MOREIRA, Roberto José. Terra quântica globalizada na tessitura da tecnociência: identidade socioecocósmica da pós modernidade. In MOREIRA, R. J.; GERHARDT, C. H.; ÉBOLI, R. (Orgs.). Natureza, Sociedade e Afetos em Laboratório de pós-Graduação: Que mundo é este?. 1ª edição revisada e ampliada. Curitiba: Editora CRV, 2016 (pp.405 - 474)

MORGAN, Lewis Henry. **A sociedade primitiva.** Lisboa: Presença, 1980 [1877]. (Vol. I – Parte IV).

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira e SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade** - Ano IV - n. 7 - Barbacena - julho/dezembro 2011 - p. 119-133.

ORSI, Timothy Ongaro. Estratégias territoriais contemporâneas de uma comunidade remanescente de quilombo: Análise de um agrossistema em transição agroecológica - São Pedro de Cima, Divino/MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós_graduação em Geografia) - Universidade Federal de Juiz de Fora. MimeoPRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

RADCLIFFE-BROWN, A.R.– **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva.** Petrópolis (RJ), Vozes. 1973

SANTOS, M. S. dos: Os conflitos entre natureza e cultura na implementação do Ecomuseu Ilha Grande. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 12 (suplemento), p. 381-400, 2005.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S. e BALESTRO, M. (Orgs.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **A gênese das CEBs no Brasil:** Elementos

explicativos. São Paulo: Paulinas, 1988.

TURNER, Victor. **Schism and continuity in an African society**. Manchester; Manchester University Press, 1996.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. In: WELCH, Clifford Andrew et al. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: UNESP, 2009.